

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PROJETO DE LEI Nº 306 DE 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 JUN. 2012

Ruy
1º Secretário

SÚMULA: Altera a Lei Estadual nº 16.086, de 17 de abril de 2009, que "dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

Art. 1º. Fica alterado o artigo 1º da Lei Estadual nº 16.086, de 17 de abril de 2009, que passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo o nome, a foto e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho."

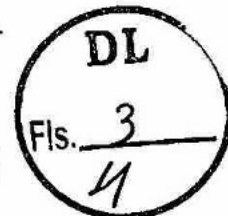
Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2012.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



JUSTIFICATIVA

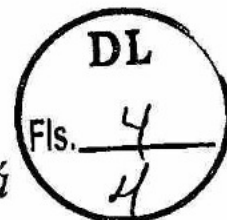
A Lei Estadual 16.086/2009, de autoria do Ex-Deputado Edgar Bueno, obriga as farmácias e drogarias estabelecidas em nosso Estado a afixar placas contendo o nome e o Conselho Regional de Farmácia – CRF do farmacêutico responsável pelo estabelecimento, bem como seu horário de trabalho.

O objetivo de tal Lei é dar cumprimento à Lei Federal nº 5.991/1973, que determina, em seu artigo 15, a obrigatoriedade da manutenção, durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento, de um técnico por ele responsável. Foi aprovada como forma de permitir que os consumidores possam ter ciência de quem é o profissional responsável presente na farmácia onde compram seus medicamentos, auxiliando os órgãos públicos na fiscalização do cumprimento da Lei Federal.

Ocorre que, em audiência realizada com representantes do Conselho Regional de Farmácia do Paraná e do Sindicato dos Farmacêuticos do Paraná (SINDIFAR-PR), constatamos que mesmo com todos os esforços do legislador para garantir a segurança necessária no momento em que o povo procura um estabelecimento para adquirir medicamentos, tal exigência ainda não é integralmente cumprida. Algumas farmácias possuem apenas um farmacêutico responsável e funcionam por vinte e quatro horas ininterruptamente, sendo que nos horários de almoço e nos intervalos intrajornada e interjornada de tal funcionário, o estabelecimento fica desprovido de qualquer farmacêutico.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



Desta forma, o intuito do presente projeto é simplesmente reforçar a exigência da Lei 16.086/2009, obrigando as farmácias a afixar, além do nome e do CRF do farmacêutico responsável, uma foto do mesmo. Só assim o consumidor poderá identificar o profissional e, assim, saber se o mesmo encontra-se no estabelecimento.

Diante dessas considerações, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

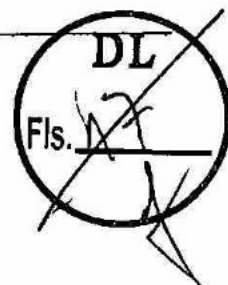
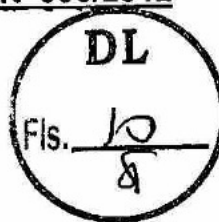
Sala das Sessões, 26 de junho de 2012.

ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 306/2012



PROJETO DE LEI Nº.: 306/2012

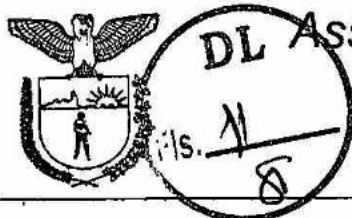
AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO ANIBELLI NETO

SÚMULA: ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 16.086, DE 17/04/2009, QUE DISPÕE QUE OS RESPONSÁVEIS PELAS FARMÁCIAS E DROGARIAS ESTABELECIDAS NO ESTADO DEVERÃO AFIIXAR PLACA, EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO, CONTENDO NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA – CRF, DO TÉCNICO (FARMACÊUTICO) RESPONSÁVEL, BEM COMO O SEU HORÁRIO DE TRABALHO.

EMENTA: PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE. ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 16.086/2009. INCLUSÃO NO TEXTO LEGAL. FOTO DO TÉCNICO (FARMACÊUTICO) RESPONSÁVEL NAS PLACAS AFIIXADAS NAS FARMÁCIAS E DROGARIAS. INFORMAÇÃO. ART. 124 REG. INTERNO DA ALEP. ART. 24, CF. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O PRESENTE PROJETO DE LEI, DE AUTORIA DO DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO ANIBELLI NETO, TEM POR FINALIDADE ALTERAR A LEI Nº 16.086, DE 17 DE ABRIL DE 2009 A FIM DE ATRIBUIR NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º, DA MENCIONADA LEI, INCLUINDO A FOTO DO TÉCNICO (FARMACÊUTICO) RESPONSÁVEL, NAS PLACAS QUE DEVERÃO SER AFIIXADAS EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO.



FUNDAMENTAÇÃO

DE INÍCIO, COMPETE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EM CONSONÂNCIA AO DISPOSTO NO ARTIGO 33-A, INCISO I DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, VERIFICAR A CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, LEGITIMIDADE DO PROPONENTE, BEM COMO A TÉCNICA LEGISLATIVA ORA UTILIZADA:

ART. 33 – A. CABE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

I - EMITIR PARECER SOBRE AS PROPOSIÇÕES QUANTO À SUA CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE, ADEQUAÇÃO REGIMENTAL E CARÁTER ESTRUTURAL, EM FACE DO QUE DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

DE ACORDO COM A DETERMINAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS, CUMPRE RESSALTAR A COMPETÊNCIA DO NOBRE DEPUTADO PARA APRESENTAR O PROJETO DE LEI ORA EM TELA, CONFORME DISPÕE O ARTIGO 124:

ART. 124 - A INICIATIVA DOS PROJETOS CABERÁ A QUALQUER MEMBRO DA ASSEMBLÉIA, AO GOVERNADOR, DOS TRIBUNAIS E AO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUE PODERÃO SOLICITAR O SEU ARQUIVAMENTO OU A SUA RESTITUIÇÃO, EM QUALQUER FASE DE SUA TRAMITAÇÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO. TODOS OS PROJETOS, RESSALVADA A COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO GOVERNADOR, DOS TRIBUNAIS E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, TERÃO ORIGEM NA ASSEMBLÉIA, SOB A INICIATIVA DE QUALQUER DEPUTADO OU COMISSÃO.

ESTE É O ENTENDIMENTO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ:

ART. 65 - A INICIATIVA DAS LEIS COMPLEMENTARES E ORDINÁRIAS CABE A QUALQUER MEMBRO OU COMISSÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, AO GOVERNADOR DO ESTADO, AO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E AOS CIDADÃOS, NA FORMA E NOS CASOS PREVISTOS NESTA CONSTITUIÇÃO.

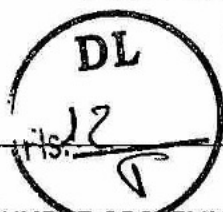
PORTANTO, FICA EVIDENCIADA A COMPETÊNCIA DO NOBRE PARLAMENTAR PARA REALIZAR A PROPOSITURA DO PRESENTE PROJETO DE LEI UMA VEZ QUE NÃO AFRONTA NENHUMA NORMA VIGENTE DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Konder

Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho



CUMPRE OBSERVAR, SOBRE A LEI ESTADUAL Nº 16.086, DE 17 DE ABRIL DE 2009,

QUE DETERMINA, NOS TERMOS DO ART. 1º:

"OS RESPONSÁVEIS PELAS FARMÁCIAS E DROGARIAS ESTABELECIDAS NO ESTADO DEVERÃO AFIXAR PLACA, EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO, CONTENDO NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA – CRF, DO TÉCNICO (FARMACÊUTICO) RESPONSÁVEL, BEM COMO O SEU HORÁRIO DE TRABALHO."

TODAVIA, O PRESENTE PROJETO OBJETIVA ALTERAR TAL REDAÇÃO PARA O FIM DE INCLUIR A INFORMAÇÃO - FOTO DO TÉCNICO (FARMACÊUTICO) RESPONSÁVEL, NAS PLACAS PREVISTAS NA MENCIONADA LEI.

CONFORME JUSTIFICATIVA DO AUTOR, "ALGUMAS FARMÁCIAS POSSUEM APENAS UM FARMACÊUTICO RESPONSÁVEL E FUNCIONAM POR VINTE E QUATRO HORAS ININTERRUPTAMENTE, SENDO QUE NOS HORÁRIOS DE ALMOÇO E NOS INTERVALOS INTRAJORNADA E INTRAJORNADA DE TAL FUNCIONÁRIO, O ESTABELECIMENTO FICA DESPROVIDO DE QUALQUER FARMACÊUTICO."

DESSA FORMA, NOTA-SE QUE O ASSUNTO DIZ RESPEITO À SAÚDE PÚBLICA E O OBJETO DA PRETENSA LEI ESTÁ RELACIONADO COM O ACESSO À INFORMAÇÃO.

ASSIM, CUMPRE SALIENTAR QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NO SEU ARTIGO 24, XII DESTINA A COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA LEGISLAR NA ÁREA DE SAÚDE, VEJAMOS:

ART. 24º. COMPETE À UNIÃO, AOS ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL LEGISLAR CONCORRENTEMENTE SOBRE:

XII - PREVIDÊNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE.

NO MESMO SENTIDO É A PREVISÃO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, ART. 13, INCISO XII, CONFORME SEGUE:

ART. 13. COMPETE AO ESTADO, CONCORRENTEMENTE COM A UNIÃO, LEGISLAR SOBRE:

(...)

XII - PREVIDÊNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khouri

Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho



VERIFICA-SE QUE O PRESENTE PROJETO OBJETIVA DIVULGAR O ACESSO À INFORMAÇÃO; TRATA-SE DE DIREITO ASSEGURADO PELA CARTA MAGNA NÃO SENDO ADMISSÍVEL RESTRINGIR PESSOAS OU GRUPOS DE PESSOAS, DEVERÁ ESTAR AO ALCANCE DE TODOS DE FORMA IGUALITÁRIA, CONFORME ART. 5º, INCISO XIV DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA:

ART. 5º. TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI, SEM DISTINÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, GARANTINDO-SE AOS BRASILEIROS E AOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NO PAÍS A INVIOABILIDADE DO DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE, NOS TERMOS SEGUINTE:

(...)

XIV - É ASSEGURADO A TODOS O ACESSO À INFORMAÇÃO E RESGUARDADO O SIGILO DA FONTE, QUANDO NECESSÁRIO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL;

SALIENTA-SE, AINDA, UMA VEZ POSSIBILITADO O ACESSO, A INFORMAÇÃO TORNA-SE PÚBLICA, DAÍ DECORRENDO O DIREITO DE TODOS RECEBEREM-NA E EXIGIREM-NA.

PORTANTO, SEM REALIZAR ANÁLISE MERITÓRIA, O PROJETO EM TELA POSSUI ADEQUAÇÃO LEGAL E CONSTITUCIONAL. ASSIM, PERFEITAMENTE POSSÍVEL O PRESENTE ASSUNTO SER OBJETO DE LEI.

POR FIM, QUANTO À TÉCNICA LEGISLATIVA, INEXISTEM ÓBICES AO DISPOSTO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

DIANTE DO EXPOSTO, OPINA-SE PELA APROVAÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE LEI, EM VIRTUDE DE SUA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE.

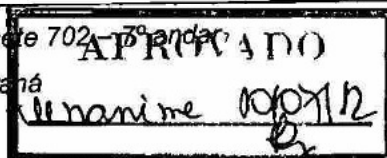
SALA DAS COMISSÕES, 10 DE JULHO DE 2012

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR

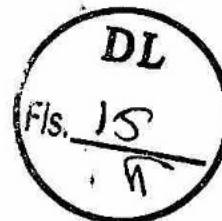
Praga Nossa Senhora da Salette s/nº - Gabinete 702 - 7º andar

Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER PL Nº. 306/12

Autor: Dep. Antônio Anibelli Neto.
Relator: Toninho Wandscheer.

Súmula: ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 16.086, DE 17 DE ABRIL DE 2009, QUE DISPÕE QUE OS RESPONSÁVEIS PELAS FARMÁCIAS E DROGARIAS ESTABELECIDAS NO ESTADO DEVERÃO AFIXAR PLACA, EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO, CONTENDO NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - CRF, DO TÉCNICO (FARMACÊUTICO) RESPONSÁVEL, BEM COMO O SEU HORÁRIO DE TRABALHO.

O presente projeto de Lei possui relevante interesse público evitando o uso excessivo, abusivo e indiscriminado, como tem ocorrido até agora.

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL sob a forma da EMENDA ADITIVA.

Curitiba, 20 de agosto de 2012.

DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



**EMENDA ADITIVA DE AUTORIA DO DEPUTADO ANTÔNIO ANIBELLI
NETO APROVADA PELA COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO,
INTERPÔSTA AO PL Nº. 306/2012.**

"Altera o artigo 1º. – Os responsáveis pelas farmácias, drogarias, farmácias de manipulação e homeopatia estabelecidas no Estado do Paraná deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo o nome, a foto e o número de inscrição no C.R.F. – Conselho Regional de Farmácia responsável, dos farmacêuticos substitutos e assistentes, bem como o seu horário de trabalho."

Curitiba, 20 de agosto de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

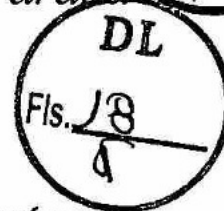
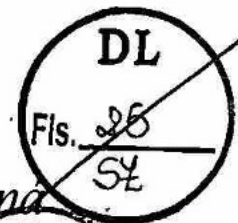


DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER DA EMENDA ADITIVA DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
AO PROJETO DE LEI 306/2012

Projeto de Lei nº 306/12

Autor da emenda: Deputado Antonio Anibelli Neto.

Súmula: Altera a Lei Estadual nº 16.086, de 17 de abril de 2009, que "dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número da inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho".

EMENTA: EMENDA ADITIVA DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. ARTS. 33-A, 137, §3º E 141, II TODOS DO REGIMENTO INTERNO. INCLUSÃO DE FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO E HOMEOPATIA NA AMPLITUDE DA LEI ESTADUAL 16.086, DE 17 DE ABRIL DE 2009. PROCEDIBILIDADE. ART. 11 LC 95/98. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei 306/2012, de autoria do nobre Deputado Anibelli Neto, visa incluir a obrigatoriedade de foto do farmacêutico na atual Lei 16.086/2009.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 26
58

DL
Fls. 19
Q

A Emenda Aditiva visa incluir nas obrigações da Lei 16.086/2009 as "farmácias de manipulação e homeopatia", além das farmácias e drogarias já previstas na referida lei.

FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, cumpre verificar se a apresentação da presente Emenda encontra respaldo no Regimento Interno:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento.;

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

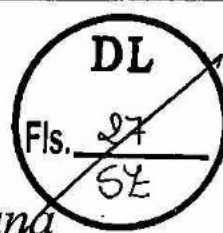
§ 5º Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

A Emenda Supressiva foi apresentada na Comissão de Indústria e Comércio pelo seu relator, conforme o disposto no art. 141, II do Regimento Interno.

Assim, encontra-se coerente ao procedimento preconizado no Regimento Interno para sua procedibilidade.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Verificada seus requisitos regimentais, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça ainda a análise quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Supressiva, com a verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

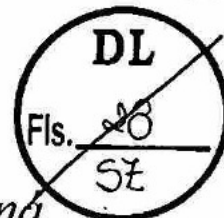
Referida emenda, altera o art. 1º do Projeto de Lei, objetivando incluir Farmácias de Manipulação e Homeopatia às regras da Lei Estadual 16.086, de 17/04/2009.

Desta forma, verifica-se que a presente Emenda Modificativa está de acordo ao projeto de lei apresentado, não descaracterizando sua essência e ampliando a abrangência da Lei para incluir Farmácias de Manipulação e Homeopatia, as quais também contam com responsável técnico farmacêutico que deve ser inscrito no Conselho Regional de Farmácia - CRF.

Destarte, a Emenda está apta a prosperar nesta Comissão de Constituição e Justiça, sendo plenamente viável juridicamente e estando adaptada ao Regimento Interno.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, inexistem óbices quanto à técnica legislativa disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98.

CONCLUSÃO

VALE A
PÁGINA

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda ~~Modificativa~~ ^{ADITIVA} da Comissão de Indústria e Comércio ao Projeto de Lei 306/12, por estar de acordo com as disposições regimentais e não ferir a constitucionalidade, legalidade, tampouco o disposto na Lei Complementar 95/98.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Saúde



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 306/2012

Súmula: Altera a Lei Estadual nº 16.086 de 176 de abril de 2009, que " dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

PREÂMBULO

O presente Projeto de lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho que estabelece o peso máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No que se refere a análise desta comissão, constatamos que o projeto visa permitir que os consumidores possam ter ciência de quem é o responsável



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Saúde

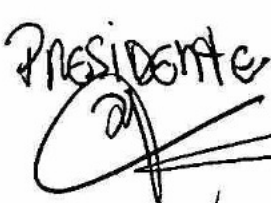



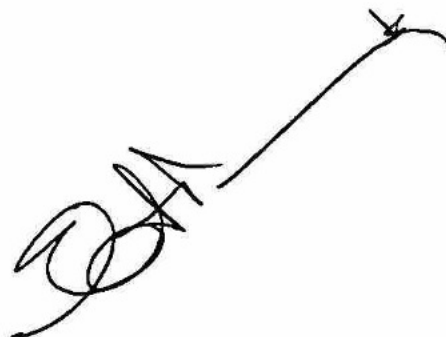
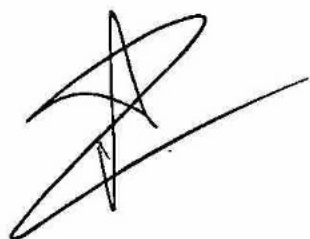
presente na farmácia onde compram seus medicamentos , auxiliando os órgãos públicos na fiscalização do cumprimento da Lei Federal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, certo da importância do projeto de lei em discussão opina-se pelo parecer **FAVORÁVEL** desta Comissão de Saúde e à continuidade de sua tramitação nesta casa de leis.

Sala das comissões, em 06 de novembro de 2012

Presidente


NELSON LUERSEN
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adellno Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 306/2012

Súmula: Altera a Lei Estadual nº 16.086, de 17 de abril de 2009, que dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

Autor: Deputado Antonio Anibelli Neto

Justificativa: Dar efetividade à obrigação legal em manter um farmacêutico em período integral junto às farmácias e drogarias.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Indústria e Comércio (com Emenda) e Comissão de Saúde.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

“Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.”

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adellno Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro



Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar a segurança e o acesso à informação pelo consumidor quando da aquisição de medicamentos.

Cumpre ressaltar que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, que visa garantir a presença do farmacêutico enquanto em atividade a farmácia ou drogaria.

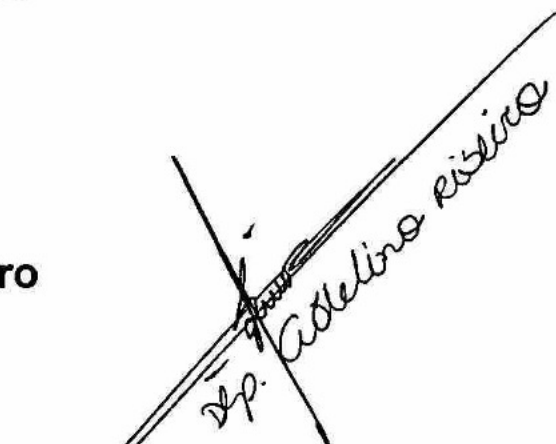
Assim, não havendo óbice legal, emite-se parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de DEZEMBRO de 2012.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputada Rose Litro
Relatora


Dep. Adellno Ribeiro


Dep. Pedro Lupion



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury

Diretoria de Assistência ao Plenário



SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Ao Projeto de Lei nº 306/12

Emenda de Plenário nº	01
DAP	26 MAR 2013
Visto	<i>Ilanaide Jude</i>

Súmula: Altera o art. 1º da Lei Estadual nº 16.086/09.

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei Estadual nº 16.086, de 17 de abril de 2009, que passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os responsáveis pelas farmácias, drogarias, farmácias de manipulação e homeopatia estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome, foto e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF do técnico (farmacêutico) responsável, dos farmacêuticos substitutos e assistentes, bem como o seu horário de trabalho."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de março de 2013.

ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

Tercício Turiani
TERCÍCIO TURIANI

Adonir Bieri
ADONIR BIERI

André Bilenko
ANDRÉ BILENKO

14:31 26/03/2013 002356 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



PARECER À SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLÊNÁRIO
AO PROJETO DE LEI N° 306/2012

Projeto de Lei n° 306/2012

Subemenda Substitutiva Geral de Plenário

SÚMULA: Altera a Lei Estadual 16.086 de 2009, que dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

EMENTA: SUBEMENDA SUBSTITUTIVA. POSSIBILIDADE. ARTS. 141, I E 137, §2º, REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLÊNÁRIO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do deputado Antônio Anibelli Neto, tem por objetivo alterar a Lei Estadual 16.086 de 2009, que dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

Ocorre que, em data de 26 de março, a presente proposição recebeu Emenda Modificativa de Plenário. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez atendidos os trâmites legais, opina-se pela ^{sub. da proposição} APROVAÇÃO da presente Emenda Substitutiva de Plenário.

Curitiba, 09 abril de 2013.

NELSON JUSTUS
Presidente

BERNARDO RIBAS CARLI
Relator

Dep. Secomaco

Dep. Daren

Dep. Tumi

Dep. Pastor

Dep. Goulart

Dep. Mourão

Dep. Bortolotto

APROVADO

09.04/13



Projeto de Lei nº 349/13

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 07 AGO. 2013

1º Secretário

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de pulseiras de identificação em crianças até doze anos em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica estabelecida a obrigatoriedade do fornecimento gratuito de pulseiras de identificação em todos os eventos públicos realizados em locais abertos e que venham a concentrar, ainda que potencialmente, mais de cento e cinquenta pessoas.

Parágrafo único - As pulseiras de que trata o "caput" serão fornecidas a crianças e jovens abaixo de doze anos, mediante simples solicitação e retirada pelos pais ou responsáveis, ao responsável pela realização do evento.

Art. 2º - A pulseira de identificação deverá ser dotada de sistema que impeça sua reutilização, ser inviolável e não transferível, resistente à água, não tóxica e hipoalergênica, com sistema de fechamento seguro.

Art. 3º - A pulseira deverá conter as informações essenciais para a identificação dos menores.

Parágrafo único - As informações essenciais para a identificação dos menores e os procedimentos para a sua realização serão regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 180 dias.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de agosto de 2013.

WILSON QUINTEIRO

Deputado Estadual - PSB



JUSTIFICATIVA

A aprovação deste projeto é de extrema importância, pois evitará a perda de crianças e jovens de seus pais em eventos públicos com grande concentração de pessoas em locais abertos, fato esse infelizmente recorrente, que, com simples medidas, pode ser mitigado, como por meio da adoção de pulseiras de identificação das crianças.

Um dos maiores medos da maioria dos pais ao levar crianças para esse tipo de eventos públicos com grande concentração de pessoas em locais abertos é a facilidade com que as crianças podem se distrair brincando e se perderem entre tantas pessoas.

O projeto de lei proposto é que a identificação fique mais fácil, pois na pulseira deverão constar minimamente os seguintes dados: código de barra, nome da criança, dos pais ou responsáveis que estarão presentes no local do evento, endereço completo, telefones de contato, bem como informações relevantes sobre a saúde de criança.

O objetivo primordial é aumentar a segurança dos pais em relação a esse tipo de evento, além de prover os profissionais da segurança de facilidade maior de identificar os parentes dessas crianças.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente assim assevera:

"Art. 7º - A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 15 - A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16 - O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL WILSON QUINTEIRO



V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor."

Diante ao exposto, com vistas a conferir o resguardo e a efetividade dos direitos acima tutelados, confio no apoio dos meus pares a esse projeto de lei de relevante interesse público.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 349/2013

Projeto de Lei nº 349/2013

Autor: Deputado Wilson Quinteiro

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de pulseiras de identificação em crianças até doze anos em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado do Paraná.

EMENTA: IDENTIFICAÇÃO DE MENOR. EVENTO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE DE FISCALIZAÇÃO SUPLEMENTAR AOS ESTADOS. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA ESTADUAL. INTERESSE ESTADUAL. ART. 24, INCISO XV DA CF. LEI FEDERAL Nº 8.069/90. APLICABILIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

RESUMO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, tem por objetivo obrigar a identificação de menores de doze anos por meio de pulseiras em todos os eventos públicos que ocorrerão no Estado do Paraná.

As pulseiras deverão ser utilizadas por crianças com menos de 12 anos de idade e serão fornecidas mediante simples solicitação dos pais ou responsáveis. Ademais, o projeto fixa as características materiais que a pulseira de identificação deve ter, ressaltando que deverá ser empregada, em sua confecção, tecnologia que impeça reutilização, ser inviolável e não transferível, resistente à água, não tóxica e hipoalergênica, com sistema de fechamento seguro.

A proposição determina ainda que a pulseira deverá conter as informações essenciais para a identificação das crianças, sendo que o objetivo é ajudar a



prevenir ou solucionar eventuais desaparecimentos que possam ocorrer nesses eventos.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 "A", I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 24, XV, competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal para a edição de normas sobre a proteção à infância e à juventude.

***"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
XV - proteção à infância e à juventude;"***

Editada a Lei Federal nº 8.069, de 1990, que contém o Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe aos Estados suplementar essa lei, no que for cabível. E a proteção de crianças de até 12 anos de idade mediante a obrigatoriedade da adoção de pulseiras de identificação em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado enquadra-se nessa competência legislativa suplementar.



Importante ressaltar que as informações pessoais de crianças que constem de pulseiras oferecidas pelo poder público estadual podem prevenir ou, no mínimo, auxiliar o seu encontro em caso de eventual desaparecimento.

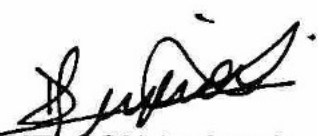
Por outro lado, é de salientar que a análise desta Comissão deve se restringir aos aspectos jurídico-constitucionais; especialmente porque a proposição passará pelo crivo do mérito em plenário, podendo vir a sofrer alterações no que for cabível para aperfeiçoar o projeto em questão.

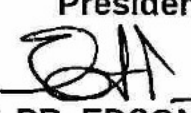
Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2013.


~~DEP. NELSON JUSTUS~~
Pedro Lúcio
Presidentes


DEP. PR. EDSON PRACZYK
Relator


Dep. Turiani


Dep. Tenu


Dep. Ticiano


Dep. Tadeu

APROVADO

29/10/13



**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO
ADOLESCENTE E DO IDOSO**

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 349/2013

PREÂMBULO

O presente projeto de Lei nº 349/2013, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de pulseiras de identificação em crianças até doze anos em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

A matéria já recebeu a análise da constitucionalidade e legalidade por parte da Douta Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso, encontrou méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo evitar a perda de crianças e jovens de seus pais em eventos públicos com grande concentração de pessoas.

A criança e o adolescente gozam de direitos fundamentais, previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança, elaborada na Assembléia Geral das



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil, por meio do Decreto Federal nº 99.710, de 21 de Novembro de 1990.

O artigo 3º da Convenção sobre os Direitos da Criança dispõe que:

“Artigo 3

1. Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança.
2. Os Estados Partes se comprometem a assegurar à criança a proteção e o cuidado que sejam necessários para seu bem-estar, levando em consideração os direitos e deveres de seus pais, tutores ou outras pessoas responsáveis por ela perante a lei e, com essa finalidade, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.
3. Os Estados Partes se certificarão de que as instituições, os serviços e os estabelecimentos encarregados do cuidado ou da proteção das crianças cumpram com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, especialmente no que diz respeito à segurança e à saúde das crianças, ao número e à competência de seu pessoal e à existência de supervisão adequada.”

O parágrafo 1º do artigo 9º da Convenção sobre os Direitos da Criança dispõe que:

“Artigo 9

1. Os Estados Partes deverão zelar para que a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos, exceto quando, sujeita à revisão judicial, as autoridades competentes determinarem, em conformidade com a lei e os procedimentos legais cabíveis, que tal separação é necessária ao interesse maior da criança. Tal determinação pode ser necessária em casos específicos, por exemplo, nos casos em que a criança sofre maus tratos ou descuido por parte de seus pais ou quando estes vivem separados e uma decisão deve ser tomada a respeito do local da residência da criança.”



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Já o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90, detém dentre as suas premissas, a prevenção contra a ocorrência de ameaças ou violações dos direitos da criança e do adolescente.

“Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.”

É direito da criança e do adolescente participar de eventos públicos de grande circulação, preferencialmente acompanhadas de seus pais ou familiares. Contudo, há risco real de que esta possa vir a se perder no meio da multidão, estando lançada a sorte.


O projeto de Lei em apreço vai de encontro aos anseios da sociedade, pois como é de notório conhecimento público, um dos dramas vividos pelos diversos Estados da Federação é o desaparecimento de crianças e adolescentes.

Evitar que mais crianças desapareçam é um dever da sociedade, razão pela qual o presente Projeto de Lei vai de encontro a este anseio.


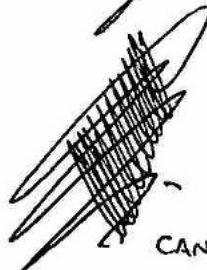
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opinamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei em apreço.

Sala das Comissões, em 11 de Novembro de 2013


DEPUTADA ROSE LITRO
PRESIDENTE


DEPUTADO ELTON WELTER
RELATOR


WILSON QUINTEIRO

CANTORA MARZA LIMA



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 349/2013

Dispõe Sobre a Obrigatoriedade da adoção de pulseiras de identificação em crianças até doze anos em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado do Paraná.

RELATÓRIO

Em exame o Projeto de Lei nº 349/2013, de autoria do deputado Wilson Quinteiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de pulseiras de identificação em crianças até doze anos em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado do Paraná.

Em observação ao art. 33-H do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Segurança Pública manifestar-se em relação ao Projeto de Lei em tela.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada a opinar a Comissão de Segurança Pública, encontrou méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta visa evitar a perda de crianças de seus pais em eventos públicos com grande concentração de pessoas.

As crianças e os adolescentes gozam de direitos e garantias fundamentais que estão previstos na Constituição da República federativa do Brasil de 1988.

O artigo 227 da Constituição Federal dispõe que:

“Artigo 227

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Nota-se que ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90, detém dentre outras premissas, a prevenção contra a ocorrência de ameaças ou violações dos direitos da criança e do adolescente.

“Art. 5º

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais,”

Toda criança ou adolescente tem o direito de participar de eventos públicos em locais de grande circulação, preferencialmente acompanhadas de seus pais ou responsável. Observa-se contudo, o risco eminente que esta possa vir a se perder em meio a multidão.

A sociedade, de um modo geral, tem como dever evitar que mais crianças desapareçam, razão pela qual o presente Projeto de Lei vai de encontro a este anseio.


CONCLUSÃO

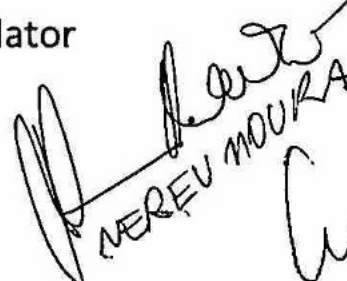
Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta casa.

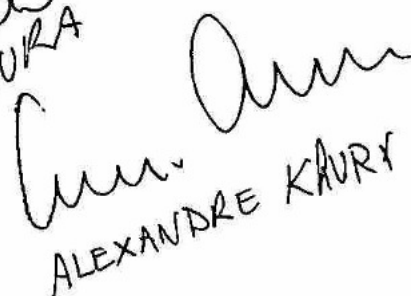
Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORÁVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2013


Deputado **Mauro Moraes**
Presidente


Deputado **Roberto Aciolli**
Relator


PEREIRA MOURA


ALEXANDRE KURY


CAIRO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2013



Emenda de Plenário nº	02
DAP	11 DEZ. 2013
Visto	<i>Claudio</i>

GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

Emenda aditiva de 2ª Discussão ao Projeto de Lei nº 349/2013

Art. 1º. O artigo 1º, do Projeto de Lei nº 349/2013, passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 1º. Fica estabelecida a obrigatoriedade do fornecimento gratuito de pulseiras de identificação em todos os eventos públicos realizados em locais abertos, que concentrem número superior a cento e cinquenta pessoas, excetuado os eventos religiosos e os promovidos por entidades sem fins lucrativos."

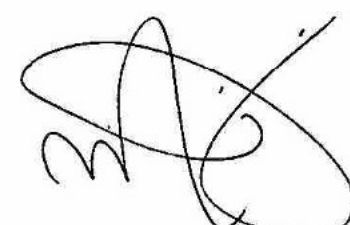
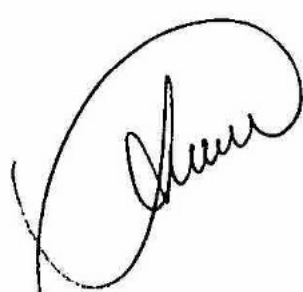
Art. 2º. Esta emenda aditiva entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de dezembro de 2013.


PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

Justificativa:

A presente proposição funda-se no fato e na necessidade de proteção eventos religiosos, assim como também os promovidos por entidades sem fins lucrativos, visto que tais pulseiras de identificação, além de necessitarem de grande logística para cumprimento dos preceitos contidos no projeto de Lei, geram custos que reduzirão as receitas de entes que não visam lucro.



15:38 11/12/2013 010867 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER A EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 349/13

Projetos de Lei nº 349/2013
Emenda Aditiva de Plenário

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de pulseiras de identificação em crianças, jovens e adolescentes com idade inferior a 16 anos em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado do Paraná.

EMENTA: EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 137, §3º E §5º E ART. 141, I, DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. PARECER PELA REJEIÇÃO DA EMENDA ADITIVA APRESENTADA EM PLENÁRIO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade da adoção de pulseiras de identificação em crianças, jovens e adolescentes com idade inferior a 16 anos em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado do Paraná.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 11 de dezembro de 2013, em segunda discussão durante a Sessão Plenária, o presente projeto de lei recebeu Emenda Aditiva. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Contudo, o art. 137, § 3º e § 5º do Regimento Interno desta Casa de Leis, prevê a possibilidade de emenda ao projeto de lei por uma proposição que se acrescenta a outra, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifos nossos)

§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Nesse aspecto, verifica-se que a emenda em análise apresenta incoerência os ditames regimentais, tendo em vista sua dissonância ao projeto inicial no que tange a colocar como exceção os eventos religiosos e os promovidos por entidades sem fins lucrativos, haja vista que tais eventos podem da mesma forma concentrarem elevado número de pessoas. Por esse motivo, a presente Emenda encontra óbice em seu prosseguimento por ferir o que descreve o artigo acima mencionado.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, com fulcro no art. 137, §5º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, opina-se pela **REJEIÇÃO da Emenda Aditiva** apresentada em Plenário, por restarem ausentes os requisitos legais.

Sala das Comissões, em 11 de março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

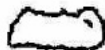
APROVADO

18/02/14 



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



PROJETO DE LEI

186/14

Súmula: Transforma e cria cargos no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

Art. 1º. Ficam transformados oito (08) cargos vagos de Procurador de Justiça da carreira do Ministério Público do Estado do Paraná em oito (08) cargos de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º. Ficam transformados, no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, os seguintes cargos efetivos:

I – 03 (três) cargos de técnico superior, do grupo ocupacional superior, em 03 (três) cargos de auditor, do grupo ocupacional superior;

II – 03 (três) cargos de telefonista, do grupo ocupacional básico, em 03 (três) cargos de auxiliar administrativo, do grupo ocupacional básico;

III – 04 (quatro) cargos de vigia, do grupo ocupacional básico, em 04 (quatro) cargos de oficial de promotoria, do grupo ocupacional básico;

Art. 3º. Ficam criados no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná 94 (noventa e quatro) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-5, de assessor de Promotoria.

§ 1º. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere este artigo terão lotação na Procuradoria-Geral de Justiça e serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral.

§ 2º. No provimento dos cargos em comissão previstos neste artigo será observado o disposto na Lei nº 16.559, de 06 de agosto de 2010, e alterações subsequentes.

Art. 4º. O artigo 2º, da Lei nº 16.559, de 06 de agosto de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º. Os cargos em comissão, com atribuições de assessoramento superior no âmbito do Ministério Público do Paraná, serão ocupados por, no mínimo, 05% (cinco por cento) de titulares de cargos efetivos do respectivo Quadro de Servidores, observados os requisitos de qualificação e experiência.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Art. 5º. A descrição das atribuições dos cargos previstos nos artigos 2º e 3º, desta Lei, e outras características atinentes às suas funções, serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 6º. A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos transformados ou criados por esta Lei corresponde aos valores constantes das tabelas vigentes para o Quadro dos Servidores do Ministério Público do Paraná (Anexos I e II da Lei nº 17.888, de 26 de dezembro de 2013 e Anexo III da Lei nº 17.583, de 04 de junho de 2013).

Art. 7º. Os cargos transformados ou criados por esta Lei serão providos na medida da necessidade dos serviços, observada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 8º. Fica instituída a gratificação correspondente a 10% do subsídio do cargo ao ocupante da função de Ouvidor do Ministério Público do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Os efeitos financeiros decorrentes deste artigo dar-se-ão a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe a transformação de oito (08) cargos vagos de Procurador de Justiça da carreira do Ministério Público do Estado do Paraná em oito (08) cargos de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba; a transformação, conforme específica, de 10 (dez) cargos de servidor efetivo do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná; a criação, neste mesmo Quadro, de 94 (noventa e quatro) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-5, de assessor de Promotoria, e adota outras providências.

Visa a presente proposta, tanto em relação aos membros da carreira quanto aos servidores efetivos do Ministério Público, compatibilizar as atribuições dos cargos transformados às atuais necessidades institucionais e, em especial, no tocante à transformação dos cargos de Procurador de Justiça em cargos de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba, obter, a par da economia propiciada, sob o aspecto financeiro, mais agilidade no suprimento de cargos vagos ou cujo titular se encontre afastado, como também sua maior abrangência. Ou seja, os cargos de Procurador de Justiça, de atuação restrita ao segundo grau, são transformados em cargos de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba, que podem atuar tanto em primeiro grau (Foro Central e Regional da comarca de Curitiba), como em segundo grau, mediante convocação.

No que se refere à criação de cargos de provimento em comissão, objetiva suprir às necessidades decorrentes da defasagem de sua quantidade em relação ao Poder Judiciário, a par da adequação da remodelação e ampliação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça, iniciada com a Lei nº 15.913, de 28 de julho de 2008, de forma ajustá-la às diretrizes institucionais advindas do novo Plano Estratégico do Ministério Público do Paraná – Projeto GEMPÂR 2018, aprovado em 15.12.2009, que prevê, a par da modernização administrativa, a ampliação, racionalização e otimização da atuação ministerial tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Como consignado na exposição de motivos do anteprojeto convertido na supracitada Lei nº 15.913/2008, *"por atribuição constitucional cumpre ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária. As múltiplas contingências do cotidiano social têm maximizado a demanda pela intervenção institucional. O despertar da cidadania canaliza para o Ministério Público, especialmente, a justa aspiração das camadas da população mais dependentes da tutela estatal. Dar-lhes respostas céleres e efetivas, em sintonia com seus acalentados anseios, implica uma constante mutação estrutural, uma prospecção por novas metodologias, a intensificação e a diversificação das áreas de atuação"*.

Esclareça-se que a proposta de criação de cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-5, de assessor de Promotoria, a quem incumbe o exercício da função de assessoramento técnico-jurídico às Promotorias de Justiça, se destina a fazer frente à ampliação do número de cargos equivalentes no Poder Judiciário, perante o qual deve officiar o Ministério Público, resultante da criação de novas Varas, em primeiro grau, salientando-se a opção, menos onerosa, do Ministério Público pelo reforço das assessorias de suas Promotorias de Justiça, ao invés da criação de cargos de membros do Ministério Público.

Neste ponto – criação de cargos em comissão –, em observância ao princípio da proporcionalidade resta *"guardada a correlação entre o número de cargos efetivos e em comissão"*, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal (RE nº 365.368-SC, j. 22.05.2007). No entanto, diante da constatação da sua inviabilidade prática a reserva do percentual de 10% destes cargos em comissão, com atribuições de assessoramento superior, para ocupação por servidores efetivos, conforme previsto no art. 2º, da Lei nº 16.559, de 06 de agosto de 2010, está sendo reduzida para 5%, mediante proposta de alteração do citado dispositivo legal.

A instituição da gratificação de 10% sobre o subsídio do cargo, ao ocupante da função de Ouvidor do Ministério Público do Paraná, objetiva ensejar justa contrapartida pelo exercício desta *novel* e relevante função. Com efeito, a previsão de criação de Ouvidorias do Ministério Público veio com a Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, que ao introduzir o art. 130-A ao Texto Fundamental (art. 2º), que instituiu o Conselho Nacional do Ministério Público, projetou-as como sua *longa manus* no âmbito dos Ministérios Públicos da União e dos Estados, de forma a



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



viabilizar um canal de acesso "para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares" (§ 5º); tendo sido implementada no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná pela Lei Complementar nº 117, de 14 de fevereiro de 2007.

Registre-se que, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Gestão de Pessoas, Divisão de Folha de pagamento (cf. Informação nº 243/2014), a transformação de 08 (oito) cargos de Procurador de Justiça em cargos de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba gerará economia para a Instituição; a transformação de 10 (dez) cargos de servidor, de provimento efetivo, significará a manutenção de mesma despesa; e a criação de 94 (noventa e quatro) cargos de servidor, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, assessor de Promotoria, se e quando providos todos os cargos, terá um impacto financeiro mensal, na folha de pagamento, de R\$ 631.787,57 (seiscentos e trinta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), correspondente a um acréscimo mensal de 1,86% (um vírgula oitenta e seis por cento), tendo referida despesa, estimada em R\$ 5.457.421,31 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e um reais e trinta e um centavos - para o presente exercício, considerando o período de mai-dez/2014 e o 13º sal.) e R\$ 8.341.050,26 (oito milhões, trezentos e quarenta e um mil, cinquenta reais e oitenta e vinte e seis centavos) para os exercícios seguintes (2014 e 2015), previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.886, de 20.12.2013), conforme Informação nº 0878/14, do Departamento Financeiro - DF. De sua vez, a instituição da gratificação de 10% do subsídio do cargo ao Ouvidor do Ministério Público causará um impacto financeiro mensal, na folha de pagamento, de R\$ 2.658,97 (dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos), correspondente a um acréscimo mensal de 0,008% (zero vírgula zero zero oito por cento), tendo referida despesa, estimada em R\$ 23.044,40 (vinte e três mil, quarenta e quatro reais e quarenta centavos - para o presente exercício, considerando o período de mai-dez/2014 e o 13º sal.) e R\$ 34.566,58 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) para os exercícios seguintes (2014 e 2015), previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.886, de 20.12.2013), conforme Informação nº 1029/14, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 0879/14 e Informação nº 1.030/2014) que os



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



impactos, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, para o exercício de 2014, serão, respectivamente, de 0,023237% (zero vírgula zero dois três dois três sete por cento) e 0,000088% (zero vírgula zero zero zero zero oito oito por cento) em relação à receita corrente líquida prevista, fixando-se com este acréscimo em 1,7606 %. (um vírgula sete seis zero seis por cento) no período considerado de janeiro a dezembro/2014, donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foram as propostas submetidas e aprovadas, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, a exceção da constante do artigo 8º do presente anteprojeto, em sessão extraordinária realizada no dia 09 de abril próximo passado.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente da transformação de cargos de servidor e de membro do Ministério Público do Estado do Paraná, da criação de cargos de provimento em comissão, no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, da instituição da gratificação correspondente a 10% do cargo ao ocupante da função de Ouvidor do Ministério Público, objeto do presente Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 17.886, de 20.12.2013, compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013 (LDO).

Curitiba, 16 de abril de 2014

Gilberto Giacoia
Procurador Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 776/14-GAB

Curitiba, 16 de abril de 2014.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 ABR. 2014

mauro
1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 23/04/2014

[Assinatura]
Presidente



Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que transforma e cria cargos no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

[Assinatura]

Gilberto Giacoia

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

14:39 23/04/2014 001933 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 186/2014

Projeto de Lei nº 186/2014

Autor: Ministério Público

Súmula: Transforma e cria cargos no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

EMENTA: TRANSFORMA E CRIA CARGOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa transformar 08 cargos vagos de Procurador de Justiça em 08 cargos de Promotor de Justiça, bem como criar 94 cargos de assessor de Promotoria e dá outras providências.

VISTA EM 29/04/14

FUNDAMENTAÇÃO

José Geneser



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural; em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição Estadual, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos).

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa; podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos).

O jurista José Afonso da Silva leciona "(...) das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o disposto no art. 169, 'propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira'. Dá-se-lhe, assim, o poder de iniciativa de leis nessas matérias"¹.

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:
II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

¹ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores. SP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

Desta forma, fica clara a competência que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que está sendo apresentada respectiva Declaração de adequação orçamentária, nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar n.º 95/98.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Curitiba, 29 de abril de 2014.

Nelson Justus
NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Luiz Claudio Romanelli
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dep. Todney
Cener

APROVADO

06/05/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 186/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo da Procuradoria Geral de Justiça - Ministério Público – Ofício nº 776/2014, que objetiva transformar e criar cargos no Ministério Público do estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli exarou o devido parecer favorável que foi aprovado em razão de sua legalidade e constitucionalidade.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pela Procuradoria Geral de Justiça-Ministério Público do Estado do Paraná encontra-se plenamente justificada.

Assevera o autor que, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Gestão de Pessoas, Divisão de Folha de Pagamento (conforme Informação nº 243/2014), a transformação de 08 (oito) cargos de Procurador de Justiça em cargos de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba gerará economia para a Instituição; a transformação de 10 (dez) cargos de servidor, de provimento efetivo, significará a mesma despesa; e a criação de 94 (noventa e quatro) cargos de servidor em comissão, símbolo DAS-5, assessor de Promotória,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

se e quando providos todos os cargos, o impacto mensal, na folha de pagamento será de R\$631.787,57 (seiscentos e trinta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), sendo estimada a despesas em R\$5.457.421,31 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte um reais e trinta e um centavos) para o presente exercício, considerando o período de maio-dezembro/2014 e o 13º salário; e R\$8.341.050,26 (oito milhões, trezentos e quarenta e um mil, cinquenta reais e vinte seis centavos) para os exercícios seguintes (2014 e 2015).

De outro lado, a instituição da gratificação de 10% (dez) por cento do subsídio do cargo ao Ouvidor do Ministério Público causará um impacto financeiro mensal, na folha de pagamento, de R\$2.658,97 (dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos), tendo a referida despesa, estimada em R\$ 23.044,40 (vinte e três mil, quarenta e quatro reais e quarenta centavos), para o presente exercício, considerando o período de maio-dezembro/2014 e o 13º salário; e R\$34.566,58 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) para os exercícios seguintes (2014 e 2015).

Encontra-se anexo a proposta a declaração do ordenador de despesas, Senhor Dr. Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça, informando que a proposta apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013 (LDO).

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 21/05/14

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR



Emenda de Plenário nº 01

DAP 03 JUN. 2014

Visto *Claudia*

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 186/2014

Suprime o art. 4º do Projeto de Lei nº 186/2014, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Paraná, renumerando os demais.

Sala das Sessões, 3 de junho de 2014.

Eiton Welter
Eiton Welter
Deputado Estadual

Enio Verri
Enio Verri
Deputado Estadual

Luciana Rafagnin
Luciana Rafagnin
Deputada Estadual

Péricles de Mello
Péricles de Mello
Deputado Estadual

Prof. Lemos
Prof. Lemos
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Toninho Wandscheer
Toninho Wandscheer
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER DA EMENDA SUPRESSIVA DO PROJETO DE LEI Nº 186/2014

Projeto de Lei nº 186/2014

Emenda Supressiva

Súmula: Transforma e cria cargos no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

EMENTA: EMENDA SUPRESSIVA. ART. 137, §1º, 139, 140 E 141, I, AMBOS DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. IMPOSSIBILIDADE. PARECER PELA REJEIÇÃO DA EMENDA APRESENTADA EM PLENÁRIO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, tem por finalidade transformar e cria cargos no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

Ocorre que, em data de 03 de junho de 2014, o referido projeto de lei recebeu Emenda Supressiva de Plenário em segunda discussão. Por esta razão é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

VISTA EM 17/06/14

TADEU VENERI
Praça Nossa Senhora da Saúde, Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade das Emendas de Plenário, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoladas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grito nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno desta Casa de Leis, tendo em vista que a emenda apresentada foi proposta durante a 2ª discussão da Sessão Plenária em data de 03 de junho de 2014.

No mesmo contexto, o art. 137 do Regimento Interno classifica as emendas como supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. O §1º, do referido dispositivo, prevê a possibilidade de uma proposição mandar erradicar qualquer parte de outra pelo meio de Emenda Supressiva, senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifo nosso)

Ainda, consoante se infere no artigo 139 do Regimento Interno, para que as emendas sejam objeto de deliberação as mesmas deverão ser apoiadas.

Art. 139 As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Contudo, o artigo 140 do Regimento Interno desta Casa de Leis, preceitua que quando o projeto for de competência exclusiva do Ministério Público que disponha cargos de sua secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade dos membros da Assembléia. Senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 140 Nos projetos de competência exclusiva da Assembleia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembleia.

Nesse aspecto, verifica-se que a emenda ora analisada apresenta incoerência os ditames regimentais, tendo em vista sua ausência de quórum para que possa ser aprovada por esta Comissão. Por esse motivo, a presente Emenda encontra óbice em seu prosseguimento por ferir o que descreve o artigo acima mencionado.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, com fulcro no art. 140 do Regimento Interno desta Casa de Leis, opina-se pela **REJEIÇÃO da Emenda Supressiva** apresentada em Plenário, por restarem ausentes os requisitos legais e regimentais.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

RELATOR


APROVADO

24/06/14


VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dep. Tadeu

Generoso

24/06/14



REQUERIMENTO

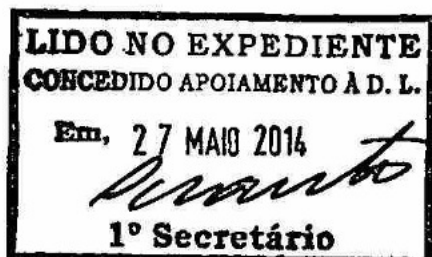
I - RECEBIDO
II - PROTOCOLE-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA 24 JUN. 2014
PRESIDENTE

SENHOR PRESIDENTE,

Sumula: Requer a transformação das Sessões Plenárias de 25 de junho, próxima quarta-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 186/2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem, com fundamento nos artigos 174, § 2º e 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, da próxima quarta-feira, dia 25 de junho, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 186/2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 24 de junho de 2014.



PROJETO DE LEI Nº 233/2014.

Consolida as normas referentes ao Quadro Próprio de Servidores do Poder Legislativo.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os servidores efetivos e estáveis ocupantes de cargo público no quadro de pessoal da Assembleia Legislativa passam a ser regidos pela presente Lei e subsidiariamente pela Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Paraná.

Art. 2º O Quadro Próprio de Servidores Efetivos do Poder Legislativo é composto exclusivamente pelos cargos e carreiras previstos no Anexo I desta Lei.

CAPÍTULO II
DAS CARREIRAS

Art. 3º Os cargos de provimento efetivo são organizados em carreiras, com classes e níveis, de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que cada cargo será composto de três classes e sete níveis, conforme previstos no Anexo I.

§ 1º São carreiras do Quadro Próprio do Poder Legislativo:

I - Procurador da Assembleia;

II - Analista Legislativo, composta pelos cargos de nível superior;

III - Técnico Legislativo, composta por cargos com atribuições de execução, cuja escolaridade exigida é o ensino de nível médio ou técnico específico para a área de atuação;

IV - Auxiliar Legislativo, composta por cargos com atribuições de apoio operacional, cujo requisito de ingresso é o ensino fundamental.

§ 2º A classe III de cada cargo será a classe inicial para o ingresso e a classe I a final para o desenvolvimento na carreira.

§ 3º O requisito de escolaridade dos cargos e das funções de cada cargo serão fixados no Perfil Profissiográfico, por Ato da Comissão Executiva.

§ 4º A descrição das atribuições dos cargos, regulamentação da carga horária e outras características atinentes às funções serão definidas em Ato da Comissão Executiva, observado o disposto na Lei nº 6.174, de 1970.

CAPÍTULO III

14:57 27/05/2014 002733 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



DO PERFIL PROFISSIONAL

Art. 4º Será adotado o perfil profissional para a realização de concurso público, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação, formação, capacitação profissional, aperfeiçoamento e outros institutos de desenvolvimento em cada carreira.

§ 1º Perfil profissional é o documento formal da descrição de funções dos cargos, indicando tarefas genéricas, específicas e especializadas, requisitos de escolaridade, exigências físicas, psicológicas e profissionais e demais condições necessárias ao desempenho do servidor nos cargos e classes.

§ 2º O perfil profissional completo será encaminhado para publicação por meio de ato da Comissão Executiva da Assembleia no prazo de até sessenta dias a partir da publicação desta Lei.

CAPÍTULO IV
DO PROVIMENTO E DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 5º O provimento no cargo se dará em sua classe inicial, atendidos os seguintes requisitos para a investidura:

- I - existência de vaga no cargo e na classe de ingresso;
- II - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;
- III - registro profissional regular no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional seja regulamentado por Lei;
- IV - inspeção médica, de caráter eliminatório, realizada por órgão de perícia oficial do Estado, podendo conter exame psicológico;
- V - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo ou função, previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público previsto no inciso II deste artigo.

Parágrafo único. A comprovação do preenchimento dos requisitos previstos nos incisos deste artigo precede a nomeação.

Art. 6º O estágio probatório será de três anos de efetivo exercício no cargo, observado o disposto na Constituição Estadual.

Art. 7º Fica instituída a avaliação especial de desempenho do servidor durante o estágio probatório, com os seguintes objetivos:

- I - apurar a aptidão do servidor para o cargo efetivo, para efeitos da estabilidade prevista na Constituição Estadual;



II - promover a adaptação do servidor em estágio probatório ao trabalho, possibilitando seu desenvolvimento profissional e a qualidades dos serviços prestados ao Poder Legislativo.

Art. 8º O servidor em estágio probatório terá sua aptidão avaliada observando-se os seguintes requisitos:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - suficiência de desempenho;

V - responsabilidade;

VI - produtividade;

VII - capacidade física e mental compatível com o desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º A apuração da nota atribuída ao avaliado será mensurada através de Ficha de Avaliação de Desempenho aprovada por Ato da Comissão Executiva, sendo considerado insuficiente quando desatendidos qualquer dos requisitos constantes no *caput* deste artigo.

§ 2º A qualquer tempo, verificando-se o desatendimento ao requisito previsto no inciso VII do *caput* deste artigo, o servidor deverá ser encaminhado para perícia médica oficial, para a comprovação da incapacidade física ou mental, na forma regulamentar.

Art. 9º O servidor em estágio probatório cumprirá período de avaliação no órgão de lotação originária, podendo nele ser nomeado para o exercício de cargo em comissão ou receber gratificação em razão de encargos especiais.

§ 1º Na nomeação de servidor em estágio probatório para cargo em comissão ou gratificação em razão de encargos especiais, deverá estar comprovada a correlação das atividades destes cargos com as do cargo efetivo.

§ 2º A nomeação do servidor em avaliação especial de desempenho para cargo em comissão que não tenha correlação com o seu cargo efetivo ou que não integre a estrutura de cargos da administração da Assembleia Legislativa implicará na suspensão do estágio probatório até o retorno do servidor ao exercício do cargo efetivo.

Art. 10. Na hipótese de acumulação legal, o estágio probatório será cumprido em relação a cada cargo para o qual o servidor for nomeado.

Art. 11. O servidor, no período do estágio probatório, somente terá direito às seguintes licenças:

I - para tratamento de saúde;



II – à gestante e paternidade;

III – por acidente em serviço e doença profissional;

IV – para o serviço militar;

V – para concorrer a mandato eletivo na forma da legislação eleitoral;

VI – para o desempenho de mandato de direção de sindicato ou associação de classe, na forma prevista na Constituição Estadual;

VII – para doação de sangue, casamento, falecimento e alistamento eleitoral;

VIII – para desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal;

IX – compulsória.

Art. 12. Não será considerado na contagem do período de estágio probatório o afastamento do servidor superior a sessenta dias em virtude das seguintes licenças:

I – para tratamento de saúde;

II – à gestante e paternidade;

III – por acidente em serviço e doença profissional;

IV – para o serviço militar;

V – para concorrer a mandato eletivo na forma da legislação eleitoral;

VI – para desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal;

VII – para o desempenho de mandato de direção de sindicato ou associação de classe, na forma prevista na Constituição Estadual;

VIII – compulsória.

Parágrafo único. No limite de sessenta dias a que se refere o *caput* deste artigo serão considerados os períodos, consecutivos ou não, sempre que somados atingirem mais de sessenta dias no período de cada avaliação em que o servidor se afastar do seu cargo em função.

Art. 13. O preenchimento da Ficha de Avaliação de Desempenho do servidor será trimestral, por Comissão de Avaliação de Desempenho composta de três servidores estáveis, instituída especialmente para esta finalidade, que avaliará o servidor através dos subsídios fornecidos pelo respectivo órgão de lotação.

Parágrafo único. A periodicidade da avaliação de desempenho estabelecida neste artigo não impede que, a qualquer tempo, seja instaurado processo administrativo visando



apurar ilícitos funcionais do servidor em estágio probatório, mediante relatório fundamentado, observadas as disposições estatutárias.

Art. 14. Compete ao chefe imediato fazer o acompanhamento do servidor em estágio probatório, fornecendo subsídios à Comissão sobre o seu comportamento, desempenho no trabalho e atendimento ou não das exigências do cargo, dentro dos prazos estabelecidos, mediante boletim de acompanhamento, na forma regulamentar.

Art. 15. A avaliação dos requisitos será efetuada na escala de cem a quatrocentos pontos, sendo considerado insuficiente o desempenho do servidor que obtiver nota ponderada inferior a 250 (duzentos e cinquenta) pontos em dois períodos de avaliação consecutivos ou em três períodos alternados de avaliação, em quaisquer dos fatores, conforme regulamentação específica.

Parágrafo único. Se o servidor receber pontuação insuficiente na avaliação a que se refere o *caput* deste artigo, a Diretoria de Pessoal providenciará a sua exoneração junto à Comissão Executiva.

Art. 16. O resultado da avaliação especial de desempenho será homologada pelo Diretor do órgão de lotação e informado ao servidor.

§ 1º Se o servidor não concordar com a avaliação recebida, poderá, no prazo de cinco dias contados da ciência, apresentar pedido de reconsideração ao diretor do órgão de sua lotação, indicando fundamentadamente a necessidade de revisão e as razões de seu inconformismo.

§ 2º O Diretor do órgão de lotação que receber o pedido de reconsideração decidirá, de forma fundamentada, no prazo de cinco dias do recebimento.

§ 3º Da decisão do Diretor do órgão de lotação caberá recurso para o Diretor-Geral da Assembleia no prazo de cinco dias.

Art. 17. Cumprirá novo estágio probatório o servidor estável que, através da aprovação em concurso público, for nomeado para outro cargo, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 18. O agente responsável diretamente pela avaliação do servidor em estágio probatório que, por ação ou omissão, impedir o fiel cumprimento desta Lei e regulamentação respectiva será destituído da chefia, sem prejuízo da instauração de processo administrativo disciplinar.

CAPÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA E DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 19. O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão, da promoção e da mudança de função.

Art. 20. Somente participará dos concursos de progressão e promoção o servidor que obtiver resultado satisfatório na média do último biênio da avaliação de desempenho, excetuando-se a progressão por antiguidade.



§ 1º Resultado satisfatório consiste na pontuação igual ou superior a 250 (duzentos e cinquenta) pontos, conforme regulamentado por Ato da Comissão Executiva.

§ 2º Os títulos de cursos de aperfeiçoamento de que trata o inciso IV do § 2º do art. 22 desta Lei só poderão ser utilizados uma única vez para efeito de desenvolvimento na carreira.

§ 3º Para a progressão por merecimento serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por instituição de ensino reconhecida legalmente e que tenham pertinência com o cargo ocupado pelo servidor.

Seção I **Da Avaliação de Desempenho**

Art. 21. O servidor efetivo da Assembleia submeter-se-á à avaliação semestral de desempenho, realizada por comissão específica composta por três servidores efetivos, que avaliará o servidor através dos subsídios fornecidos pelo respectivo órgão de lotação, com fundamento nos seguintes critérios:

I - qualidade do trabalho - grau de exatidão, correção e clareza das atividades executadas;

II - produtividade - volume de trabalho executado em determinado espaço de tempo;

III - iniciativa - comportamento proativo no âmbito de atuação, buscando garantir eficiência e eficácia na execução das tarefas;

IV - presteza - disposição para agir prontamente no cumprimento das demandas de trabalho;

V - aproveitamento em programa de capacitação - aplicação dos conhecimentos adquiridos em atividades de capacitação;

VI - assiduidade - comparecimento regular e permanência no local de trabalho;

VII - pontualidade - observância do horário de trabalho e cumprimento da carga horária definida para o cargo ocupado;

VIII - administração do tempo e tempestividade - capacidade de cumprir as demandas dentro dos prazos previamente estabelecidos;

IX - uso adequado dos equipamentos e instalações de serviço - cuidado e zelo na utilização e conservação dos equipamentos e instalações no exercício das atividades;

X - aproveitamento dos recursos e racionalização de processos - melhor utilização dos recursos disponíveis, visando à melhoria dos fluxos dos processos de trabalho e à consecução de resultados eficientes;

XI - capacidade de trabalho em equipe - capacidade de desenvolver as tarefas em equipe, valorizando conjunto na busca de resultados comuns.



Parágrafo único. A avaliação do servidor será aferida através de Ficha de Avaliação de Desempenho aprovada por Ato da Comissão Executiva.

Art. 22. Compete ao chefe imediato o acompanhamento do servidor, fornecendo subsídios à Comissão sobre o seu comportamento, desempenho e produtividade, dentro dos prazos estabelecidos, mediante o preenchimento de boletim de acompanhamento.

Art. 23. Para cada critério o servidor receberá uma avaliação entre cem e quatrocentos pontos, sendo considerado insatisfatório o desempenho do servidor que obtiver nota ponderada inferior a 250 (duzentos e cinquenta) pontos em dois períodos de avaliação consecutivos ou em três períodos alternados.

Art. 24. O resultado da avaliação especial de desempenho será homologada pelo Diretor do órgão de lotação e informado ao servidor.

§ 1º Se o servidor não concordar com a avaliação recebida, poderá, no prazo de cinco dias contados da ciência, apresentar pedido de reconsideração ao Diretor do órgão, indicando fundamentadamente a necessidade de revisão e as razões de seu inconformismo.

§ 2º O Diretor do órgão de lotação que receber o pedido de reconsideração decidirá, de forma fundamentada, no prazo de cinco dias do recebimento.

§ 3º Da decisão do Diretor do órgão de lotação caberá recurso para o Diretor-Geral da Assembleia no prazo de cinco dias.

Art. 25. Será exonerado o servidor que receber:

I - dois conceitos sucessivos de desempenho insatisfatório; ou

II - três conceitos alternados de desempenho insatisfatório nas últimas cinco avaliações.

Art. 26. O ato de desligamento será publicado, de forma resumida, no órgão oficial, com menção apenas do cargo, do número da matrícula e lotação do servidor.

Seção II Da Progressão

Art. 27. Progressão é a passagem do servidor de um nível para o nível imediatamente superior, dentro da mesma classe e carreira.

Art. 28. A progressão do servidor efetivo dar-se-á dentro da classe, por antiguidade e merecimento.

§ 1º A progressão por antiguidade ocorrerá a cada três anos de efetivo exercício e será equivalente a uma referência salarial, obedecendo às seguintes regras:

I - o período de estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antiguidade;



II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, para efeitos deste parágrafo;

III - não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados para efeito deste parágrafo;

§ 2º Somente na primeira progressão por antiguidade o servidor poderá passar de uma classe para outra, caso o tempo de serviço seja superior aos níveis salariais existentes na classe III.

§ 3º A progressão por merecimento ocorrerá a cada três anos, cumprido o interstício mínimo de dois anos de efetivo exercício no nível em que se encontrava, condicionada ao resultado da avaliação periódica de desempenho individual, na forma a ser prevista por Ato da Comissão Executiva, levando-se em consideração os seguintes requisitos:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - produtividade;

IV - frequência e aproveitamento em cursos de formação e aperfeiçoamento, com a apresentação de certificado e/ou diploma.

Art. 29. Não obterá progressão funcional o servidor:

I - em estágio probatório;

II - em disponibilidade;

III - que tenha sofrido sanção disciplinar no período de avaliação;

IV - com desempenho insuficiente na avaliação individual.

Parágrafo único. As hipóteses dos incisos II e IV deste artigo não se aplicam à progressão por antiguidade.

Art. 30. São causas de suspensão do interstício para a progressão funcional:

I - as faltas não justificadas;

II - a prisão não decorrente de sentença definitiva;

III - o cumprimento de qualquer sanção disciplinar;

IV - a cessão ou disposição funcional a outro órgão ou entidade da Administração;

V - os períodos de licença para:



- a) tratamento de saúde superior a 180 (cento e oitenta) dias;
- b) tratamento de saúde em pessoa da família;
- c) trato de assuntos de interesses particulares;
- d) acompanhamento de cônjuge ou companheiro, que seja servidor público, quando designado para atuar em funções públicas, em outra localidade;
- e) exercício de mandato eletivo;
- f) missão ou estudo no exterior;
- g) capacitação profissional, com participação em curso de formação, decorrente de aprovação em concurso, para outro órgão da Administração Pública.

Parágrafo único. As hipóteses de suspensão previstas no inciso IV e na alínea 'a' do inciso V deste artigo não são aplicáveis para a progressão por antiguidade.

Art. 31. Nos casos em que estiverem satisfeitos os requisitos para ambas as modalidades de progressão, as mesmas poderão ser percebidas simultaneamente pelo servidor.

Art. 32. O processo de progressão funcional dos servidores será instaurado por Ato da Comissão Executiva.

§ 1º A progressão funcional somente será efetivada após a publicação do Ato concessório individualizado no Diário Oficial da Assembleia, decorrendo a partir de então seus efeitos financeiros.

§ 2º Os efeitos financeiros da progressão ficam condicionados à disponibilidade orçamentária e ao atendimento das condições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção III Da Promoção

Art. 33. Promoção é a passagem do servidor em efetivo exercício em uma classe para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo, conforme o Anexo II da presente Lei.

Art. 34. A promoção ocorrerá a cada quatro anos, dentro de um mesmo cargo, devendo observar os seguintes requisitos:

- I - existência de vaga na classe;
- II - avaliação de títulos, tais como titulação escolar formal, capacitação complementar, atualização, aperfeiçoamento, especialização e experiência;
- III - tempo mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe e na função;



IV - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido, nos termos do art. 21 desta Lei;

V - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em regulamentação específica.

§ 1º O diploma de graduação em curso de nível médio e técnico, ou de curso superior, ambos expedidos por instituição de ensino legalmente reconhecida, diverso daquele exigido para o ingresso no cargo, servirão para acesso à classe imediatamente superior da carreira, desde que relacionado à área de atuação do servidor.

§ 2º Para os servidores ocupantes de cargo de nível superior, o certificado de conclusão de curso de especialização cuja carga horária seja de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas será considerado para o acesso à classe imediatamente superior.

§ 3º Diploma de mestrado ou doutorado em área relacionada à atuação do servidor nesta Casa também pode ser utilizado para o acesso à classe superior.

Art. 35. Havendo vaga na classe, o servidor que cumprir os requisitos previstos no artigo anterior poderá concorrer à promoção para a classe imediatamente superior à sua.

§ 1º A Diretoria de lotação apresentará relatório com o desempenho do servidor, observada a regulamentação da Comissão Executiva, e encaminhará à Comissão Especial de Promoção para análise e decisão.

§ 2º A Comissão Especial de Promoção avaliará os relatórios de servidores que concorrerão à vaga e decidirá, de forma fundamentada e levando em consideração a eficiência do servidor nas atribuições do cargo que ocupa, os títulos conquistados, a participação em cursos e demais requisitos previstos em regulamentação.

§ 3º Da decisão da Comissão Especial de Promoção cabe recurso à Diretoria Geral, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão no Diário Oficial da Assembleia.

§ 4º Após finalizado o processo de promoção, o servidor será promovido por Ato da Comissão Executiva.

§ 5º As vantagens patrimoniais decorrentes da promoção serão devidas após a publicação do Ato que promover o servidor, e estão condicionadas à disponibilidade orçamentária e os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção IV Da Mudança de Função

Art. 36. A mudança de função poderá ocorrer quando, por interesse da Administração, for conveniente a atuação do servidor em outras atividades da mesma carreira, cargo e classe e sem alteração de vencimentos, desde que o servidor possua a capacitação profissional para o pleno exercício das novas atribuições, sempre a critério da Comissão Executiva da Assembleia.

CAPÍTULO VI DA DISPOSIÇÃO FUNCIONAL



Art. 37. O servidor efetivo do Quadro Próprio do Poder Legislativo que já tenha concluído o estágio probatório poderá ser cedido a outros Poderes, Órgãos ou Unidades da Administração Direta e Indireta da União, do Estado do Paraná ou dos Municípios deste Estado por ato da Comissão Executiva, na forma da legislação em vigor.

§ 1º A cessão dos servidores da Assembleia Legislativa deve se dar com ônus mediante ressarcimento ou sem ônus para a origem, admitindo-se a modalidade com ônus para a origem apenas quando houver manifesto interesse da Assembleia.

§ 2º O servidor somente poderá deixar de se apresentar no setor de origem após a autorização da disposição funcional e a publicação do ato no Diário Oficial da Assembleia.

§ 3º O órgão público responsável pelo ponto do servidor cedido deve encaminhar, até o quinto dia útil do mês subsequente, o registro de frequência do servidor relativo ao mês anterior à Diretoria de Pessoal da Assembleia Legislativa, sob pena de revogação da disposição em caso de atraso superior a sessenta dias.

§ 4º As disposições funcionais com ônus para a origem mediante ressarcimento ficam automaticamente revogadas quando o ressarcimento deixar de ser efetuado dentro do prazo máximo de noventa dias, devendo o servidor se reapresentar à Diretoria de Pessoal em até dez dias úteis.

§ 5º Findo o prazo de cessão, o servidor terá o prazo máximo de cinco dias úteis para apresentar-se na Diretoria de Pessoal da Assembleia, salvo impedimento grave, devidamente comprovado, sob pena de instauração de processo administrativo por abandono de cargo.

§ 6º Os servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão não poderão ser cedidos.

CAPÍTULO VII DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 38. A remuneração dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo é composta pelo vencimento básico acrescido das vantagens pecuniárias permanentes e transitórias previstas em lei.

Parágrafo único. A tabela de vencimentos das carreiras do Quadro Próprio do Poder Legislativo é aquela prevista no Anexo II desta Lei.

Art. 39. São vantagens pecuniárias permanentes:

I – vencimento básico;

II – adicionais por tempo de serviço.

§ 1º O vencimento básico será pago em conformidade com o nível e com a classe ocupada pelo servidor, conforme tabela constante no Anexo II.

§ 2º Os adicionais por tempo de serviço serão concedidos na forma dos arts. 170 e 171 da Lei nº 6.174, de 1970.



Art. 40. Poderão ser atribuídas aos servidores do Quadro Próprio do Poder Legislativo as seguintes vantagens pecuniárias de caráter transitório:

I – verba de representação;

II – gratificações, na forma do art. 172 e seguintes da Lei nº 6.174, de 1970, exceto aquelas previstas nos incisos I a IV do art. 172 do mesmo diploma.

III – diárias;

IV – outras verbas de cunho indenizatório, atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, na forma regulamentada por resolução da Assembleia.

§ 1º A verba de representação é assegurada aos servidores em efetivo exercício das atribuições próprias do cargo, no percentual de oitenta por cento sobre o vencimento básico para os ocupantes de cargo de Analista Legislativo – Advogado, de quarenta por cento sobre o vencimento básico para os demais ocupantes do cargo de Analista Legislativo, e de vinte por cento para os ocupantes dos cargos de Técnico Legislativo e Auxiliar Legislativo.

§ 2º Aos servidores ocupantes de cargo público de provimento efetivo quando da edição das Resoluções 27, de 29 de junho de 1989 e 15, de 03 de maio de 1990, fica assegurada a percepção da verba de representação nos percentuais nelas previstos.

§ 3º A percepção de verba de representação é incompatível com a percepção simultânea das seguintes gratificações:

I - de serviço extraordinário;

II - de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva;

Art. 41. Fica vedada a concessão aos servidores efetivos de adicionais ou vantagens pecuniárias não previstas na presente Lei, bem como em bases e limites superiores aos nela fixados, ficando extintas, dentre outras, as seguintes vantagens:

I – gratificação de apoio administrativo, prevista no art. 21 da Lei nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010;

II – gratificação de apoio, criada pela Resolução nº 9, de 11 de maio de 2010;

III – gratificação de representação de gabinete, conforme prevista na Resolução nº 45, de 13 de outubro de 1989;

IV – gratificação de atividade, criada pelo Ato da Comissão Executiva nº 43, de 1993;

V – abono de assessoramento parlamentar, criada pelo Ato da Comissão Executiva nº 625, de 2010;

VI – gratificação de produtividade;

VII – abono.



Art. 42. As gratificações e demais benefícios referidos neste capítulo serão devidos ao servidor alocado na respectiva unidade do Poder, e enquanto estiver no exercício de suas atribuições ou funções, cessando seu pagamento quando do afastamento não remunerado e disponibilidade funcional.

Art. 43. À exceção dos ocupantes do cargo de Procurador, em razão de expressa previsão Constitucional, nenhum servidor do quadro próprio do Poder Legislativo receberá remuneração mensal superior ao subsídio atribuído ao Deputado Estadual.

Art. 44. Os ocupantes do cargo de Procurador da Assembleia farão jus à remuneração atribuída aos Procuradores do Estado do Paraná conforme previsão da Lei Complementar 161, de 3 de outubro de 2013, em observância ao disposto no § 3º do art. 243 da Constituição Estadual, observada a exata correspondência entre as classes.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 45. No prazo de até sessenta dias da data da publicação da presente Lei, Ato da Comissão Executiva enquadrará os servidores efetivos e estáveis nas novas referências e classes de cargos.

Art. 46. Os atuais servidores serão enquadrados no cargo de hierarquia equivalente ao anteriormente ocupado, com atribuições idênticas ou assemelhadas, observados os princípios previstos na Constituição Federal.

§ 1º O enquadramento se fará na mesma referência salarial atualmente ocupada, ou caso não seja possível, em referência equivalente;

§ 2º Eventual desvio de função não assegura ao servidor acesso a cargo diverso ou de maior hierarquia.

Art. 47. Após a publicação do enquadramento a que alude o art. 46 desta Lei, os servidores terão prazo de quinze dias para apresentar recurso da decisão, que será apreciado por uma Comissão Especial designada pelo Diretor-Geral da Assembleia, composta por três servidores efetivos.

Art. 48. O enquadramento do servidor inativo e gerador de pensão ao disposto na presente Lei será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas, observadas as normas legais aplicáveis.

Art. 49. Fica assegurada aos servidores a irredutibilidade dos vencimentos, mediante a percepção, por meio da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, do valor da diferença entre a remuneração prevista na presente Lei e aquela recebida sob o regime anterior.

§ 1º A VPNI corresponderá ao valor da remuneração percebida pelo servidor no mês imediatamente anterior ao da aplicação desta Lei, deduzido o valor correspondente à elevação dos vencimentos por conta do novo enquadramento.



§ 2º A diferença de vencimentos de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte, e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento na carreira e das revisões gerais anuais.

§ 3º Sobre a VPNI incidirão, exclusivamente, os reajustes provenientes das revisões gerais anuais.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50. Ficam declarados em extinção os cargos de Médico, Dentista, Enfermeiro, Agente de Saúde e Biólogo, da área de saúde, sendo assegurado aos atuais ocupantes a permanência no cargo até a vacância, mantidos os mesmos direitos e atribuições.

Art. 51. Ficam extintos os cargos de Editor, Designer Gráfico, Arte-Finalista, Impressor e Encadernador, da área de artes gráficas.

Parágrafo único. Os atuais ocupantes dos cargos extintos por esta Lei serão enquadrados em cargos de mesma hierarquia e escolaridade, observada as habilidades profissionais individuais.

Art. 52. O cargo de Taquígrafo voltará a ser denominado de Taquígrafo Revisor, privativo de portadores de diploma de nível superior, e com as competências e atribuições previstas no perfil profissiográfico.

Art. 53. Todos os cargos cujo nível de escolaridade é o ensino médio ou curso técnico passam a ser denominados Técnico Legislativo, acrescido da área de especialidade, quando houver, na forma da tabela de correlação constante do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. A tabela de correlação entre a nomenclatura atual e antiga do cargo se dará na forma do Anexo III desta Lei.

Art. 54. Os cargos cujo nível de escolaridade é o ensino fundamental ficam agrupados sob a nomenclatura de Auxiliar Legislativo, e serão extintos ao vagar.

Art. 55. Ficam automaticamente extintos, após a vacância, os cargos de provimento efetivo porventura existentes na estrutura funcional da Assembleia que não estejam previstos no quantitativo de cargos da presente Lei.

Art. 56. A partir da data de vigência desta Lei, para cada cargo efetivo provido por servidor aprovado em concurso público será automaticamente extinto um cargo de provimento em comissão da Administração da Assembleia Legislativa de maior correlação, dentre os previstos no art. 10 da Lei nº 16.792, de 25 de fevereiro de 2011, ou por dispositivo legal a ele correspondente de ato legislativo que lhe sobrevier.

Art. 57. A implementação dos efeitos financeiros decorrentes desta Lei fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira para tanto, bem como ao atendimento dos limites de despesas com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

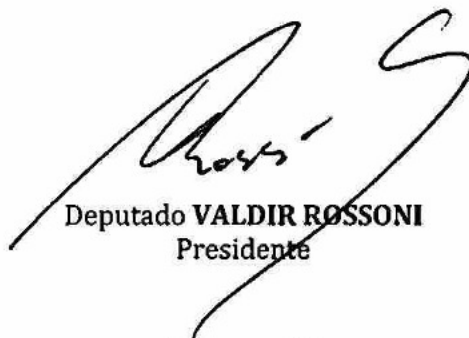


Art. 58. O prazo prescricional para pleitear a revisão dos efeitos decorrentes desta Lei se encerra em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 60. Revoga os arts. 1º e 2º, 8º e 25 a 33 da Lei nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010.

Palácio Dezenove de Dezembro, 26 de maio de 2014.



Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente



Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Este projeto de lei visa reorganizar e modernizar a legislação de pessoal desta Assembleia, compilando todas as normas referentes à estrutura de cargos dos servidores.

Tal reorganização se faz necessária ante à pluralidade de atos normativos relativos ao quadro funcional da Assembleia, sendo necessária sua compilação e concentração em um único diploma legal, capaz de reger os atos da vida funcional dos servidores.

A presente lei se fez possível após um extenso trabalho ao longo da 17.^a Legislatura, consistente em um diagnóstico e levantamento da situação funcional de cada servidor, ativo ou inativo, inclusive com a designação de Comissões Especiais para tais misteres. Foi necessário, também, levantar as reais necessidades de pessoal de cada setor da Administração da Casa. Com o curso regular dos trabalhos durante a 17.^a Legislatura se pôde precisar a demanda de serviço no Legislativo, possibilitando a reorganização do quadro.

Nesse momento, após as medidas tomadas em prol da Administração Pública, a reorganização e modernização do Quadro do Poder Legislativo é prioridade para deixar um legado para as gestões futuras, mediante uma estrutura moderna e funcional, apta a atender a demanda de serviço desta Casa de Leis.

Esta nova estrutura de pessoal é essencial para viabilizar a realização de concurso público para aumentar a qualificação do Quadro do Poder Legislativo com o ingresso de novos servidores tecnicamente capacitados para atender as demandas de um Legislativo moderno.

A lei prevê a regulamentação básica dos cargos e carreiras, como critérios de admissão, progressão e promoção. Promove, também, uma alteração no quantitativo de cargos, adequando-os às necessidades do Poder Legislativo contemporâneo. A partir de uma estrutura com 670 (seiscentos e setenta) cargos de provimento efetivo estabelecida pela Lei 16.390/2010, o quadro atual passa a contar com um número de 550 (quinhentos e cinquenta) cargos.

Acompanhando um modelo de estruturação mais moderno que vem sendo adotado hodiernamente pelos órgãos públicos, a exemplo da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os cargos foram agrupados em quatro carreiras de servidores, duas de nível superior, uma de nível médio e outra de nível básico, congregando todos os cargos efetivos previstos na estrutura de pessoal.

As carreiras de nível superior são a de Procurador da Assembleia, conforme prevista no artigo 243 da Constituição Estadual, e a carreira de Analista Legislativo, que passou a congrega todos os demais cargos de nível superior. Os cargos de nível médio passam a ser denominados de Técnico Legislativo, e os servidores de nível básico passam a ser denominados como Auxiliares Legislativos. As novas designações afastam de forma definitiva as dúvidas sobre a escolaridade necessária para o acesso aos referidos cargos.



Além da alteração na nomenclatura, os cargos com atribuições similares foram agrupados em carreiras com um perfil profissional mais abrangente, visando simplificar a gestão de pessoal.

Os cargos da área da saúde (Médicos, Dentistas, Fisioterapeutas, Psicólogos, Biólogos) deixaram de ser previstos na nova legislação, e passam a ser tratados como cargos em extinção.

Também deixaram de ser contemplados pela lei os cargos afetos à atividades relacionadas à coordenadoria da gráfica (Editor, Designer Gráfico, Arte-Finalista, Impressor e Encadernador) e da coordenadoria de segurança (Seguranças), setores que foram extintos e que deixaram de fazer parte da estrutura da Assembleia Legislativa com a edição do Decreto Legislativo n.º 01, de 16 de fevereiro de 2011.

A lei assegura aos atuais ocupantes dos cargos extintos a permanência no serviço público, mantidos todos os seus direitos e obrigações, até a vacância do cargo.

Na esteira da previsão Constitucional, a lei passa a prever os requisitos para o acesso aos cargos públicos, notadamente a necessidade de prévia aprovação em concurso público e a comprovação da escolaridade exigida. Acurou-se de regulamentar a avaliação do servidor em estágio probatório, mediante avaliação de desempenho, com a finalidade de apurar a aptidão do servidor recém-admitido ao serviço público.

Assim como na legislação anterior, a lei também assegura aos servidores o constante desenvolvimento na carreira, seja por promoção, progressão ou mudança de função. A previsão tem por escopo a valorização dos servidores, pois as carreiras foram escalonadas em classes e níveis, com o objetivo de permitir a ascensão horizontal e vertical, privilegiando o servidor produtivo que bem desempenha suas funções, bem como aquele que busca o constante aperfeiçoamento profissional com a frequência a cursos de aprimoramento, sejam eles em nível de graduação ou pós-graduação.

Não houve alteração no que diz respeito à aquisição de progressão e promoção por tempo de serviço, sendo que a progressão se dará a cada 03 (três) anos, e será equivalente a uma referência salarial, e a promoção será a cada 04 (quatro) anos, observada a existência de vaga, e implicará na passagem para uma classe mais elevada da carreira.

Para cumprir a Constituição da República, conforme dispõe seu artigo 41, inciso III, a lei prevê a realização de avaliação de desempenho dos servidores em atividade. A avaliação positiva do servidor é requisito para lograr a progressão e promoção por merecimento, o que constitui um requisito objetivo adicional à progressão e à promoção que possibilita a adequada aferição da atuação dos servidores, em atendimento aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência.

Há também a possibilidade da mudança de função do servidor, sempre que o interesse público assim exigir, e sem que isso implique em alteração de cargo ou em aumento de vencimento do servidor.



A lei também regulamenta a disposição funcional dos servidores da Assembleia para outros Poderes ou órgãos, via de regra, sem ônus para a Casa ou com ônus mediante ressarcimento.

No que se refere à remuneração, não houve alteração, sendo que as referências salariais para cada classe nas novas carreiras correspondem àquelas previstas na legislação anterior, não havendo qualquer acréscimo salarial. Para cada carreira foram criadas 03 (três) classes, com 07 (sete) referências salariais, idênticas às então vigentes.

Com a adoção de uma tabela única, todos os servidores de uma mesma carreira possuem vencimentos básicos idênticos, observadas apenas as distinções de classe e referência salarial.

Não houve concessão de aumento real aos servidores em razão das limitações decorrentes do período eleitoral. A nova tabela de remuneração contempla apenas o reajuste geral anual devido aos servidores referente à reposição da inflação no período de maio de 2013 a abril de 2014, consoante disposto na Lei Federal n.º 9.504/1997 em seu artigo 73, inciso VIII.

A lei, propositadamente, não discriminou nas suas tabelas salariais a remuneração do cargo de procurador, em razão da disposição Constitucional que prevê que o Procurador da Assembleia terá os mesmos vencimentos que os Procuradores do Estado.

A previsão do artigo 243 da Constituição Estadual invalidaria qualquer previsão em contrário feita na presente lei, em razão da supremacia das normas constitucionais em face da lei ordinária.

Como a remuneração devida ao Procurador do Estado está prevista na Lei Complementar Estadual n.º 161/2013, o valor constante da tabela anexa àquela lei é o que deve ser pago a título de subsídio aos Procuradores da Assembleia, inclusive aos inativos. Observa-se que os valores atualmente aplicados aos Procuradores da Assembleia, conforme previsto na Lei Estadual n.º 16.390/2010, são superiores aos estabelecidos pela Lei Complementar Estadual n.º 161/2013.

Também em observância à Constituição da República, foram extintas todas as vantagens pecuniárias previstas em atos infralegais. O regime remuneratório atual não prevê qualquer pagamento fora das hipóteses previstas em lei, e as vantagens de constitucionalidade duvidosa foram expressamente afastadas.

Eventual redução na remuneração dos atuais servidores efetivos será devidamente compensada pelo pagamento de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), visando dar efetividade ao princípio da irredutibilidade salarial insculpido no inciso XV do artigo 37 da Constituição da República.

A lei prevê em seu art. 45 o prazo de até 30 (trinta) dias para o enquadramento dos servidores aos novos cargos, observado o ato de ingresso do servidor no serviço público, conforme determina a Constituição da República.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



A aplicação desta lei aos servidores aposentados ou a pensionistas será de responsabilidade do serviço social autônomo ParanaPrevidência, responsável pela gestão do regime próprio de previdência do Estado do Paraná, conforme previsto em convênio.

Existe a previsão da extinção de um cargo de provimento em comissão para cada cargo efetivo preenchido por candidato aprovado em concurso público.

Ficam revogadas as normas referentes aos servidores efetivos previstas na Lei Estadual n.º 16.390/2010.

Ante ao exposto e aos demais benefícios que a presente proposta trará ao Quadro Próprio de Servidores do Poder Legislativo, requer-se o apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação.



ANEXO I - Carreiras e Cargos

carreira	cargos	nº
PROCURADOR	Procurador Classe 1	2
	Procurador Classe 2	3
	Procurador Classe 3	4
Total		9

carreira	cargos	nº
ANALISTA LEGISLATIVO	Analista Legislativo - Assessor de Comissão	50
	Analista Legislativo - Desenvolvedor de Sistemas	10
	Analista Legislativo - Biblioteconomista	4
	Analista Legislativo - Administrador	65
	Analista Legislativo - Advogado	40
	Analista Legislativo - Contabilista	10
	Analista Legislativo - Jornalista	15
	Analista Legislativo - Analista de Rede	5
	Analista Legislativo - Revisor Legislativo	10
	Analista Legislativo - Taquígrafo Revisor	20
	Analista Legislativo - Engenheiro	2
Total		231

carreira	cargos	nº
TÉCNICO LEGISLATIVO	Técnico Legislativo - Legislativo	35
	Técnico Legislativo - Administrativo	110
	Técnico Legislativo - Suporte e Manutenção	5
	Técnico em Contabilidade	20
Total		170

carreira	cargos	nº
AUXILIAR LEGISLATIVO	Auxiliar Legislativo - administrativo	110
	Auxiliar Legislativo - motorista	10
	Auxiliar Legislativo - porteiro	20
Total		140

Total geral de cargos		550
------------------------------	--	------------



ANEXO II - Tabela de Vencimentos

AUXILIAR LEGISLATIVO			
NÍVEL/CLASSE	I	II	III
1	2.302,82	2.591,23	2.915,77
2	2.341,96	2.635,28	2.965,33
3	2.381,78	2.680,08	3.015,74
4	2.422,20	2.725,64	3.067,01
5	2.463,45	2.771,98	3.119,15
6	2.505,32	2.819,10	3.172,18
7	2.547,92	2.867,03	3.226,10
TÉCNICO LEGISLATIVO			
NÍVEL/CLASSE	I	II	III
1	3.005,90	3.691,87	4.154,25
2	3.101,02	3.754,63	4.224,87
3	3.181,36	3.818,46	4.296,70
4	3.261,62	3.883,37	4.369,74
5	3.341,83	3.949,39	4.444,02
6	3.421,94	4.016,53	4.518,57
7	3.502,01	4.084,81	4.596,41
ANALISTA LEGISLATIVO			
NÍVEL/CLASSE	I	II	III
1	4.085,49	4.856,43	5.397,32
2	4.207,05	4.930,24	5.479,36
3	4.325,37	5.005,18	5.562,64
4	4.435,58	5.081,26	5.647,20
5	4.535,63	5.158,50	5.733,03
6	4.625,88	5.236,91	5.820,18
7	4.715,99	5.316,51	5.908,64



ANEXO III – Correlação de Cargos

NÍVEL SUPERIOR

Procurador Classe 1	Procurador da Assembleia Classe 1
Procurador Classe 2	Procurador da Assembleia Classe 2
Procurador Classe 3	Procurador da Assembleia Classe 3

Consultor Legislativo	Analista Legislativo – Assessor de Comissão
Consultor Técnico Legislativo	
Secretário de Comissão	
Assistente de Comissão	

Consultor Jurídico	Analista Legislativo – Advogado
Consultor Administrativo	Analista Legislativo – Administrador
Biblioteconomista	Analista Legislativo - Biblioteconomista
Jornalista	Analista Legislativo - Jornalista
Revisor	Analista Legislativo – Revisor Legislativo
Taquígrafo	Analista Legislativo – Taquígrafo Revisor
Programador	Analista Legislativo – Analista de Rede
Analista de Sistemas	Analista Legislativo – Desenvolvedor de Sistemas
Contabilista	Analista Legislativo - Contabilista
Engenheiro	Analista Legislativo - Engenheiro

Médico	Analista Legislativo – Médico
Dentista	Analista Legislativo – Dentista
Enfermeiro	Analista Legislativo – Enfermeiro
Agente de Saúde	Analista Legislativo – Fisioterapeuta
	Analista Legislativo – Psicólogo
	Analista Legislativo – Agente de Saúde

NÍVEL MÉDIO

Auxiliar de Cerimonial	Técnico Legislativo – Legislativo
Bibliotecário	
Assessor Comissões Permanentes	
Operador	Técnico Legislativo - Administrativo
Digitador	
Editor	
Calígrafo	
Fotógrafo	
Almoxarife	
Técnico em Climatização	
Técnico de Som	
Técnico Administrativo	Técnico Legislativo – Suporte e Manutenção
Programador	
Técnico em Contabilidade	



NÍVEL BÁSICO

Assistente Administrativo	Auxiliar Legislativo – Administrativo
Auxiliar Administrativo	
Ascensorista	
Servente	
Telefonista	
Zelador	
Operador de Fotocopiadora	
Auxiliar de Plenário	
Garçon	
Eletricista	
Jardineiro	
Pintor	
Eletricista	
Pedreiro	
Barbeiro	
Chaveiro	
Carpinteiro	
Mecânico	Auxiliar Legislativo - Motorista
Garagista	
Motorista	
Porteiro	Auxiliar Legislativo - Porteiro
Recepcionista	
Segurança	



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



Curitiba, 9 de junho de 2014.

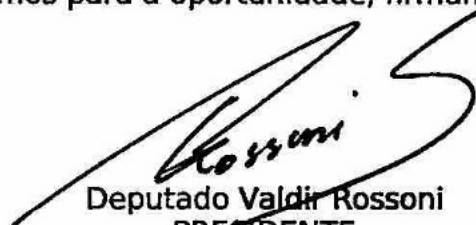
Senhor Presidente:

Encaminhamos a V. Exa. o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 233/2014, de autoria da Comissão Executiva, que se encontra para análise da Comissão de Constituição e Justiça.

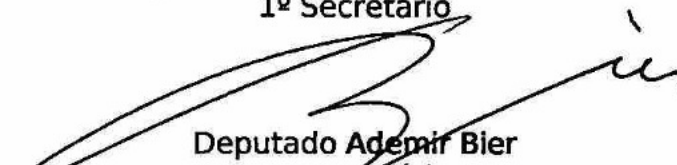
Considerando a competência da Comissão Executiva para emendar a matéria, solicitamos seja o Substitutivo encaminhado ao Relator.

Cabe-nos salientar que o texto anexo foi objeto de diversas reuniões com comissão representativa dos servidores da Casa, composta por Maria Joaquina Faria de Paula, Coordenadora da Diretoria de Assistência ao Plenário; Fábio Brante, Taquígrafo; Ruy Carneiro Teixeira Filho, da Procuradoria e Wilson Penka, Secretário da Comissão de Finanças.

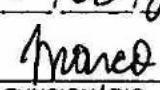
Sendo o que temos para a oportunidade, firmamo-nos atenciosamente.


Deputado Valdir Rossoni
PRESIDENTE


Deputado Plauto Miró Guimarães
1º Secretário


Deputado Ademir Bier
2º Secretário

Exmo. Sr.
Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
NESTA CASA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 4711
EM 10/06/2014

FUNCIONÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 233/2014

Nos termos do § 2º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se o presente substitutivo ao Projeto de Lei nº 233/2014:

"Consolida as normas referentes ao Quadro Próprio de Servidores do Poder Legislativo.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os servidores efetivos e estáveis ocupantes de cargo público no quadro de pessoal da Assembleia Legislativa passam a ser regidos pela presente Lei e subsidiariamente pela Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Paraná.

Art. 2º O Quadro Próprio de Servidores Efetivos do Poder Legislativo é composto exclusivamente pelos cargos e carreiras previstos no Anexo I desta Lei.

CAPÍTULO II
DAS CARREIRAS

Art. 3º Os cargos de provimento efetivo são organizados em carreiras, com classes e níveis, de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que cada cargo será composto de três classes e sete níveis, conforme previstos no Anexo I.

§ 1º São carreiras do Quadro Próprio do Poder Legislativo:

I – Procurador da Assembleia;

II – Analista Legislativo, composta pelos cargos de nível superior;

III – Técnico Legislativo, composta por cargos com atribuições de execução, cuja escolaridade exigida é o ensino de nível médio ou técnico específico para a área de atuação;

IV – Auxiliar Legislativo, composta por cargos com atribuições de apoio operacional, cujo requisito de ingresso é o ensino fundamental.

§ 2º A classe III de cada cargo será a classe inicial para o ingresso e a classe I a final para o desenvolvimento na carreira.

§ 3º O requisito de escolaridade dos cargos e das funções de cada cargo serão fixados no perfil profissiográfico, por Ato da Comissão Executiva.

3



§ 4º A descrição das atribuições dos cargos, regulamentação da carga horária e outras características atinentes às funções serão definidas em Ato da Comissão Executiva, observado o disposto na Lei nº 6.174, de 1970.

CAPÍTULO III DO PERFIL PROFISSIONAL

Art. 4º Será adotado o perfil profissional para a realização de concurso público, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação, formação, capacitação profissional, aperfeiçoamento e outros institutos de desenvolvimento em cada carreira.

§ 1º Perfil profissional é o documento formal da descrição de funções dos cargos, indicando tarefas genéricas, específicas e especializadas, requisitos de escolaridade, exigências físicas, psicológicas e profissionais e demais condições necessárias ao desempenho do servidor nos cargos e funções.

§ 2º O perfil profissional completo será encaminhado para publicação por meio de Ato da Comissão Executiva da Assembleia no prazo de até sessenta dias a partir da publicação desta Lei.

CAPÍTULO IV DO PROVIMENTO E DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 5º O provimento no cargo se dará em sua classe inicial, atendidos os seguintes requisitos para a investidura:

- I - existência de vaga no cargo e na classe de ingresso;
- II - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;
- III - registro profissional regular no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional seja regulamentado por Lei;
- IV - inspeção médica, de caráter eliminatório, realizada por órgão de perícia oficial do Estado, podendo conter exame psicológico;
- V - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo ou função, previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público previsto no inciso II deste artigo.

Parágrafo único. A comprovação do preenchimento dos requisitos previstos nos incisos deste artigo precede a nomeação.

Art. 6º O estágio probatório será de três anos de efetivo exercício no cargo, observado o disposto na Constituição Estadual.

Art. 7º Institui a avaliação especial de estágio probatório do servidor com os seguintes objetivos:

I – apurar a aptidão do servidor para o cargo efetivo, para efeitos da estabilidade prevista na Constituição Estadual;

II – promover a adaptação do servidor em estágio probatório ao trabalho, possibilitando seu desenvolvimento profissional e a qualidade dos serviços prestados ao Poder Legislativo.

Art. 8º O servidor em estágio probatório terá sua aptidão avaliada observando-se os seguintes requisitos:

I – assiduidade;

II – disciplina;

III – capacidade de iniciativa;

IV – administração do tempo e tempestividade;

V – responsabilidade;

VI – produtividade;

VII – capacidade física e mental compatível com o desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º Quando do ingresso de novos servidores será constituída Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, composta por três servidores efetivos estáveis designados pelo Diretor-Geral para cumprimento de mandato de dois anos, renovando-se pelo menos um dos membros bianualmente, enquanto houver servidores em cumprimento de estágio probatório.

§ 2º A apuração da nota atribuída ao avaliado será mensurada por meio de Ficha de Avaliação de Estágio Probatório aprovada por Ato da Comissão Executiva e demais subsídios fornecidos pelo respectivo órgão de lotação, sendo considerado insuficiente quando desatendido um dos requisitos constantes no *caput* deste artigo.

§ 3º A avaliação dos requisitos será efetuada na escala de cem a quatrocentos pontos, sendo considerado insuficiente o desempenho do servidor que obtiver nota ponderada inferior a 250 (duzentos e cinquenta) pontos em dois períodos de avaliação consecutivos ou em três períodos



alternados de avaliação, em quaisquer dos fatores, conforme regulamentação específica.

§ 4º Se o servidor receber pontuação insuficiente na avaliação a que se refere o § 3º deste artigo, a Diretoria de Pessoal providenciará a sua exoneração junto à Comissão Executiva.

§ 5º A qualquer tempo, verificando-se o desatendimento ao requisito previsto no inciso VII do *caput* deste artigo, o servidor deverá ser encaminhado para perícia médica oficial, para a comprovação da incapacidade física ou mental, na forma regulamentar.

Art. 9º O servidor em estágio probatório cumprirá período de avaliação no órgão de lotação originária, podendo nele ser nomeado para o exercício de cargo em comissão ou receber gratificação em razão de encargos especiais.

§ 1º Na nomeação de servidor em estágio probatório para cargo em comissão ou na atribuição de gratificação em razão de encargos especiais, deverá estar comprovada a correlação das atividades destes cargos com as do cargo efetivo.

§ 2º A nomeação do servidor em avaliação especial de estágio probatório para cargo em comissão que não tenha correlação com o seu cargo efetivo ou que não integre a estrutura de cargos da Administração da Assembleia Legislativa implicará na suspensão do estágio probatório até o retorno do servidor ao exercício do cargo efetivo.

Art. 10. Na hipótese de acumulação legal, o estágio probatório será cumprido em relação a cada cargo para o qual o servidor for nomeado.

Art. 11. O servidor, no período do estágio probatório, somente terá direito às seguintes licenças:

I – para tratamento de saúde;

II – à gestante e paternidade;

III – por acidente em serviço e doença profissional;

IV – para o serviço militar;

V – para concorrer a mandato eletivo na forma da legislação eleitoral;

VI – para o desempenho de mandato de direção de sindicato ou associação de classe, na forma prevista na Constituição Estadual;



VII – para doação de sangue, casamento, falecimento e alistamento eleitoral;

VIII – para desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal;

IX – compulsória.

Art. 12. Não será considerado na contagem do período de estágio probatório o afastamento do servidor superior a sessenta dias em virtude das seguintes licenças:

I – para tratamento de saúde;

II – à gestante e paternidade;

III – por acidente em serviço e doença profissional;

IV – para o serviço militar;

V – para concorrer a mandato eletivo na forma da legislação eleitoral;

VI – para desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal;

VII – para o desempenho de mandato de direção de sindicato ou associação de classe, na forma prevista na Constituição Estadual;

VIII – compulsória.

Parágrafo único. No limite de sessenta dias a que se refere o *caput* deste artigo serão considerados os períodos, consecutivos ou não, sempre que somados atingirem mais de sessenta dias no período de cada avaliação em que o servidor se afastar do seu cargo e função.

Art. 13. O preenchimento da Ficha de Avaliação de Estágio Probatório do servidor será trimestral e realizado pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.

Parágrafo único. A periodicidade da avaliação de estágio probatório estabelecida neste artigo não impede que, a qualquer tempo, seja instaurado processo administrativo visando apurar ilícitos funcionais do servidor em estágio probatório, mediante relatório fundamentado, observadas as disposições estatutárias.

Art. 14. Compete ao chefe imediato fazer o acompanhamento do servidor em estágio probatório, fornecendo subsídios à Comissão sobre o seu comportamento, desempenho no trabalho e atendimento ou não das



exigências do cargo, dentro dos prazos estabelecidos, mediante boletim de acompanhamento, na forma regulamentar.

Art. 15. O resultado da avaliação especial de estágio probatório será homologado pela própria Comissão e informado ao servidor.

§ 1º Se o servidor não concordar com a avaliação recebida, poderá, no prazo de quinze dias contados da ciência, apresentar pedido de reconsideração à própria Comissão, indicando fundamentadamente e, se entender necessário, mediante provas, as razões de seu inconformismo ensejadoras do pedido de revisão.

§ 2º A Comissão decidirá, de forma fundamentada, no prazo de cinco dias do recebimento.

§ 3º Da decisão da Comissão caberá recurso para o Diretor-Geral da Assembleia no prazo de cinco dias.

Art. 16. Cumprirá novo estágio probatório o servidor estável que, através da aprovação em concurso público, for nomeado para outro cargo, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 17. O agente responsável diretamente pela avaliação do servidor em estágio probatório que, por ação ou omissão, impedir o fiel cumprimento desta Lei e regulamentação respectiva será destituído da chefia, sem prejuízo da instauração de processo administrativo disciplinar.

CAPÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA E DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 18. O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão, da promoção e da mudança de função.

Art. 19. Somente participará dos concursos de progressão e promoção o servidor que obtiver resultado satisfatório na média do último biênio da avaliação de desempenho, excetuando-se a progressão por antiguidade.

§ 1º Resultado satisfatório consiste na pontuação igual ou superior a 250 (duzentos e cinquenta) pontos, conforme regulamentado por Ato da Comissão Executiva.

§ 2º Os títulos de cursos de aperfeiçoamento de que trata o inciso IV do § 3º do art. 26 e o inciso II do art. 33, ambos desta Lei, somente poderão ser utilizados uma única vez para efeito de desenvolvimento na carreira.

§ 4º Para a progressão ou promoção por merecimento serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por instituição de ensino



reconhecida legalmente e que guardem pertinência com o cargo ocupado pelo servidor.

Seção I Da Avaliação de Desempenho

Art. 20. O servidor efetivo estável da Assembleia submeter-se-á à avaliação semestral de desempenho, realizada por comissão específica composta por três servidores efetivos, que avaliará o servidor através dos subsídios fornecidos pelo respectivo órgão de lotação, com fundamento nos seguintes critérios:

I - qualidade do trabalho: grau de exatidão, correção e clareza das atividades executadas;

II - produtividade: volume de trabalho executado em determinado espaço de tempo;

III - iniciativa: comportamento proativo no âmbito de atuação, buscando garantir eficiência e eficácia na execução das tarefas;

IV - presteza: disposição para agir prontamente no cumprimento das demandas de trabalho;

V - aproveitamento em programa de capacitação: aplicação dos conhecimentos adquiridos em atividades de capacitação;

VI - assiduidade: comparecimento regular e permanência no local de trabalho;

VII - pontualidade: observância do horário de trabalho e cumprimento da carga horária definida para o cargo ocupado;

VIII - administração do tempo e tempestividade: capacidade de cumprir as demandas dentro dos prazos previamente estabelecidos;

IX - uso adequado dos equipamentos e instalações de serviço: cuidado e zelo na utilização e conservação dos equipamentos e instalações no exercício das atividades;

X - aproveitamento dos recursos e racionalização de processos: melhor utilização dos recursos disponíveis, visando à melhoria dos fluxos dos processos de trabalho e à consecução de resultados eficientes;

XI - capacidade de trabalho em equipe: capacidade de desenvolver as tarefas em equipe, valorizando o conjunto na busca de resultados comuns.

7



§ 1º Para a realização da avaliação semestral de desempenho, será constituída Comissão de Avaliação de Desempenho, composta por três servidores efetivos estáveis designados pelo Diretor-Geral, renovando-se pelo menos um dos membros bienalmente.

§ 2º A avaliação do servidor será aferida através de Ficha de Avaliação de Desempenho aprovada por Ato da Comissão Executiva.

Art. 21. Compete ao chefe imediato o acompanhamento do servidor, fornecendo subsídios à Comissão sobre o seu comportamento, desempenho e produtividade, dentro dos prazos estabelecidos, mediante o preenchimento de boletim de acompanhamento.

Art. 22. Para cada critério o servidor receberá uma avaliação entre cem e quatrocentos pontos, sendo considerado insatisfatório o desempenho do servidor que obtiver nota ponderada inferior a 250 (duzentos e cinquenta) pontos em dois períodos de avaliação consecutivos ou em três períodos alternados.

Art. 23. O resultado da avaliação especial de desempenho será homologado pela própria Comissão e informado ao servidor.

§ 1º Se o servidor não concordar com a avaliação recebida, poderá, no prazo de quinze dias contados da ciência, apresentar pedido de reconsideração à própria Comissão, indicando fundamentadamente e, se entender necessário, mediante provas, as razões de seu inconformismo ensejadoras de pedido de reconsideração.

§ 2º A Comissão decidirá, de forma fundamentada, no prazo de cinco dias do recebimento.

§ 3º Da decisão da Comissão caberá recurso para o Diretor-Geral da Assembleia no prazo de cinco dias.

Art. 24. Será instaurado procedimento próprio, regulamentado pela Comissão Executiva, para analisar e atribuir penalidade, quando couber, ao servidor que receber:

I - dois conceitos sucessivos de desempenho insatisfatório; ou

II - três conceitos alternados de desempenho insatisfatório nas últimas cinco avaliações.

Seção II Da Progressão

Art. 25. Progressão é a passagem do servidor de um nível para o nível imediatamente superior, dentro da mesma classe e carreira.

38



Art. 26. A progressão do servidor efetivo dar-se-á dentro da classe, por antiguidade e merecimento.

§ 1º A progressão por antiguidade ocorrerá a cada três anos de efetivo exercício e será equivalente a uma referência salarial, obedecendo às seguintes regras:

I - o período de estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antiguidade;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, para efeitos deste parágrafo;

III - não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados para efeito deste parágrafo.

§ 2º Somente na primeira progressão por antiguidade, levando-se em consideração todo período de efetivo exercício de serviço público, o servidor passará de uma classe para a outra caso o tempo de serviço público efetivo prestado ao Estado do Paraná seja superior aos níveis salariais existentes na classe em que se encontra.

§ 3º A progressão por merecimento ocorrerá a cada três anos, cumprido o interstício mínimo de dois anos de efetivo exercício no nível em que se encontrava, condicionada ao resultado da avaliação periódica de desempenho individual, na forma a ser prevista por Ato da Comissão Executiva, levando-se em consideração os seguintes requisitos:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - produtividade;

IV - frequência e aproveitamento em cursos de formação e aperfeiçoamento, com a apresentação de certificado e/ou diploma.

Art. 27. Não obterá progressão funcional o servidor:

I - em estágio probatório;

II - em disponibilidade;

III - que tenha sofrido sanção disciplinar no período de avaliação;

3/ 9



IV - com desempenho insuficiente na avaliação individual.

Parágrafo único. As hipóteses dos incisos II e IV deste artigo não se aplicam à progressão por antiguidade.

Art. 28. São causas de suspensão do interstício para a progressão funcional:

I - as faltas não justificadas;

II - a prisão não decorrente de sentença definitiva;

III - o cumprimento de qualquer sanção disciplinar;

IV - a cessão ou disposição funcional a outro órgão ou entidade da Administração;

V - os períodos de licença para:

a) tratamento de saúde superior a 180 (cento e oitenta) dias;

b) tratamento de saúde em pessoa da família;

c) trato de assuntos de interesses particulares;

d) acompanhamento de cônjuge ou companheiro, que seja servidor público, quando designado para atuar em funções públicas, em outra localidade;

e) exercício de mandato eletivo;

f) missão ou estudo no exterior;

g) capacitação profissional, com participação em curso de formação, decorrente de aprovação em concurso, para outro órgão da Administração Pública.

Parágrafo único. As hipóteses de suspensão previstas no inciso IV e na alínea 'a' do inciso V deste artigo não são aplicáveis para a progressão por antiguidade.

Art. 29. Nos casos em que estiverem satisfeitos os requisitos para ambas as modalidades de progressão, as mesmas poderão ser percebidas simultaneamente pelo servidor.



Art. 30. O procedimento de progressão funcional será conduzido por Comissão Especial de Progressão instituída especialmente para tal finalidade, composta por três servidores efetivos estáveis designados pelo Diretor-Geral, renovando-se pelo menos um dos membros trienalmente.

Parágrafo único. Da decisão da Comissão Especial de Progressão cabe recurso à Diretoria Geral, no prazo de cinco dias contado da publicação da decisão no Diário Oficial da Assembleia.

Art. 31. O procedimento de progressão funcional dos servidores será instaurado por Ato da Comissão Executiva.

§ 1º A progressão funcional somente será efetivada após a publicação do Ato concessório individualizado no Diário Oficial da Assembleia, decorrendo a partir de então seus efeitos financeiros.

§ 2º Os efeitos financeiros da progressão ficam condicionados à disponibilidade orçamentária e ao atendimento das condições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção III Da Promoção

Art. 32. Promoção é a passagem do servidor estável em efetivo exercício em uma classe para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo, conforme o Anexo II da presente Lei.

Art. 33. A promoção ocorrerá a cada quatro anos, dentro de um mesmo cargo, devendo observar os seguintes requisitos:

I - existência de vaga na classe;

II - avaliação de títulos, tais como titulação escolar formal, capacitação complementar, atualização, aperfeiçoamento, especialização e experiência;

III - tempo mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe e na função;

IV - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido, nos termos do art. 20 desta Lei;

V - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em regulamentação específica.

§ 1º O diploma de graduação em curso de nível médio e técnico, ou de curso superior, ambos expedidos por instituição de ensino legalmente reconhecida, diverso daquele exigido para o ingresso no cargo, servirão para



acesso à classe imediatamente superior da carreira, desde que relacionado à área de atuação do servidor.

§ 2º Para os servidores ocupantes de cargo de nível superior, o certificado de conclusão de curso de especialização cuja carga horária seja de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas será considerado para o acesso à classe imediatamente superior.

§ 3º Diploma de mestrado ou doutorado em área relacionada à atuação do servidor nesta Casa também pode ser utilizado para o acesso à classe superior.

Art. 34. Havendo vaga na classe, o servidor que cumprir os requisitos previstos no art. 33 desta Lei poderá concorrer à promoção para a classe imediatamente superior à sua.

§ 1º A cada quatro anos será constituída Comissão Especial de Promoção, composta de três servidores efetivos estáveis designados pelo Diretor-Geral, renovando-se um dos membros quando da formação de nova Comissão, com a finalidade de apontar, dentre os concorrentes à vaga disponível na classe, aquele que será promovido.

§ 2º A Diretoria de lotação apresentará relatório com o desempenho do servidor, observada a regulamentação da Comissão Executiva, e encaminhará à Comissão Especial de Promoção para análise e decisão.

§ 3º A Comissão Especial de Promoção avaliará os relatórios de servidores que concorrerão à vaga e decidirá, de forma fundamentada e levando em consideração a eficiência do servidor nas atribuições do cargo que ocupa, os títulos conquistados, a participação em cursos e demais requisitos previstos em regulamentação.

§ 4º Da decisão da Comissão Especial de Promoção cabe recurso à Diretoria Geral, no prazo de cinco dias contado da publicação da decisão no Diário Oficial da Assembleia.

§ 5º Após finalizado o processo de promoção, o servidor será promovido por Ato da Comissão Executiva.

§ 6º As vantagens patrimoniais decorrentes da promoção serão devidas após a publicação do Ato que promover o servidor, e estão condicionadas à disponibilidade orçamentária e aos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

38



Seção IV Da Mudança de Função

Art. 35. A mudança de função poderá ocorrer quando, por interesse da Administração, for conveniente a atuação do servidor em outras atividades da mesma carreira, cargo e classe e sem alteração de vencimentos, desde que o servidor possua a capacitação profissional para o pleno exercício das novas atribuições, sempre a critério da Comissão Executiva da Assembleia.

CAPÍTULO VI DA DISPOSIÇÃO FUNCIONAL

Art. 36. O servidor efetivo do Quadro Próprio do Poder Legislativo que já tenha concluído o estágio probatório poderá ser cedido a outros Poderes, Órgãos ou Unidades da Administração Direta e Indireta da União, do Estado do Paraná ou dos Municípios deste Estado por Ato da Comissão Executiva, na forma da legislação em vigor.

§ 1º A cessão dos servidores da Assembleia Legislativa deve se dar com ônus mediante ressarcimento ou sem ônus para a origem, admitindo-se a modalidade com ônus para a origem apenas quando houver manifesto interesse da Assembleia.

§ 2º O servidor somente poderá deixar de se apresentar no setor de origem após a autorização da disposição funcional e a publicação do Ato no Diário Oficial da Assembleia.

§ 3º O órgão público responsável pelo ponto do servidor cedido deve encaminhar, até o quinto dia útil do mês subsequente, o registro de frequência do servidor relativo ao mês anterior à Diretoria de Pessoal da Assembleia Legislativa, sob pena de revogação da disposição em caso de atraso superior a sessenta dias.

§ 4º As disposições funcionais com ônus para a origem mediante ressarcimento ficam automaticamente revogadas quando o ressarcimento deixar de ser efetuado dentro do prazo máximo de noventa dias, devendo o servidor se reapresentar à Diretoria de Pessoal em até dez dias úteis.

§ 5º Finda a cessão, o servidor terá o prazo máximo de cinco dias úteis para apresentar-se à Diretoria de Pessoal da Assembleia, salvo impedimento grave, devidamente comprovado, sob pena de instauração de processo administrativo por abandono de cargo.

§ 6º Os servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão não poderão ser cedidos.



CAPÍTULO VII DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 37. A remuneração dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo é composta pelo vencimento básico acrescido das vantagens pecuniárias permanentes e transitórias previstas em lei.

Parágrafo único. A tabela de vencimentos das carreiras do Quadro Próprio do Poder Legislativo é aquela prevista no Anexo II desta Lei.

Art. 38. Além do vencimento básico, poderão ser atribuídas aos servidores do Quadro Próprio do Poder Legislativo as seguintes vantagens pecuniárias:

I - adicionais por tempo de serviço;

II - verba de representação;

III - gratificações, na forma do art. 172 e seguintes da Lei nº 6.174, de 1970, exceto aquelas previstas nos incisos II a IV do art. 172 do mesmo diploma;

IV - diárias;

V - outras verbas de cunho indenizatório, atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, na forma regulamentada por Resolução da Assembleia.

§ 1º O vencimento básico será pago em conformidade com o nível e com a classe ocupada pelo servidor, conforme tabela constante no Anexo II.

§ 2º Os adicionais por tempo de serviço serão concedidos na forma dos arts. 170 e 171 da Lei nº 6.174, de 1970.

§ 3º A verba de representação poderá ser atribuída aos servidores efetivos nos seguintes percentuais:

I - oitenta por cento sobre o vencimento básico para os ocupantes de cargo de Analista Legislativo Advogado;

II - quarenta por cento sobre o vencimento básico para os demais ocupantes do cargo de Analista Legislativo;

III - vinte por cento para os ocupantes dos cargos de Técnico Legislativo e Auxiliar Legislativo.



§ 4º A verba de representação será concedida ao servidor no pleno exercício das atribuições próprias do cargo, obedecidos aos requisitos e condições previstos em Ato da Comissão Executiva.

§ 5º Aos servidores que atualmente percebem a verba de representação fica assegurada a sua percepção, nos mesmos percentuais previstos na legislação anterior para todos os efeitos legais, inclusive aposentadoria.

Art. 39. Veda a concessão aos servidores efetivos de adicionais ou vantagens pecuniárias não previstas na presente Lei, bem como em bases e limites superiores aos nela fixados, ficando extintas, dentre outras, as seguintes vantagens:

I – gratificação de apoio administrativo, prevista no art. 21 da Lei nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010;

II – gratificação de apoio, criada pela Resolução nº 9, de 11 de maio de 2010;

III – gratificação de representação de gabinete, conforme prevista na Resolução nº 45, de 13 de outubro de 1989;

IV – gratificação de atividade, criada pelo Ato da Comissão Executiva nº 43, de 1993;

V – abono de assessoramento parlamentar, criada pelo Ato da Comissão Executiva nº 625, de 2010;

VI – gratificação de produtividade;

VII – abono.

Art. 40. As gratificações e demais benefícios referidos neste capítulo serão devidos ao servidor alocado na respectiva unidade do Poder, e enquanto estiver no exercício de suas atribuições ou funções, cessando seu pagamento quando do afastamento não remunerado ou disponibilidade funcional.

Art. 41. À exceção dos ocupantes do cargo de Procurador, em razão de expressa previsão Constitucional, nenhum servidor do quadro próprio do Poder Legislativo receberá remuneração mensal superior ao subsídio atribuído ao Deputado Estadual.

Art. 42. Os ocupantes do cargo de Procurador da Assembleia farão jus à remuneração atribuída aos Procuradores do Estado do Paraná conforme previsão da Lei Complementar nº 161, de 3 de outubro de 2013, em



observância ao disposto no § 3º do art. 243 da Constituição Estadual, observada a exata correspondência entre as classes.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 43. No prazo de até sessenta dias da data da publicação da presente Lei, Ato da Comissão Executiva enquadrará os servidores efetivos e estáveis nas novas referências e classes de cargos.

Art. 44. Os atuais servidores serão enquadrados no cargo de hierarquia equivalente ao anteriormente ocupado, com atribuições idênticas ou assemelhadas, observados os princípios previstos na Constituição Federal.

§ 1º O enquadramento se fará na mesma referência salarial atualmente ocupada, ou caso não seja possível, em referência equivalente.

§ 2º Eventual desvio de função não assegura ao servidor acesso a cargo diverso ou de maior hierarquia.

Art. 45. Após a publicação do enquadramento a que alude o art. 44 desta Lei, os servidores terão prazo de quinze dias para apresentar recurso da decisão, que será apreciado por uma Comissão Especial designada pelo Diretor-Geral da Assembleia, composta por três servidores efetivos.

Art. 46. O enquadramento do servidor inativo e gerador de pensão ao disposto na presente Lei será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas, observadas as normas legais aplicáveis.

Art. 47. Assegura aos servidores a irredutibilidade dos vencimentos, mediante a percepção, por meio da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, do valor da diferença entre a remuneração prevista na presente Lei e aquela recebida sob o regime anterior.

§ 1º A VPNI corresponderá ao valor da remuneração percebida pelo servidor no mês imediatamente anterior ao da aplicação desta Lei, deduzido o valor correspondente à elevação dos vencimentos por conta do novo enquadramento.

§ 2º A diferença de vencimentos de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte, e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento na carreira e das revisões gerais anuais.

§ 3º Sobre a VPNI incidirão, exclusivamente, os reajustes provenientes das revisões gerais anuais.



CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. Declara em extinção os cargos de Médico, Dentista, Enfermeiro, Agente de Saúde e Biólogo, da área de saúde, sendo assegurado aos atuais ocupantes a permanência no cargo até a vacância, mantidos os mesmos direitos e atribuições.

Art. 49. Extingue os cargos de Editor, Designer Gráfico, Arte-Finalista, Impressor e Encadernador, da área de artes gráficas.

Parágrafo único. Os atuais ocupantes dos cargos extintos por esta Lei serão enquadrados em cargos de mesma hierarquia e escolaridade, observada as habilidades profissionais individuais.

Art. 50. O cargo de Taquígrafo voltará a ser denominado de Taquígrafo Revisor, privativo de portadores de diploma de nível superior, e com as competências e atribuições previstas no perfil profissiográfico.

Art. 51. Todos os cargos cujo nível de escolaridade é o ensino superior passam a ser denominados Analista Legislativo, acrescido da área de especialidade, quando houver, na forma da tabela de correlação constante do Anexo III desta Lei.

Art. 52. Todos os cargos cujo nível de escolaridade é o ensino médio ou curso técnico passam a ser denominados Técnico Legislativo, acrescido da área de especialidade, quando houver, na forma da tabela de correlação constante do Anexo III desta Lei.

Art. 53. Os cargos cujo nível de escolaridade é o ensino fundamental ficam agrupados sob a nomenclatura de Auxiliar Legislativo, na forma da tabela de correlação constante do Anexo III desta Lei, e serão extintos ao vagar.

Art. 54. Extingue automaticamente, após a vacância, os cargos de provimento efetivo porventura existentes na estrutura funcional da Assembleia que não estejam previstos no quantitativo de cargos da presente Lei.

Art. 55. A partir da data de vigência desta Lei, para cada cargo efetivo provido por servidor aprovado em concurso público será automaticamente extinto um cargo de provimento em comissão da Administração da Assembleia Legislativa de maior correlação, dentre os previstos no art. 10 da



Lei nº 16.792, de 25 de fevereiro de 2011, ou por dispositivo legal a ele correspondente de ato legislativo que lhe sobrevier.

Art. 56. Os sistemas de avaliação previstos nesta Lei serão regulamentados pela Comissão Executiva.

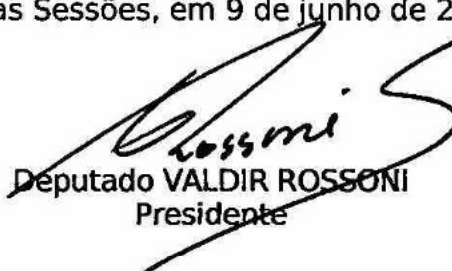
Art. 57. A implementação dos efeitos financeiros decorrentes desta Lei fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira para tanto, bem como ao atendimento dos limites de despesas com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 58. O prazo prescricional para pleitear a revisão dos efeitos decorrentes desta Lei se encerra em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 60. Revoga os arts. 1º, 2º, 8º e 25 a 33 da Lei nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010."

Sala das Sessões, em 9 de junho de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



ANEXO I - Carreiras e Cargos

carreira	cargos	nº
PROCURADOR	Procurador Classe 1	2
	Procurador Classe 2	3
	Procurador Classe 3	4
Total		9

carreira	cargos	nº
ANALISTA LEGISLATIVO	Analista Legislativo - Assessor de Comissão	50
	Analista Legislativo - Desenvolvedor de Sistemas	10
	Analista Legislativo - Biblioteconomista	4
	Analista Legislativo - Administrador	65
	Analista Legislativo - Advogado	40
	Analista Legislativo - Contabilista	10
	Analista Legislativo - Jornalista	15
	Analista Legislativo - Analista de Rede	5
	Analista Legislativo - Revisor Legislativo	10
	Analista Legislativo - Taquígrafo Revisor	20
	Analista Legislativo - Engenheiro	2
Total		231

carreira	cargos	nº
TÉCNICO LEGISLATIVO	Técnico Legislativo - Legislativo	35
	Técnico Legislativo - Administrativo	110
	Técnico Legislativo - Suporte e Manutenção	5
	Técnico em Contabilidade	20
Total		170

carreira	cargos	nº
AUXILIAR LEGISLATIVO	Auxiliar Legislativo - administrativo	110
	Auxiliar Legislativo - motorista	10
	Auxiliar Legislativo - porteiro	20
Total		140

Total geral de cargos	550
-----------------------	-----



ANEXO II- Tabela de Vencimentos			
ANALISTA LEGISLATIVO			
NÍVEL/CLASSE	III	II	I
1	4.343,34	5.190,30	6.037,26
2	4.464,33	5.311,29	6.158,25
3	4.585,33	5.432,29	6.279,24
4	4.706,32	5.553,28	6.400,24
5	4.827,32	5.674,27	6.521,23
6	4.948,31	5.795,27	6.642,23
7	5.069,30	5.916,26	6.763,22
TÉCNICO LEGISLATIVO			
NÍVEL/CLASSE	III	II	I
1	3.159,36	3.551,94	3.944,52
2	3.215,44	3.608,02	4.000,60
3	3.271,53	3.664,10	4.056,68
4	3.327,61	3.720,19	4.112,76
5	3.383,69	3.776,27	4.168,85
6	3.439,77	3.832,35	4.224,93
7	3.495,86	3.888,43	4.281,01
AUXILIAR LEGISLATIVO			
NÍVEL/CLASSE	III	II	I
1	2.298,08	2.583,64	2.869,20
2	2.338,87	2.624,43	2.909,99
3	2.379,67	2.665,23	2.950,78
4	2.420,46	2.706,02	2.991,58
5	2.461,26	2.746,81	3.032,37
6	2.502,05	2.787,61	3.073,17
7	2.542,84	2.828,40	3.113,96



Anexo III – Correlação de Cargos

NÍVEL SUPERIOR

Procurador Classe 1	Procurador da Assembleia Classe 1
Procurador Classe 2	Procurador da Assembleia Classe 2
Procurador Classe 3	Procurador da Assembleia Classe 3

Consultor Legislativo	Analista Legislativo – Assessor de Comissão
Consultor Técnico Legislativo	
Secretário de Comissão	
Assistente de Comissão	

Consultor Jurídico	Analista Legislativo – Advogado
Consultor Administrativo	Analista Legislativo – Administrador
Biblioteconomista	Analista Legislativo - Biblioteconomista
Jornalista	Analista Legislativo - Jornalista
Revisor	Analista Legislativo – Revisor Legislativo
Taquígrafo	Analista Legislativo – Taquígrafo Revisor
Programador	Analista Legislativo – Analista de Rede
Analista de Sistemas	Analista Legislativo – Desenvolvedor de Sistemas
Contabilista	Analista Legislativo - Contabilista
Engenheiro	Analista Legislativo - Engenheiro

Médico	Analista Legislativo – Médico
Dentista	Analista Legislativo – Dentista
Enfermeiro	Analista Legislativo – Enfermeiro
Agente de Saúde	Analista Legislativo – Fisioterapeuta
	Analista Legislativo – Psicólogo
	Analista Legislativo – Agente de Saúde

NÍVEL MÉDIO

Auxiliar de Cerimonial	Técnico Legislativo - Legislativo
Bibliotecário	
Assessor Comissões Permanentes	
Operador	
Digitador	
Editor	
Calígrafo	
Fotógrafo	
Almoxarife	
Técnico em Climatização	
Técnico de Som	

3



Técnico Administrativo	Técnico Legislativo - Administrativo
Programador	Técnico Legislativo - Suporte e Manutenção
Técnico em Contabilidade	Técnico Legislativo - Técnico Contabilidade

NÍVEL BÁSICO

Assistente Administrativo	Auxiliar Legislativo - Administrativo
Auxiliar Administrativo	
Ascensorista	
Servente	
Telefonista	
Zelador	
Operador de Fotocopiadora	
Auxiliar de Plenário	
Garçon	
Eletricista	
Jardineiro	
Pintor	
Eletricista	
Pedreiro	
Barbeiro	
Chaveiro	
Carpinteiro	

Mecânico	Auxiliar Legislativo - Motorista
Garagista	
Motorista	

Porteiro	Auxiliar Legislativo - Porteiro
Recepcionista	
Segurança	

PROT. N.º 4714/14



JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar o texto do Projeto de Lei, bem como para aplicar ao mesmo as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



REQUERIMENTO



Requer Regime de Urgência para discussão e votação do Projeto de Lei nº. 233/2014.

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUEREM**, após ouvido o Soberano Plenário, **REGIME DE URGÊNCIA** para discussão e votação do Projeto de Lei nº. 233/2014, que consolida as normas referentes ao Quadro Próprio de Servidores do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



PROT. N.º 4982

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário



**SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO LEI
Nº 233/2014**

Nos termos do art. 138 do Regimento Interno, apresenta-se a presente subemenda a fim de alterar o teor do inciso II do § 1º do art. 26 do Projeto de Lei nº 233/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 26 ...

§ 1º ...

I - ...

II - para efeitos deste parágrafo, não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, excetuando-se o tempo de serviço prestado pelo Regime CLT no Poder Legislativo Estadual."

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente subemenda a fim de adequar o dispositivo, deixando claro que os serviços prestados ao Poder Legislativo Estadual em regime de contrato CLT, mesmo que temporário, deverão contar para progressão por antiguidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 233/14

Projeto de Lei nº. 233/14

Autor: Comissão Executiva

Súmula: Consolida as normas referentes ao Quadro Próprio de Servidores do Poder Legislativo.

EMENTA: ENQUADRAMENTO FUNCIONAL. REGULAMENTAÇÃO QUADRO PRÓPRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DA COMISSÃO EXECUTIVA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 27, 54 E 65 DA CE. ARTS. 18, 33-A E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DO PROJETO, DO SUBSTITUTIVO GERAL E DA SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL.

RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria da Comissão Executiva, pretende consolidar as normas referente ao Quadro Próprio de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

A apresentação da norma prevista pretende solucionar um problema de ordem técnica que existe no Legislativo Estadual que é a pluralidade de Atos do Poder Legislativo, bem como Resoluções que tratam do mesmo assunto, concentrando a organização funcional do Poder Legislativo em uma única norma.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto em comento prevê a regulamentação básica de cargos e carreiras, regulamentando critérios de admissão, demissão, e progressão funcional promovendo uma alteração no quantitativo de cargos.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Acerca da iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

"Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão."

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição."

Por se tratar de projeto que trata sobre os servidores do Legislativo, imperioso a necessidade de observar o art. 18 do Regimento Interno desta Casa de Leis, determinando a competência da Mesa Executiva em iniciar o processo legislativo, vejamos:

"Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

(...)

III - Iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

(...)

c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembleia e fixação da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias."

Há de se destacar que o Regimento Interno ao determinar que compete à Mesa Executiva o início do processo legislativo está cumprindo determinação prevista na Constituição do Estado do Paraná, *in verbis*:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Ainda, por tratar de forma direta de vencimento dos servidores ativos do Legislativo, há que se ressaltar que a proposição em comento cumpre com o que estabelece o artigo 27 da Constituição Estadual, segundo o qual a remuneração dos servidores somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:
(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Apurada a constitucionalidade do presente projeto de Lei, indispensável mencionar que se trata de medida a qual tecnicamente não gerará aumento de despesas do Proponente, uma vez que em sua justificativa aponta redução de 120 cargos públicos agregando informação da manutenção dos vencimentos daqueles que já estão em seus níveis, por isso não se faz necessário apurar se a proposta está de acordo com o corolário da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa.

Vislumbra-se, portanto, que a Comissão Executiva detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei e que o mesmo não afronta a Constituição e tampouco a legislação referente a impacto orçamentário.

No curso do processo legislativo, foi apresentado Substitutivo Geral de autoria da Comissão Executiva, estando em consonância com o que dispõe o art. 137, § 2º, bem como uma subemenda também de autoria da Comissão Executiva, estando de acordo com o art. 138 do Regimento Interno deste Parlamento. Dessa forma, ambos merecem aprovação por esta Comissão de Constituição e Justiça.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei na forma das emendas apresentadas.

Sala das Comissões, 24 de *junho* de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ESTADUAL
RELATOR


Dep. Raulino



Dep. Rufino

Dep. Ruyton


Dep. Pastor


Dep. Am. Curi

APROVADO

24/06/14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

REQUERIMENTO

I – RECEBIDO

II – PROTOCOLE-SE

III – DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV – AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

PRESIDENTE

24 JUN 2014

Requer a transformação das Sessões Plenárias do dia 25 de junho, próxima quarta-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº. 233/2014.

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUEREM**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinárias e Extraordinárias, do dia 25 de junho, próxima quarta-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº. 233/2014, com a diminuição de interstício entre as votações.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

Apoio ao requerimento de Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº. 233/2014.

DEUTADO	ASSINATURA
1. ROSE COLETTI	
2. Wilson Quinteiro	
3. TEREILIO TORINI	
4. GILSON DE SOUZA	
5. RASCA RODRIGUES	
6. MANUEL RAMOS	
7. DILIO GENARI	
8. NELSON LULUSON	
9. ANDRE BUEVO	
10. FERNANDO SCANAVACA	
11. PARANHOS	
12. GILBERTO	
13. HERMAS BRAGA JR	
14. ADILNO RIBEIRO	
15. LUIZ ACCORSI	
16. OSMAR BUZOLIN	



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário

17.	PEDRO LUPION	
18.	ELIO RUSCH	
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.	111	
26		
27.		
28.		
29.		
30.		



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 237/14

Súmula: Estabelece o quantitativo dos cargos e funções em confiança que específica, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criados, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná– UNESPAR, os seguintes cargos de provimento em comissão de Direção Acadêmica, simbologia DA, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior da Universidade:

I – 16 (dezesseis) cargos DA-1, sendo:

- Diretor Geral de Campus – 07 (sete);Pró-Reitor – 06 (seis);
- Chefe de Gabinete do Reitor – 01 (um);
- Procurador Jurídico – 01 (um) ; e
- Assessor de Comunicação – 01 (um);.

II – 18 (dezoito) cargos DA-2, sendo:

- Diretor de Centro de Ensino – 16 (dezesseis);
- Auditor – 01 (um); e
- Coordenador de Unidade de Concurso e Seleção – 01 (um);

III – 30 (trinta) cargos DA-3, sendo:

- Vice-Diretor Geral de Campus – 07 (sete);
- Diretor de Pró-Reitoria – 16 (dezesseis);
- Assessor Especial – 05 (cinco);
- Ouvidor – 01 (um); e
- Diretor de Órgão Suplementar – 01 (um).



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 1º Os cargos em comissão de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providos conforme dispuser o regulamento da Instituição, podendo a escolha do ocupante recair ou não em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e pela Lei Estadual nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, ou de Agente Universitário, de que trata a Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º Os detentores dos cargos referidos nesse artigo:

I - deverão possuir, no mínimo, formação em nível de graduação;

II - são destituíveis a qualquer momento, a critério da autoridade concedente, nos termos da lei;

III - quando detentor de cargo efetivo fica-lhe assegurado o retorno às atividades atinentes ao seu cargo de origem.

Art. 2º Ficam criadas, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná – as seguintes Funções Acadêmicas – FA, que se destinam a atender as funções de confiança da chefia intermediária para a estrutura administrativa da Universidade:

I – 11 (onze) funções FA-1, sendo:

- Coordenador de Colegiado de Curso de Graduação -10 (dez); e
- Comissão Permanente de Avaliação – 01 (um);

II – 17 (dezessete) funções FA-2, sendo:

- Secretário de Reitoria – 01 (um); e
- Chefe de Divisão de Reitoria – 16 (dezesseis);

III – 03 (três) funções FA-3 para pregoeiro.

Parágrafo único. As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providas conforme dispuser o regulamento da Instituição, devendo a escolha do



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ocupante necessariamente recair em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e pela Lei Estadual nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, ou de Agente Universitário de que trata a Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003.

Art. 3º A remuneração devida pelo exercício dos cargos de Direção Acadêmica e das Funções Acadêmicas ora tratados é a que consta do Anexo I desta Lei, sendo vedada qualquer outra forma de cálculo, parcela ou prática.

Parágrafo único. Se o nomeado ao exercício de cargo em comissão for servidor da Instituição Estadual de Ensino Superior, de qualquer carreira, perceberá o vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido do valor integral da remuneração referente ao cargo em comissão no qual foi provido.

Art. 4º É vedado atribuir cargo de Direção Acadêmica ou Função Acadêmica ou remunerar de outro modo qualquer pessoa pela condição de membro de conselhos superiores da instituição.

Art. 5º A jornada de trabalho de ocupante de cargo de Direção Acadêmica ou de Função Acadêmica será, no mínimo, de tempo integral, sendo vedada a percepção simultânea de horas-extras.

Art. 6º Os servidores que forem designados para ocupação eventual de cargos de Direção Acadêmica ou de Funções Acadêmicas em substituição aos titulares, por período superior a 10 (dez) dias consecutivos, terão direito à percepção do valor proporcional aos dias trabalhados.

Art. 7º A remuneração dos cargos de Direção Acadêmica e de Funções Acadêmicas a que se refere esta Lei é de natureza indenizatória, não incorporável aos vencimentos, nem computadas para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirão de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 8º Os valores constantes do Anexo I desta Lei serão alterados na mesma data de atualização e índices que incidirem sobre a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão "DAS" e "C" do Poder Executivo.



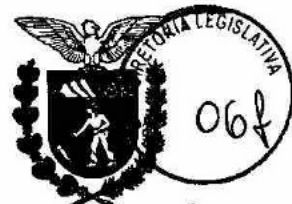
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 9º Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI e da Fazenda - SEFA autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 10. As disposições desta Lei somente poderão ser implementadas se estiverem dentro dos limites orçamentários e financeiros do Estado e de acordo com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANEXO I

TABELA DE VALORES PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO
DA-1	2.959,33
DA-2	2.537,18
DA-3	2.324,47

TABELA DE VALORES PARA AS FUNÇÕES ACADÊMICAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO
FA-1	1.147,94
FA-2	847,15
FA-3	467,99

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR

CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ACADÊMICA

NÍVEL	CARGO DE DIREÇÃO ACADÊMICA	2014		
		QT	Remuneração	TOTAL
DA-1	Diretor Geral de Campus com responsabilidades administrativas e pedagógicas e com unidades pedagógicas vinculadas, Diretor de Centro de Ensino com responsabilidades predominantemente pedagógicas e administrativas e com unidades de ensino vinculadas, Chefe de (Gabinete do Reitor, Procuradoria ou Assessoria Jurídica, Comunicação ou Assessor de Comunicação Social, Prefeito de Campus, Pró-Reitor, Superintendente de Hospital Universitário)	16	R\$ 2.959,33	R\$ 47.349,28
	Cargos existentes do Executivo (DAS-3)	7	R\$ 6.365,34	R\$ 44.557,38
DA-2	Diretor de Centro de Ensino com responsabilidades predominantemente pedagógicas/acadêmicas, em razão das atividades administrativas serem absorvidas pelo Diretor Geral de Campus, Auditor (auditoria e Controladoria), Coordenador de Unidade Responsável por Concursos e/ou Processos Seletivos	18	R\$ 2.537,18	R\$ 45.669,24
DA-3	Diretor Administrativo de Campus com responsabilidades predominantemente administrativas, sem unidades pedagógicas vinculadas, Diretor de (Órgão Suplementar/Apoio, Prefeitura de Campus, Pró-Reitoria) Ouvidor, Assessor Especial, Vice Diretor Geral de Campus e ou de Centro de Ensino, Diretor de Hospital Universitário	30	R\$ 2.324,47	R\$ 69.734,10
	Cargos existentes do Executivo (DAS-5)	7	R\$ 5.004,41	R\$ 35.030,87
	TOTAL DE CARGOS PROPOSTOS	64		R\$ 162.752,62
	TOTAL DE CARGOS OCUPADOS	14		R\$ 79.588,25
	DIFERENÇA			R\$ 83.164,37

SEEG
CTL

Fls. _____

Confere com o original
SEEG/CTL em 08/03/14
Ass. _____
ATA LEGISLATIVA

CARGOS EM COMISSÃO DE FUNÇÃO ACADÊMICA

NÍVEL	CARGO DE FUNÇÃO ACADÊMICA	QT	Remuneração	TOTAL
FA-1	Chefe de Departamento, Responsável Técnico, Editor Chefe, Vice-Diretor (colégio Aplicação, Colégio Agrícola, Setor), Coordenador de (área de Ensino, área de saúde, de Colegiado de Curso de Graduação, de Programa de Pós Graduação Strito Sensu, de Serviços, de Gabinete, Biotério, Central de Reagentes, Instituto de Línguas, Núcleo de Prática Jurídicas, Central de Apoio, PDE, Farmácia Escola, Comissão Permanente de Avaliação), Controlador de Hospital, Ouvidor de Hospital.	11	R\$ 1.147,94	R\$ 12.627,34
FA-2	Secretário de (Reitoria, Vice-Reitoria Pró-Reitoria, Direção Geral de Centro de Ensino, Direção Geral de Campus, Prefeitura de Campus Universitário), Chefe de Divisão, Maestro Titular, Motorista de (Reitor, Vice Reitor), Coordenador de (Area de NTI, Escola CAIC, Núcleo)	17	R\$ 847,15	R\$ 14.401,55
FA-3	Secretário de Órgão de Apoio e Suplementares, Pregoeiros, Spallas, Chefe/Encarregado de Seção, Coordenador de (Cursos Especiais, Pre Vestibulares, Centro Documentação Pesquisa Histórica), Supervisor de Segurança Patrimonial, Vice-Chefe de Departamento	3	R\$ 467,99	R\$ 1.403,97
	TOTAL DE CARGOS PROPOSTOS	31		R\$ 28.432,86

IMPACTO TOTAL MENSAL DOS CARGOS


95

R\$ 111.597,23

IMPACTO TOTAL ANUAL DOS CARGOS

95

R\$ 1.487.591,08

Confere com o original
SEEG/CTL em 08/02/14
Ass. 



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR

CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ACADÊMICA

NÍVEL	CARGO DE DIREÇÃO ACADÊMICA	2015			106%
		QT	Remuneração	TOTAL	
DA-1	Diretor Geral de Campus com responsabilidades administrativas e pedagógicas e com unidades pedagógicas vinculadas, Diretor de Centro de Ensino com responsabilidades predominantemente pedagógicas e administrativas e com unidades de ensino vinculadas, Chefe de Gabinete do Reitor, Procuradoria ou Assessoria Jurídica, Comunicação ou Assessor de Comunicação Social, Prefeito de Campus, Pró-Reitor, Superintendente de Hospital Universitário	16	R\$ 3.136,89	R\$ 50.190,24	R\$ 2.959,33
DA-2	Diretor de Centro de Ensino com responsabilidades predominantemente pedagógicas/acadêmicas, em razão das atividades administrativas serem absorvidas pelo Diretor Geral de Campus, Auditor (auditoria e Controladoria), Coordenador de Unidade Responsável por Concursos e/ou Processos Seletivos	18	R\$ 2.689,41	R\$ 48.409,39	R\$ 2.537,18
DA-3	Diretor Administrativo de Campus com responsabilidades predominantemente administrativas, sem unidades pedagógicas vinculadas, Diretor de (Orgão Suplementar/Apoio, Prefeitura de Campus, Pró-Reitoria) Ouvidor, Assessor Especial, Vice Diretor Geral de Campus e ou de Centro de Ensino, Diretor de Hospital Universitário	30	R\$ 2.463,94	R\$ 73.918,15	R\$ 2.324,47
TOTAL DE CARGOS PROPOSTOS		64		R\$ 172.517,78	



Confere com o original
SEEG/CTI em 08/07/14
Ass. [Assinatura]

CARGOS EM COMISSÃO DE FUNÇÃO ACADÊMICA

NÍVEL	CARGO DE FUNÇÃO ACADÊMICA	QT	Remuneração	TOTAL
FA-1	Chefe de Departamento, Responsável Técnico, Editor Chefe, Vice-Diretor (colégio Aplicação, Colégio Agrícola, Setor), Coordenador de (área de Ensino, área de saúde, de Colegiado de Curso de Graduação, de Programa de Pós Graduação Strito Sensu, de Serviços, de Gabinete, Biotério, Central de Reagentes, Instituto de Línguas, Núcleo de Prática Jurídicas, Central de Apoio, PDE, Farmácia Escola, Comissão Permanente de Avaliação), Controlador de Hospital, Ouvidor de Hospital,	11	R\$ 1.216,82	R\$ 13.384,98
FA-2	Secretário de (Reitoria, Vice-Reitoria Pró-Reitoria, Direção Geral de Centro de Ensino, Direção Geral de Campus, Prefeitura de Campus Universitário), Chefe de Divisão, Maestro Titular, Motorista de (Reitor, Vice Reitor), Coordenador de (Area de NTI, Escola CAIC, Núcleo)	17	R\$ 897,98	R\$ 15.265,64
FA-3	Secretário de Órgão de Apoio e Suplementares, Pregoeiros, Spallas, Chefe/Encarregado de Seção, Coordenador de (Cursos Especiais, Pre Vestibulares, Centro Documentação Pesquisa Histórica), Supervisor de Segurança Patrimonial, Vice-Chefe de Departamento	3	R\$ 496,07	R\$ 1.488,21
TOTAL DE CARGOS PROPOSTOS		31		R\$ 30.138,83

IMPACTO TOTAL MENSAL DOS CARGOS

95

R\$ 202.656,61

IMPACTO TOTAL ANUAL DOS CARGOS

95

R\$ 2.701.412,60

Confere com o original
SEEG/CTL em 08/02/14
Ass. *[Signature]*



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR

CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ACADÊMICA

NÍVEL	CARGO DE DIREÇÃO ACADÊMICA	2016			106%
		QT	Remuneração	TOTAL	
DA-1	Diretor Geral de Campus com responsabilidades administrativas e pedagógicas e com unidades pedagógicas vinculadas, Diretor de Centro de Ensino com responsabilidades predominantemente pedagógicas e administrativas e com unidades de ensino vinculadas, Chefe de (Gabinete do Reitor, Procuradoria ou Assessoria Jurídica, Comunicação ou Assessor de Comunicação Social, Prefeito de Campus, Pró-Reitor, Superintendente de Hospital Universitário	16	R\$ 3.325,10	R\$ 53.201,65	R\$ 3.136,89
DA-2	Diretor de Centro de Ensino com responsabilidades predominantemente pedagógicas/acadêmicas, em razão das atividades administrativas serem absorvidas pelo Diretor Geral de Campus, Auditor (auditoria e Controladoria), Coordenador de Unidade Responsável por Concursos e/ou Processos Seletivos	18	R\$ 2.850,77	R\$ 51.313,94	R\$ 2.689,41
DA-3	Diretor Administrativo de Campus com responsabilidades predominantemente administrativas, sem unidades pedagógicas vinculadas, Diretor de (Órgão Suplementar/Apoio, Prefeitura de Campus, Pró-Reitoria) Ouvidor, Assessor Especial, Vice Diretor Geral de Campus e ou de Centro de Ensino, Diretor de Hospital Universitário	30	R\$ 2.611,78	R\$ 78.353,29	R\$ 2.463,94
TOTAL DE CARGOS PROPOSTOS		64		R\$ 182.868,89	

Confere com o original
 SREG/CTL, em 09/07/14
 Ata
 PRAETORIA LEGISLATIVA

CARGOS EM COMISSÃO DE FUNÇÃO ACADÊMICA

NÍVEL	CARGO DE FUNÇÃO ACADÊMICA	QT	Remuneração	TOTAL
FA-1	Chefe de Departamento, Responsável Técnico, Editor Chefe, Vice-Diretor (colégio Aplicação, Colégio Agrícola, Setor), Coordenador de (área de Ensino, área de saúde, de Colegiado de Curso de Graduação, de Programa de Pós Graduação Strito Sensu, de Serviços, de Gabinete, Biotério, Central de Reagentes, Instituto de Línguas, Núcleo de Prática Jurídicas, Central de Apoio, PDE, Farmácia Escola, Comissão Permanente de Avaliação), Controlador de Hospital, Ouvidor de Hospital,	11	R\$ 1.289,83	R\$ 14.188,12
FA-2	Secretário de (Reitoria, Vice-Reitoria Pró-Reitoria, Direção Geral de Centro de Ensino, Direção Geral de Campus, Prefeitura de Campus Universitário), Chefe de Divisão, Maestro Titular, Motorista de (Reitor, Vice Reitor), Coordenador de (Area de NTI, Escola CAIC, Núcleo)	17	R\$ 951,86	R\$ 16.181,60
FA-3	Secretário de Órgão de Apoio e Suplementares, Pregoeiros, Spallas, Chefe/Encarregado de Seção, Coordenador de (Cursos Especiais, Pre Vestibulares, Centro Documentação Pesquisa Histórica), Supervisor de Segurança Patrimonial, Vice-Chefe de Departamento	3	R\$ 525,83	R\$ 1.577,50
TOTAL DE CARGOS PROPOSTOS		31		R\$ 31.947,22

Confere com o original
SEEG/CITL em 28/04/14
Ass. *[assinatura]*



IMPACTO TOTAL MENSAL DOS CARGOS 95 R\$ 214.816,11
IMPACTO TOTAL ANUAL DOS CARGOS 95 R\$ 2.863.498,78



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

SEPL
FL. 28

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 138

Confere com original
SEEG/CTE em 08/08/2014
Ass.

PARECER TÉCNICO Nº08/2014 – CMI/SEPL

Protocolo nº 13.062.390-5

Assunto: Criação de cargos de Direção Acadêmica e de Funções Acadêmicas no âmbito da UNESPAR.

A Direção Geral desta Pasta encaminha para análise e parecer desta Coordenação, solicitação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para criação de Cargos de Direção Acadêmica e de Funções Acadêmicas, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, conforme Ofício GS/SETI 0068/14.

Esta Coordenação de Modernização Institucional – CMI, no âmbito de sua competência, em atendimento ao disposto no Decreto nº 188, de 1º de março de 2007, que aprovou o Regulamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, analisando as peças integrantes do processo sob análise, registra as principais considerações ressaltadas no Ofício nº 002/2014 – UNESPAR/REITORIA:

1 – a Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001 e pela Lei nº 17.590, de 12 de junho de 2013, integrou em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, as entidades de ensino superior, especificadas nas Leis retrocitadas, transformando cada uma delas em Campus e ainda estabeleceu o vínculo acadêmico da Escola de Ensino Superior da Academia Militar do Guatupê junto à UNESPAR e a cidade de Paranavai como sede da Universidade;

2 – a Lei 17.590/2013 manteve as Funções Acadêmicas que já existiam nas Faculdades na estrutura da UNESPAR, entretanto não criando os cargos de Direção Acadêmica nem as Funções Acadêmicas necessárias para o funcionamento da Reitoria;

3 – a UNESPAR possui 67 cursos de graduação espalhados nos sete campus e mais dois cursos na Escola Superior de Segurança Pública, além de dois programas de pós-graduação em nível de mestrado concedido pela CAPES;

4 – a UNESPAR deixou de possuir o regime de departamentalização, eliminando 67 departamentos, que eram formados por 5 a 15 professores que foram agrupados em 16 Centros de Área. Os atuais Chefes de Departamento serão substituídos por Diretores de Centro;

5 – os atuais diretores e vice-diretores de Faculdades, em número de 14, passam a ser diretores e vice-diretores de Campus, sendo que na situação anterior foram nomeados pelo Governador do Estado para cargos de provimento em comissão de simbologia DAS-3 (07) e DAS-5 (07). Com a aprovação da proposta serão nomeados diretores e vice-diretores de Campus, no cargo de

Direção Acadêmica de simbologia DA-1 e DA-3, respectivamente, com redução nos valores em relação aos cargos anteriores;

6 – concluída a apresentação da situação atual, apresenta a relação dos cargos de Direção Acadêmica e de Funções Acadêmicas necessárias para o funcionamento da Reitoria da UNESPAR, totalizando 95, ou seja:

I – 16 (dezesseis) cargos DA-1, sendo:

- Diretor Geral de Campus – 07 (sete);
- Pró-Reitor – 06 (seis);
- Chefe de Gabinete do Reitor – 01 (um);
- Procurador Jurídico – 01 (um); e
- Assessor de Comunicação – 01 (um).

II – 18 (dezesete) cargos DA-2, sendo:

- Diretor de Centro de Ensino – 16 (dezesseis);
- Auditor – 01 (um); e
- Coordenador de Unidade de Concurso e Seleção – 01 (um).

III – 30 (trinta) cargos DA-3, sendo:

- Vice-Diretor Geral de Campus – 07 (sete);
- Diretor de Pró-Reitoria – 16 (dezesseis);
- Assessor Especial – 05 (cinco);
- Ouvidor – 01 (um); e
- Diretor de Órgão Suplementar – 01 (um).

IV – 11 (onze) funções FA-1, sendo:

- Coordenador de Colegiado de Curso de Graduação -10 (dez) e
- Comissão Permanente de Avaliação – 01 (um).

V – 17 (dezesete) funções FA-2, sendo:

- Secretário de Reitoria – 01 (um); e
- Chefe de Divisão de Reitoria – 16 (dezesseis).

VI – 03 (três) funções FA-3 para pregoeiro.

7 – apresenta também as planilhas de custo mensal para três anos, considerando as criações dos DAs e FAs e a extinção dos DASs, totalizando, portanto um acréscimo mensal no primeiro ano de R\$111.597,23; no segundo ano de R\$202.656,61 e no terceiro ano de R\$214.816,11.

8 – em tempo, a SETI anexou ao presente protocolado, no dia 19 de março, o anteprojeto de Lei para a formalização da proposta com o anexo da

Confere com Original
SEEG/CTL, em 20/03/2014
Ass. [Assinatura]

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL**




tabela salarial dos cargos e funções a serem criadas, que subsidiou a elaboração das planilhas de custo.

A CMI analisou as considerações acima descritas e conclui pela concordância com o proposto pela UNESPAR/SETI, quanto aos Cargos de Direção Acadêmica - DAs, assim como quanto as Funções Acadêmicas FAs apresentadas, que estão compatíveis com a proposta de estrutura sugerida nas explicações do Reitor da UNESPAR, e, com relação ao anteprojeto de Lei, também não tem nada a opor, estando em condições, portanto, de ser encaminhado à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência para análise de matéria de sua competência e para a Secretaria de Estado da Fazenda para pronunciamento quanto aos aspectos orçamentários e financeiros para, posteriormente, encaminhamento à Secretaria de Estado de Governo para as providências ao envio à Assembleia Legislativa do Estado.

É o parecer que submetemos à apreciação da direção superior deste Órgão.

Curitiba, 21 de março de 2014



Osny Martinelli Pereira Alves
Coordenador CMI

Confere com o original
SEEG/CTI em 28/03/14
Ass.

SECRETARIA DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
RH INFORMAÇÃO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Informação nº: 122/2014-RHINFO
Protocolo nº.: 13.062.390-5
Interessado: UNESPAR
Assunto: Ampliação do quantitativo de cargos em comissão de direção e função acadêmica.

Confere com o original
SEEG/CTL em 08/04/14
Ass: [assinatura]

O presente trata do Anteprojeto de Lei que cria cargos em comissão de Direção Acadêmica e Funções Acadêmicas para atender a estrutura necessária para funcionamento da Reitoria da Universidade Estadual do Paraná, com custos abaixo discriminados:

CARGO/FUNÇÃO	QTD	VENÇ.	1/12 13º SAL	1/12 FÉRIAS	ENCARGOS	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL
FUNÇÃO DA-1	16	2.959,33	246,61	82,20	370,29	3.658,42	58.534,76
FUNÇÃO DA-2	18	2.537,18	211,43	70,47	317,46	3.138,55	56.457,84
FUNÇÃO DA-3	30	2324,47	193,71	64,66	290,85	2.873,59	86.207,82
FUNÇÃO FA-1	11	1.147,94	95,66	31,88	143,64	1.419,12	15.610,34
FUNÇÃO FA-2	17	847,15	70,60	23,53	106,00	1.047,28	17.803,68
FUNÇÃO FA-3	3	467,99	39,00	13,00	58,58	578,54	1.735,63
TOTAL:	195						236.349,86

O valor desta proposta é de R\$ 236.349,86 (duzentos e trinta e seis mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos) mensais e foi registrado no Acompanhamento de Despesa com Pessoal, elaborado pelo RH Informação, para o exercício de 2014.

Segue anexa a Projeção da Folha de Pagamento e Demandas Pendentes da UNESPAR para o ano de 2014, sendo que o valor da presente demanda representa 3,77% do total da folha de despesa com pessoal do órgão, que no mês de fevereiro foi de R\$ 6.263.048,05 (seis milhões duzentos e sessenta e três mil quatrocentos e oito reais e cinco centavos).

Encaminhe-se ao DRH para apreciação e demais encaminhamentos.

Curitiba, 08 de abril de 2013.

[assinatura]
Cristiane Leal Flores
Agente Profissional.

De Acordo,
Ao DRH/SEAP.

[assinatura]
Emílio Antonio Trautwein,
Gerente RH-Informação

RH INFORMAÇÃO

Fonte: Meta4, SIP, RMIP, Relatório DCRH de FGTS e INSS;

Folha Projetada:

Impacto mental:

projeção de 2015 a 2017: Considerado 5% de Revisão Anual acrescido de 2% de Crescimento Vegetativo.

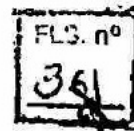
Folha Eletivamente Paga composta da somatória de vantagens mais encargos menos a somatória do redutor, ausentismos, (latas, devolução de verba e custeio (Auxílio Transporte, Alimentação, Moradia, Doença, Ajuda de Custo e Manutenção de Instrumentos e Vestuário, e Pensões Especiais);

Considerando a última lota realizada acrescida de 2% a.a. referente ao crescimento vegetativo mais a previsão de revisão anual de 6% a partir de maio/2014:

Considerado a partir do mês de JUNHO em razão do prazo mínimo necessário para o trâmite normal do processo até a sua efetiva implantação em folha; e

projeção de 2015 a 2017: Considerado 5% de Revisão Anual acrescido de 2% de Crescimento Vegetativo.

ATUALIZADA EM 08/04/2014 !



Confere com o original
SEEG/CTL, em 09/07/2011
Ass.

SECRETARIA DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
RH - INFORMAÇÃO



Anexo a Informação nº 122/2014-RHINF
Protocolado nº 13.062.390-5
UNESPAR

DEMANDAS PENDENTES NO EXERCÍCIO					
PROTOCOLO	DESCRIÇÃO DA DEMANDA	PREVISÃO DA IMPLANTAÇÃO	QTDE	CUSTO MENSAL	GASTO ANUAL 2014
11.338.558-8	AUT. NOMEAR AG. UNIV. - SIMPACTO	mar/14	4	4.123,82	37.114,38
11.720.227-5	ANUÊN. CON. PÚBL. e CRES. DOCENTE - SIMPACTO	mar/14	1	4.603,95	41.435,55
11.945.870-8	NOMEAÇÃO DE DOCENTE - SIMPACTO	mar/14	1	7.204,28	64.838,52
11.419.508-0	NOMEAÇÃO DE AG. UNIVERSITÁRIO	mar/14	1	2.161,75	19.455,72
11.977.143-9	NOMEAÇÃO DE AG. UNIVERSITÁRIO - SIMPACTO	mar/14	1	3.512,01	31.608,09
11.897.809-5	ANUÊN. CON. PÚBL. e CRES. DOCENTE - SIMPACTO	mar/14	1	2.942,39	26.481,51
11.945.872-2	ANUÊN. CON. PÚBL. e CRES. DOCENTE - SIMPACTO	mar/14	1	79.352,44	714.171,96
11.897.804-4	AUTOR. CONC. PÚBL. SIMPACTO	mar/14	1	1.060,55	10.605,50
10.774.737-0	ANUÊN. CON. PÚBL. AG. UNIV. - SIMPACTO	mar/14	2	8.392,16	83.921,60
11.720.238-0	AUT. ABERT. CONC. PÚBLICO - SIMPACTO	mar/14	1	1.403,30	14.033,90
13.018.078-8	NOMEAÇÃO DOCENTE-FECILCAM-SIMPACTO	mar/14	1	4.767	33.372
13.081.048-9	ANUÊNCIA CONC. PUB. E PSS	mar/14	1	6.885	48.267
13.074.947-0	ANUÊNCIA CONC. PUB. E PSS		3	43.595	
TOTAL DA DEMANDA				168.013,91	1.185.252,06

ATUALIZADA EM 02/03/2014



Confere com o original
SEEG/CTL, em 08/03/14
Ass. *[Signature]*

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 001/2014

Eu, **ANTONIO RODRIGUES VARELA NETO**, portador do R. G. N° 8877424 PR, e do CPF n° 197.293.249-72, Reitor em exercício da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), declaro que as despesas abaixo identificadas estão incluídas no Plano Plurianual 2012/2015, conforme Lei Estadual n° 17.013, de 14/12/2011.

O valor programado, no montante de R\$ 69.270.000,00 (sessenta e nove milhões, duzentos e setenta mil reais), encontra-se previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), n° 17.886, de 20/12/2013, conforme Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) em anexo.

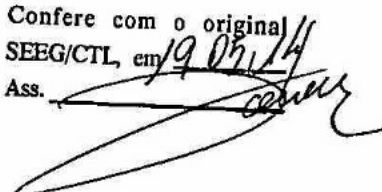
IDENTIFICAÇÃO DA DESPESA: criação da funções de Direção Acadêmica e de Funções Acadêmicas para a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), tramitando sob protocolo integrado n° 13.062.390-5.

A dotação orçamentária a ser utilizada será no elemento de despesa 3190.1100, fonte 100, no valor de **R\$ 1.487.591,08** (um milhão e quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos e noventa e um reais e oito centavos), para o exercício de 2014.

Paranavaí, 19 de maio de 2014.



Prof. Antonio Rodrigues Varela Neto
Reitor em Exercício

Confere com o original
SEEG/CTL, em 19/05/14
Ass. 


e-COP Programação Orçamentária
Relatório QDD por Espécie/Fonte de uma Unidade

**** Valores Oficiais c/ Mov. de Crédito ****

Órgão : 45 - SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Unidade : 46 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçamentário	Empenhado + Mov. Crédito	Saldo Programado
PESSOAL/ENC.SOC	100	69.520.000	69.270.000	452.316	69.722.316	26.577.400,61	42.692.599,39
Total PESS.	T	69.520.000	69.270.000	452.316	69.722.316	26.577.400,61	42.692.599,39
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00
	Todas	69.520.000	69.270.000	452.316	69.722.316	26.577.400,61	42.692.599,39
OUTR.DESP.CORR.	100	15.573.000	4.341.122	11.029.562	15.370.684	2.934.050,39	1.407.071,61
	107	10.000	0	10.000	10.000	0,00	0,00
	120	100.000	0	100.000	100.000	0,00	0,00
	132	0	1.143.953	0	1.143.953	766.950,50	357.002,50
	250	3.511.770	1.449.322	2.062.448	3.511.770	681.972,47	767.349,53
	251	100	0	100	100	0,00	0,00
	281	1.657.240	87.000	1.570.240	1.657.240	0,00	87.000,00
	284	3.179.500	888.512	2.704.521	3.591.033	425.315,09	461.196,91
Total OUTR.C	T	15.883.000	5.485.075	11.139.562	16.824.637	3.721.000,89	1.764.074,11
	OF	8.848.610	2.422.834	6.337.309	8.760.743	1.107.287,56	1.315.546,44
	Todas	24.031.610	7.907.909	17.476.871	25.384.780	4.828.288,45	3.079.620,55
INVESTIMENTOS	100	300.000	10.000	290.000	300.000	2.975,78	7.024,22
	120	100.000	0	100.000	100.000	0,00	0,00
	250	880.000	215.332	664.668	880.000	12.620,60	202.711,40
	281	1.850.000	1.500.000	350.000	1.850.000	0,00	1.500.000,00
	284	3.000.000	288.773	2.701.227	3.000.000	52.948,80	245.824,20
Total INVES.	T	400.000	10.000	390.000	400.000	2.975,78	7.024,22
	OF	5.730.000	2.014.105	3.715.895	5.730.000	65.569,40	1.948.535,60
	Todas	6.130.000	2.024.105	4.105.895	6.130.000	68.545,18	1.955.559,82
Total	T	85.603.000	74.765.075	11.981.878	86.746.953	30.301.377,28	44.463.697,72
	OF	14.078.610	4.436.939	10.053.204	14.490.143	1.172.856,96	3.264.082,04
	Todas	99.681.610	79.202.014	22.035.082	101.237.096	31.474.234,24	47.727.779,76

Confere com o original
SEEG/CTL, em 19/05/14
Ass. 



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 20/05/2014

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



MENSAGEM
Nº 029/2014

Curitiba, 14 de maio de 2014.

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 28 MAIO 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva estabelecer o quantitativo dos cargos e funções em confiança que especifica, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, e adota outras providências.

A Lei nº 17.590 de 12 de junho de 2013 que regulamentou a UNESPAR, unificou as Faculdades Estaduais, transformando cada uma delas em *campus*, sob uma mesma autarquia estadual e, ainda, estabeleceu o vínculo acadêmico da Escola de Ensino Superior da Academia Militar do Guatupê junto à UNESPAR e a cidade de Paranavaí como sede da Universidade. A partir de então, todos os convênios com Fundação Araucária, CAPES, CNPq e UGF passaram a ser executados pela reitoria.

Como não poderia deixar de ser, a Lei manteve as Funções Acadêmicas que já existiam nas faculdades na estrutura da UNESPAR. Entretanto, não foram criados os cargos de diretorias acadêmicas nem as funções acadêmicas necessárias para o funcionamento da reitoria. Desta feita, até o momento, a Reitoria tem funcionado com três agentes universitários e um estagiário, mas assim que a Prefeitura Municipal de Paranavaí reformar o prédio para o seu funcionamento, será necessária uma estrutura suficiente para evitarmos que as demandas internas e externas não sejam desatendidas e, conseqüentemente, a comunidade da UNESPAR pereça.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.062.390-5



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Recentemente, no mês de novembro de 2013, pelo Decreto nº 9.538, de 05 de dezembro de 2013, após parecer favorável do Conselho Estadual de Educação, a UNESPAR foi credenciada como universidade assumindo as condições de autonomia universitária, previstas na Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, o que lhe impõe obrigações no prazo de cinco anos para o credenciamento.

Desta forma, para o funcionamento inicial, a presente medida pleiteia a criação de cargos e funções para o funcionamento específico da reitoria. A justificativa para tal encontra-se no que passo a expor:

I - A UNESPAR possui 67 cursos de graduação espalhados nos sete *campi* e mais dois cursos na Escola Superior de Segurança Pública. No ano de 2013 a CAPES concedeu parecer positivo para funcionamento de dois programas de pós-graduação em nível de Mestrado. Considerando o parecer positivo do Conselho Estadual de Educação para o credenciamento, condicionado à criação de mais dois programas de pós-graduação no prazo de cinco anos e melhoria no índice de avaliação dos cursos de graduação, as Pró-Reitorias de Graduação e Pós-Graduação demandarão uma estrutura capaz de prover a Universidade de tais condições;

II - Todos os projetos de extensão universitária que funcionavam nos diversos *campi* passam a compor programas articulados, dependentes de políticas e orientações de uma Pró-reitoria, unificando procedimentos, atividades e ações de impacto social e acadêmico;

III - Todas as políticas e procedimentos relacionados a pessoal devem ser unificados a partir de 2015, incluindo folha de pagamento, concurso público, avaliação de pessoal, para garantir eficiência, transparência e unidade na gestão, assim como devem ser unificadas as atividades dos setores de compras, licitações, planejamento e outras ações relativas à gestão;

IV - Com o credenciamento da Universidade e, consequentemente, a validade do seu Estatuto e Regimento Interno, a UNESPAR deixa de possuir o regime de departamentalização, eliminando 67 departamentos que serão agrupados em 16 Centros de Área. Departamentos que possuíam de 05 a 15 professores serão reunidos em Centros com um número maior de professores, o que significa um modelo de gestão mais racional, quando se trata da administração de pessoal. Os atuais Chefes de Departamentos serão substituídos por Diretores de Centro.

V - Como se trata de regime *multicampi*, os atuais diretores e vice-diretores de FACULDADES passam a ser diretores e vice-diretores de CAMPUS. Como diretores e vice-diretores de Faculdades, os atuais dirigentes foram nomeados pelo Governador, por decreto, e recebem a gratificação de simbologia DAS 3 e DAS 5, respectivamente. A partir de agora, os próximos diretores e vice-



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

diretores de campus eleitos serão nomeadores pelo reitor e a simbologia passará de DAS para DA (Diretoria Acadêmica), o que significa uma redução nos valores. De qualquer forma, a preocupação da Reitoria está no fato de que, caso não sejam criados os cargos de Direção Acadêmica, para a UNESPAR, haverá uma situação jurídica incerta, pois não haverá mais FACULDADES, como autarquia, tampouco os cargos de diretores de *campi*, com suporte legal.

Desta forma, é aqui proposta a criação de Funções de Diretoria Acadêmica e Funções Acadêmicas, nos termos constantes do anexo Anteprojeto de Lei.

Certo de que a presente medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 237/2014

Projeto de Lei nº 237/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 029/2014

Súmula: Estabelece o quantitativo dos cargos e funções em confiança que especifica, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, e adota outras providências.

EMENTA: ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO. CRIAÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO E FUNÇÃO ACADÊMICA. UNESPAR POSSIBILIDADE. ARTS. 65, 66, INCISO I E 87, INCISO XVI DA CE. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. ART. 53, INCISO VIII DA CE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo estabelecer o quantitativo dos cargos e funções em confiança que especifica, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, bem como adotar outras providências.

VISTA EM 02/06/2014

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

[Handwritten signature]
1
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Nos termos da Mensagem, a medida é fundamental para criar os cargos de diretorias acadêmicas e funções acadêmicas necessárias para o funcionamento da reitoria.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33- A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre os servidores públicos, especialmente, provimento de cargos nos termos dos artigos 66, incisos I e 87, inciso VI, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

XVI - prover e extinguir os cargos públicos estaduais, na forma da lei e com as restrições previstas nesta Constituição;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ademais, cumpre salientar o artigo 53, inciso VIII da Constituição do Estado do Paraná, que determina as matérias de competência do Estado suscetíveis de apreciação da Assembleia Legislativa, conforme segue:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Deste modo, o projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida, uma vez que compete exclusivamente ao Poder Executivo através do Governador do Estado, legislar sobre a matéria em questão.

Não há que se falar em desrespeito à Lei Complementar Federal nº 101/2000, tendo em vista que o projeto informa o impacto financeiro da proposta.

Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



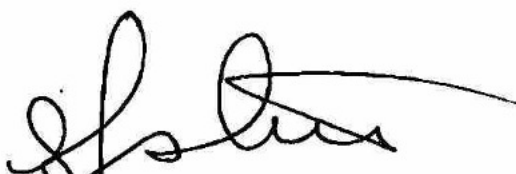
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

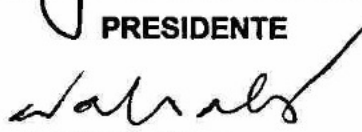


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente projeto de lei, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 02 de junho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

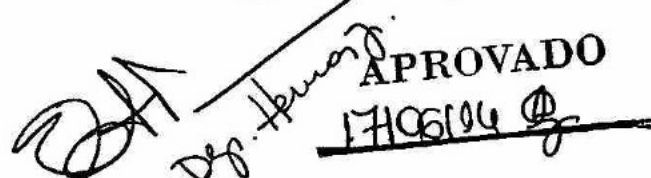

TERUO KATO
DEPUTADO ESTADUAL
RELATOR


Dep. Adriano


Dep. Felício


Dep. Henrique


Dep. Auri


APROVADO
17/06/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



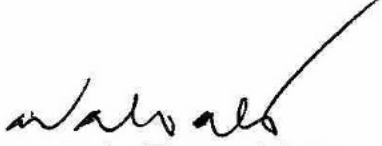
REQUERIMENTO



Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 237/14, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 237/14, oriundo da Mensagem Governamental nº 029/14.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2014.


Deputado Teruo Kato
PMDB

18:37 16/06/2014 003048 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Anota-se e encaminhe-se
Para Providências

DL 137/6/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 237/14

O Plano de Lei em análise de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 029/14, visa estabelecer o quantitativo dos cargos e funções em confiança que especifica, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, e adota outras providências.

Analisando a Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo o que preceitua o Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa.

Constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Vale observar que a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência apresenta a Informação nº 122/2014-RHINFO, protocolo nº 13.062.390-5, assinada pelo Senhor Emilio Antonio Trautwein, Gerente RH-Informação, que trata da criação de cargos em comissão de Direção Acadêmica e Funções Acadêmicas para atender a estrutura necessária para funcionamento da Reitoria da Universidade Estadual do Paraná, e, informa que o valor da proposta é de R\$236.349,86 (duzentos e trinta e seis mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos) mensais sendo registrado no Acompanhamento de despesa com Pessoal, elaborado pelo RH Informação, para o exercício de 2014.

Constata-se ainda, a existência da Declaração de Adequação Orçamentária – 001/2014, subscrita pelo Prof. Antonio Rodrigues Varela Neto, Reitor em exercício, declarando que as despesas estão incluídas no Plano Plurianual 2012/2015, conforme a Lei Estadual nº 17.013, de 14/12/2011.

Insta observar que o autor da matéria assegura que a implementação desta Lei, dar-se-á dentro dos limites orçamentários e financeiros do Estado e de acordo com a Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Assim, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pela
Aprovação do Projeto de Lei nº 237/14.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 18/06/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


Dep. Wilson


Dep. Dohren


Dep. Enio



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ciência Tecnologia e Ensino Superior



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 237/2014

Projeto de Lei nº. 237/2014

Autor: Poder Executivo

S ú m u l a: MENSAGEM Nº 29/2014 - ESTABELECE O QUANTITATIVO DOS CARGOS E FUNÇÕES EM CONFIANÇA QUE ESPECIFICA, NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR.

EMENTA: ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO. CRIAÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO E FUNÇÃO ACADÊMICA. UNESPAR POSSIBILIDADE. ARTS. 65, 66, INCISO I E 87, INCISO XVI DA CE. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. ART. 53, INCISO VIII DA CE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo estabelecer o quantitativo dos cargos e funções em confiança, conforme especifica a planilha anexa ao projeto, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR.

A Lei estabelece o quantitativo descritivo da função e detalhamento de valores.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ciência Tecnologia e Ensino Superior



Inicialmente, cabe destacar que compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, em consonância ao disposto no **artigo 33 - I, III, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, manifestar-se sobre proposições que visem ao fortalecimento e à aplicação de base técnico-científica do Estado incluindo aquelas relacionadas às entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e unidades de bens de elevado conteúdo tecnológico.

Trazido para parecer desta comissão por envolver diretamente instituição de ensino superior no âmbito Estadual.

A equalização de quantitativos de cargos em comissão referente à direção e coordenação para o desenvolvimento das funções institucionais é primordial, a fim de atingir o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento das atividades institucionais.

O projeto de Lei em tela traz as tabelas com os descritivos pertinentes com cada um dos cargos de diretorias acadêmicas e funções acadêmicas, adequação de quantitativos condizentes com o crescimento e desenvolvimento da Universidade;

CONCLUSÃO

Não vislumbrando qualquer interferência na autonomia educacional, pública ou privada.

Bem como, vislumbro o atendimento ao estabelecido pela Constituição do Estado do Paraná, que estabelece como iniciativa



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ciência Tecnologia e Ensino Superior



privativa do Governador as leis que disponham sobre os servidores públicos, especialmente, provimento de cargos nos termos dos artigos 66, incisos I e 87, inciso VI.

Diante do exposto, considero pertinente o presente projeto de Lei, opinando por sua **APROVAÇÃO**, nesta comissão.

Sala das Comissões, 18/06/14

Eliorush
DEPUTADO ELIO RUSH

Relator

Teruo Kato
DEPUTADO TERUO KATO

Presidente

Teruo Kato
RELATOR COMISSÃO



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 267/14

Súmula: Acresce o § 7º ao art. 21 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, alterada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Acresce o § 7º ao art. 21 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, alterada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, com a seguinte redação:

“§ 7º Ao Agente Universitário investido no serviço público antes da entrada em vigor da Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, fica restabelecida a carga horária exigida quando de seu ingresso.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, não gerando qualquer efeito pretérito.

MENSAGEM
Nº 051/2014

Curitiba, em 17 de junho de 2014

LIDEJUNO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 17 JUN. 2014

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 17/06/2014

Presidente

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva acrescer o § 7º ao art. 21 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, alterada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná.

A carreira de Agente Universitário é permeada por peculiaridades que demandam detalhamento normativo, quer em razão da especificidade de cada função, quer diante da jornada de trabalho realizável no âmbito de atribuições do cargo, considerada a data de sua investidura.

Nesse mister, a proposta legislativa apresentada pretende acolher a situação concreta de notória expressividade no âmbito das Instituições de Ensino Superior, cujo alcance e repercussão merecem suporte normativo adequado.

Sob esse aspecto, busca-se harmonizar o quadro fático-jurídico existente até o advento da Lei nº 15.050/2006 com os parâmetros legais expressamente estabelecidos a partir de então.

É oportuno ressaltar que a solução proposta não gera impacto financeiro ou orçamentário, porquanto apenas ajusta questão afeta à carga horária de trabalho para integrantes da carreira, sem necessidade de majoração de vencimentos.

Nesse compasso, a adequação normativa apresentada propiciará o necessário ajuste entre direito e a realidade, meta constantemente visada pelo Estado Democrático de Direito.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

§ 6º. Desenvolvimento profissional do cargo e função é o processo de crescimento horizontal e vertical na carreira, por intermédio dos institutos de desenvolvimento denominados progressão e promoção, respectivamente.

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~**§ 7º.** Desenvolvimento profissional do cargo é o processo de crescimento horizontal e vertical na carreira, seja na mesma classe, através da progressão ou promoção intraclasse, seja de uma classe a outra, através da promoção interclasses.~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)* (Revogado pela Lei 17382 de 06/12/2012)~~

Seção II

Da Estrutura da Carreira

(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)

~~**Art. 21.** São consideradas funções técnico-administrativas as constantes do ANEXO II.~~

~~**Art. 21.** A Carreira Técnica Universitária é estruturada em três classes, com cada classe agrupando funções em série de classes, com as quantidades e exigências mínimas de escolaridade de ingresso de acordo com a classe ou série de classe, na forma do Anexo I desta lei.~~

~~(Redação dada pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

Art. 21. A quantidade de vagas é fixada por Universidades e Hospitais Universitários, na forma do Anexo II desta Lei e sendo alteradas somente por Lei.

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~**§ 1º.** As funções encontram-se distribuídas em classes, conforme o ANEXO supracitado, tendo atribuições e requisitos descritos em manual específico, a ser elaborado sob a coordenação da Secretaria de Estado da Administração.~~

~~**§ 1º.** As séries de classes serão sobrepostas, tendo a série de classes imediatamente superior, dentro da mesma classe, valores integrantes ou próximos à série de classes imediatamente inferior, em valores sempre crescentes, com intervalo de 3,5% (três vírgula cinco pontos percentuais), sendo o intervalo inicial entre as duas primeiras referências de cada série de classes de 5% (cinco por cento).~~

~~(Redação dada pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

§ 1º. As classes serão de referências de vencimento contínuas, tendo a classe imediatamente superior, valores superiores e crescentes em relação à classe imediatamente inferior, com intervalo de 3,5% (três vírgula cinco por cento) e sendo o intervalo inicial entre as duas primeiras referências de cada classe de 5% (cinco por cento) para cada cargo.

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~**§ 2º.** A experiência exigida para cada função poderá ser substituída por cursos, estágios ou correlação com o terceiro grau incompleto.~~

§ 2º. O rol das funções componentes do cargo, distribuídas nas classes e séries de classes, com as correlações e os requisitos de ingresso são dispostas na forma do Anexo II desta lei.

(Redação dada pela Lei 15050 de 12/04/2006)

~~**§ 3º.** A carga horária do cargo Agente Universitário e das funções componentes é de 40 (quarenta) horas semanais, aplicando-se a tabela de vencimento básico do Anexo III desta lei.~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

§ 3º. A carga horária do cargo Agente Universitário e das funções componentes é de quarenta horas semanais, aplicando-se a tabela de vencimento básico do Anexo V desta Lei.

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~**§ 4º.** A jornada de trabalho de funções em atividades ou locais considerados insalubres, perigosos ou penosos seguirá a legislação estadual específica vigente.~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

§ 4º. A jornada de trabalho de funções em atividades ou locais considerados insalubres, perigosos ou penosos seguirá a legislação estadual específica vigente e aplicável aos servidores públicos do Estado.

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~**§ 5º.** A descrição das atribuições e tarefas do cargo, das funções componentes, jornada e outras~~



~~características serão definidas no Perfil Profissiográfico do Cargo e Funções, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, por iniciativa das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

§ 5º. A descrição das atribuições e tarefas do cargo, das funções componentes, jornada e outras características serão definidas no Perfil Profissiográfico do Cargo e Funções, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e a Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP.

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

§ 6º. As quantidades de vagas por classes a que se refere o Anexo I, fica fixada por Hospitais Universitários e demais unidades, sendo alteradas:

(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)

I - Entre as classes, por intermédio de Decreto Governamental, para atendimento de ingresso ou promoção;

(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)

II - Entre Hospital Universitário e demais unidades somente através de lei.

(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)

Seção III

Do Provimento e do Estágio Probatório

(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)

~~**Art. 22.** O desenvolvimento na Carreira poderá dar-se por progressão e ascensão.~~

~~**Art. 22.** O provimento nas funções do cargo de Agente Universitário se dará na classe e na série de classes correspondente à escolaridade exigida para o ingresso, atendidos os seguintes requisitos:~~

~~(Redação dada pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

Art. 22. O provimento nas funções do cargo de Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional se dará na classe correspondente à escolaridade exigida para o ingresso, na forma do Anexo III (A-B-C) e atendidos os seguintes requisitos:

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~**I** - existência de vaga no cargo e na classe;~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

I - existência de vaga no cargo;

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~**II** - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

II - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~**III** - inspeção e avaliação médica obrigatória por órgão pericial do Estado ou credenciado pela instituição de ensino, podendo integrar a inspeção médica a avaliação psicológica;~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

III - inspeção e avaliação médica obrigatória por órgão pericial do Estado ou credenciado pela instituição de ensino, podendo integrar a inspeção médica a avaliação psicológica;

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~**IV** - registro profissional no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei; e~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

IV - registro profissional no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por Lei;

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 15050 - 12 de Abril de 2006

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 7205 de 12 de Abril de 2006

Súmula: Altera para Carreira Técnica Universitária a denominação da Carreira de Pessoal Técnico Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica alterado o Capítulo II da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, passando a vigorar com a redação dada por esta lei:

Capítulo II

DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 19 A Carreira do Pessoal Técnico Administrativo passa a denominar-se Carreira Técnica Universitária, integrada pelos atuais ocupantes de cargo público de provimento efetivo alocados nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná - IEES.

Art. 20 A carreira Técnica Universitária é de cargo único, denominado Agente Universitário, composto de funções singulares e multiocupacionais agregadas, dispostas em ordem crescente de classes constituídas de série de classes que determinam a linha de desenvolvimento profissional do cargo.

§ 1º Cargo é a unidade funcional básica de ação do agente público universitário, com provimento mediante concurso público de provas ou provas e títulos.

§ 2º Função é o conjunto de atribuições e tarefas de mesma natureza ocupacional e requisitos, vinculada ao cargo.

§ 3º Função singular é aquela cuja escolaridade determina profissionalização específica.

§ 4º Função multiocupacional é aquela cuja escolaridade não determina profissionalização específica.

§ 5º Classe é o agrupamento de funções de mesma escolaridade e complexidade ocupacional.

§ 6º Série de classes é a subdivisão da classe de acordo com a crescente exigência escolar e ocupacional da função, dentro da mesma classe.

§ 7º Desenvolvimento profissional do cargo é o processo de crescimento horizontal e vertical na carreira, seja na mesma classe, através da progressão ou promoção intraclasses, seja de uma classe a outra, através da promoção interclasses.

Seção II

Da Estrutura da Carreira

Art. 21 A Carreira Técnica Universitária é estruturada em três classes, com cada classe agrupando funções em série de classes, com as quantidades e exigências mínimas de escolaridade de ingresso de acordo com a classe ou série de classe, na forma do Anexo I desta lei.

§ 1º As séries de classes serão sobrepostas, tendo a série de classes imediatamente superior, dentro da mesma classe, valores integrantes ou próximos à série de classes imediatamente inferior, em valores sempre crescentes, com intervalo de 3,5% (três vírgula cinco pontos percentuais), sendo o intervalo inicial entre as duas primeiras referências de cada série de classes de 5% (cinco por cento).

§ 2º O rol das funções componentes do cargo, distribuídas nas classes e séries de classes, com as correlações e os requisitos de ingresso são dispostas na forma do Anexo II desta lei.

§ 3º A carga horária do cargo Agente Universitário e das funções componentes é de 40 (quarenta)

horas semanais, aplicando-se a tabela de vencimento básico do Anexo III desta lei.

§ 4º A jornada de trabalho de funções em atividades ou locais considerados insalubres, perigosos ou penosos seguirá a legislação estadual específica vigente.

§ 5º A descrição das atribuições e tarefas do cargo, das funções componentes, jornada e outras características serão definidas no Perfil Profissiográfico do Cargo e Funções, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por iniciativa das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

§ 6º As quantidades de vagas por classes a que se refere o Anexo I, fica fixada por Hospitais Universitários e demais unidades, sendo alteradas:

I. Entre as classes, por intermédio de Decreto Governamental, para atendimento de ingresso ou promoção;

II. Entre Hospital Universitário e demais unidades somente através de lei.

Seção III

Do Provimento e do Estágio Probatório

Art. 22 O provimento nas funções do cargo de Agente Universitário se dará na classe e na série de classes correspondente à escolaridade exigida para o ingresso, atendidos os seguintes requisitos:

I. existência de vaga no cargo e na classe;

II. aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III. inspeção e avaliação médica obrigatória por órgão pericial do Estado ou credenciado pela instituição de ensino, podendo integrar a inspeção médica a avaliação psicológica;

IV. registro profissional no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei; e

V. outros requisitos vinculados ao exercício do cargo e da função, previstos em legislação ou contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

§ 1º A comprovação do preenchimento dos requisitos I a V do *caput* deste artigo precederá a nomeação, sendo que o requisito previsto no inciso III terá caráter eliminatório.

§ 2º O processo de concurso público será motivado somente após o processo seletivo de promoção previsto no artigo 27, parágrafo 2º desta lei e em decorrência da inexistência de suprimento das funções e quantidades necessárias ao preenchimento da demanda.

Art. 23 O estágio probatório será de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo, função e classe de ingresso.

§ 1º O funcionário será considerado estável após aprovação no estágio probatório através de avaliação especial de desempenho, por comissão instituída exclusivamente para essa finalidade.

§ 2º A avaliação especial de desempenho para a finalidade do parágrafo anterior deverá considerar os requisitos especificados no Perfil Profissiográfico do cargo e da função.

§ 3º Considerado inapto ou não cumpridas as exigências do cargo e função, o funcionário será exonerado, sendo chamado o candidato com classificação imediatamente inferior.

§ 4º Considerado estável, o funcionário terá automaticamente progressão para a segunda referência da série de classes em que ingressou.

§ 5º Não será permitida a promoção intraclasse para o funcionário em estágio probatório e promoção interclasses antes de decorridos 7 (sete) anos de exercício na classe de ingresso.

Seção IV

Do Perfil Profissiográfico e da Avaliação de Desempenho

Art. 24 Será adotado para a realização de concursos, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação, aprendizagem/reciclagem e para os institutos de desenvolvimento na carreira o Perfil Profissiográfico, uniformizado para todas as Instituições de Ensino.

§ 1º Perfil Profissiográfico é o documento formal da descrição do cargo e das funções componentes do cargo, indicando as tarefas genéricas do cargo, as tarefas específicas e especializadas das funções, as exigências físicas, psicológicas e profissionais e outras determinantes para a ocupação do cargo e da função, sendo utilizado tanto para o estágio probatório quanto para a manutenção do cargo.

§ 2º As tarefas associadas no desempenho do cargo e função serão mensuráveis, quantitativa e qualitativamente, para as determinações do *caput* deste artigo:

I. Tarefas genéricas indicarão apenas as quantidades de funcionários necessários para o desempenho das atividades da estrutura.

II. Tarefas específicas indicarão a formação profissional necessária para o desenvolvimento das atividades da estrutura.

III. Tarefas especializadas indicarão a formação profissional mais as exigências especializadas para o desenvolvimento das atividades da estrutura.

§ 3º O Perfil será utilizado para a avaliação de desempenho, gerando indicadores quantitativos que servirão de título ao funcionário no instituto da promoção interclasses.

I. A adoção de instrumento de avaliação de desempenho deverá ser uniformizada para todas as IEES, de acordo com suas especificidades e encaminhado pelo conjunto das instituições para publicação de resolução conjunta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

§ 4º O Perfil será utilizado para o processo de aprendizagem/reciclagem, gerando indicadores qualitativos que servirão de indicação de capacitação para o desenvolvimento na carreira.

I. As IEES deverão adotar plano de capacitação, seja para aprendizagem, seja para reciclagem, para todos os funcionários da Carreira Técnica Universitária.

§ 5º O Perfil Profissiográfico completo, para todas as IEES, será encaminhado pelo conjunto das instituições no prazo de 1 (um) ano a partir da edição desta lei, para publicação de resolução conjunta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Seção V

Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 25 O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão, promoção e mudança de função.

Art. 26 A progressão se dará na série de classes, ao funcionário estável, por antigüidade, titulação e avaliação de desempenho.

§ 1º Progressão é a passagem do funcionário, de uma referência salarial para outra, dentro da mesma classe e série de classes e função, limitada à última referência salarial da série de classes.

§ 2º A progressão por antigüidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na carreira e na classe e série de classes, sendo de uma referência salarial, ocorrendo no período em que o funcionário completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão.

I. será computado o tempo de estágio probatório para este fim;

II. não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, para efeitos desse parágrafo; e

III. não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de poder, para efeitos deste parágrafo.

§ 3º A progressão por titulação será de até 2 (duas) referências salariais, a cada 4 (quatro) anos de efetivo exercício na série de classes, aplicada sempre quando o funcionário apresentar os títulos, via requerimento e obedecendo:

I. Para as funções da Classe III, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 20 (vinte) horas.

II. Para as funções da Classe II, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 40 (quarenta) horas.

III. Para as funções da Classe I, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas.

IV. Será considerado o somatório de cursos afetos à área de atuação ou ao desempenho do cargo/função, que poderão ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados e que restarão sem eficácia administrativa para as próximas progressões sob esse título.

V. Não poderá ser considerado título o curso que caracterize requisito mínimo para ingresso na função e na série de classes correspondente.

VI. Os certificados ou diplomas deverão ser de Instituição de Ensino reconhecida legalmente ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo mantido pelo Poder Público, não podendo ser computados de forma cumulativa para nenhum outro instituto de desenvolvimento na carreira.

VII. A progressão a esse título será vinculada ao plano de capacitação instituído pelas Instituições de Ensino voltado ao corpo técnico universitário e de acordo com a função ocupacional exercida, ficando vedada a utilização de titulação externa ao plano de capacitação.

§ 4º A progressão por avaliação de desempenho será de uma referência salarial, a cada 3 (três) anos, não coincidente com a progressão por antigüidade.

I. A avaliação de desempenho será anual e sua concessão será de acordo com a média satisfatória das três últimas avaliações.

II. Havendo coincidência, prevalecerá a progressão por antigüidade.

Art. 27 A promoção ocorrerá na série de classes, denominada promoção intraclasses e nas classes, denominada promoção interclasses.

§ 1º A promoção intraclasses ocorrerá por escolaridade e por tempo.

I. A promoção por escolaridade será a qualquer tempo para o funcionário já integrante da Carreira Técnica Universitária e após o tempo previsto no Parágrafo 5º do Artigo 23, para o funcionário que tenha ingressado na carreira, cumpridos os requisitos de escolaridade para a série de classes



correspondente, na forma do Anexo IV desta lei.

II. A promoção por tempo ocorrerá ao funcionário integrante da carreira que esteja na última referência salarial da série de classe, somente após exercício de, no mínimo, 10 (dez) anos na série de classe e 2 (dois) anos na última referência, na forma do Anexo IV. III. As promoções a que se referem os incisos anteriores serão na série de classes subseqüentes, na mesma classe, em referência salarial imediatamente superior, limitada à última referência salarial da série de classes, não podendo haver superação de classes.

IV. Os títulos de escolaridade utilizados na promoção a que se refere o inciso I restarão sem eficácia administrativa para as demais promoções a este título.

V. Os títulos de escolaridade superior deverão ser afetos à área de atuação ou formação do servidor.

§ 2º A promoção interclasses ocorrerá exclusivamente por titulação e ocorrerá quando houver necessidade de preenchimento de vagas de funções de classes superiores, identificada através de sistema de dimensionamento de tarefas, na referência salarial imediatamente superior na série de classes de destino, na forma do Anexo IV desta lei e obedecendo:

I. existência de vaga livre na classe de destino;

II. existência de funções nas Classes I e II, previstas no rol de funções do cargo;

III. exercício efetivo de, no mínimo, 7 (sete) anos na carreira;

IV. prova de conhecimentos da função de destino, de caráter eliminatório; e

V. prova de títulos, de caráter classificatório.

§ 3º A criação de novas funções deverá ser objeto de iniciativa legislativa do Poder Executivo.

§ 4º Os títulos de escolaridade utilizados nesta modalidade de promoção restarão sem eficácia administrativa para as demais promoções a este título.

§ 5º A promoção interclasses será prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art. 28 A mudança de função poderá ocorrer quando o funcionário público estável atender aos requisitos constantes da função pretendida e da mesma classe, observados os seguintes critérios:

I. necessidade da Administração;

II. interesse do servidor; e

III. capacitação profissional com avaliação de desempenho para o aproveitamento para a função.

Parágrafo Único: Os casos de readaptação ocupacional por determinação médica, serão precedidos de avaliação observado o Perfil Profissiográfico.

Seção VI

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 29 A estrutura remuneratória do cargo Agente Universitário será composta de:

I. Vencimento básico ou vencimento base, na forma do Anexo III desta lei;

II. Adicional por Tempo de Serviço - ATS;

III. Salário - Família; e

IV. Vantagens atribuídas no desempenho do cargo e função, sobre o vencimento básico, em atividades ou locais definidos por lei, para funcionários lotados em unidades em que se apliquem tais vantagens, conforme estabelece legislação estadual específica.

§ 1º Será concedida Gratificação de Titulação de 15% (quinze por cento), sobre seu vencimento básico, ao servidor que estiver na Classe I, série de classe "A" e que possua título de Doutor.

§ 2º Fica concedida Gratificação de Saúde - GS, nos valores constantes do Anexo V desta lei, por Classe e local.

I. A gratificação prevista neste parágrafo será concedida ao funcionário pelo exercício de atividades de saúde, dado o caráter penoso e com risco de vida das tarefas desenvolvidas.

§ 3º Será concedida Gratificação de Tarefa de Segurança - GTS, de 1/3 do vencimento inicial da série de classe "C", da Classe III ao ocupante da função de Agente de Segurança Interna.

§ 4º As demais vantagens que compõem a remuneração serão calculadas exclusivamente sobre o vencimento básico, ficando vedada a concessão de qualquer outra não prevista nesta lei.

§ 5º As vantagens de local que necessitem de perícia do órgão oficial do Estado serão devidas somente após laudo de caráter individual ou de local e somente enquanto o funcionário permanecer lotado na unidade, sendo extinta sua concessão quando extinto o fato gerador de atribuição.

§ 6º Toda e qualquer vantagem remuneratória prevista nesta lei comporá base contributiva para a inatividade, de acordo com a legislação constitucional vigente.

Seção VII

Do Plantão e dos Turnos

Art. 30 O Regime de Trabalho em Turnos – RTT, será aplicado para o servidor ocupante de cargo/função com carga horária prevista no parágrafo 3º do artigo 21 desta lei, da seguinte forma:

- I. 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, com duas folgas mensais, para aquele servidor com jornada de oito horas diárias; ou
- II. 12 horas de trabalho por 60 horas de descanso, para aquele servidor com jornada de seis horas diárias ou mediante laudo do órgão de perícia oficial do Estado; ou
- III. 12 horas de trabalho por 72 horas de descanso, para aquele servidor na função de médico, com jornada de trabalho de quatro horas diárias ou mediante laudo do órgão de perícia oficial do Estado.

Parágrafo Único: Será adotado o Regime de Trabalho em Turnos – RTT previsto neste artigo, somente quando o quantitativo dos respectivos cargos/funções assim o permitir.

Art. 31 Ao servidor que estiver sob o Regime de Trabalho em Turnos – RTT, será atribuído o pagamento de serviço extraordinário, quando for necessária sua permanência no local de serviço ao final de seu turno por ausência do servidor escalado para o turno seguinte, ou por situação de excepcional interesse da administração.

§ 1º O cálculo do serviço extraordinário será feito sobre a referência em que se encontra o servidor.

§ 2º Fica vedado qualquer cálculo adicional sobre o valor do serviço extraordinário.

Art. 32 O Regime de Trabalho em Turnos – RTT compreenderá, além de dias úteis, sábados, domingos e feriados, sendo indevido o pagamento em dobro sobre a hora normal, ou serviço extraordinário, para o servidor escalado.

Parágrafo Único. Incidirá em falta o servidor que, escalado para prestar serviços, deixar de comparecer ao trabalho.

Art. 33 As folgas previstas no inciso I, do artigo 30 desta lei, serão instituídas exclusivamente para o servidor escalado em Regime de Trabalho em Turnos – RTT, detentor de cargo/função com jornada de trabalho de oito horas diárias, para ajustar a sua carga horária de 40 horas.

Parágrafo Único: No Regime de Trabalho em Turnos – RTT, os dias de atestado médico coincidente com os dias de folgas, não geram direito à compensação de jornada após o retorno do servidor.

Art. 34 O Regime de Trabalho em Turnos – RTT poderá ser alterado *ex-officio* ou mediante requerimento do servidor, através de comunicação prévia e considerando-se, em qualquer caso, o interesse público.

Parágrafo Único. A alteração será autorizada pela Direção Geral da respectiva Unidade e encaminhada para conhecimento e providências da Unidade de Recursos Humanos.

Art. 35 Os intervalos para as refeições durante o serviço serão contados como horas trabalhadas e a duração de cada intervalo será de no máximo 30 minutos, que corresponde ao tempo necessário para uma refeição ou lanche, fornecidos gratuitamente pelo órgão, para o servidor sujeito ao Regime de Trabalho em Turnos – RTT.

Art. 36 O Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS será aplicado ao servidor que estiver, além da jornada diária normal, fora da instituição e disponível ao pronto atendimento das necessidades essenciais de serviço, mediante escala estabelecida para este fim. **§ 1º.** Considera-se Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS, o período de tempo em que o servidor permanecer, fora do local de trabalho, aguardando o chamado para o serviço.

§ 2º. O servidor que estiver escalado deverá atender prontamente ao chamado do órgão e, durante o período de espera, não deverá praticar atividades que o impeçam de comparecer ao serviço.

§ 3º. Cada escala de Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS será de no máximo 24 horas ininterruptas, respeitado intervalo mínimo de 12 horas.

§ 4º. A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS será na razão de 1/3 (um terço) da hora normal diária do servidor.

§ 5º. O servidor que estiver em Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS, quando chamado, será remunerado pelas horas efetivamente trabalhadas na forma de serviço extraordinário, cessando o pagamento do terço previsto no parágrafo anterior.

§ 6º Fica vedado qualquer cálculo adicional sobre o valor desta gratificação.

Art. 37 O Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS e o Regime de Trabalho em Turnos – RTT, são concomitantemente incompatíveis entre si.

Art. 38 O Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS compreenderá, além de dias úteis, também sábados, domingos e feriados.

Art. 39 Fica delegada ao Reitor de cada instituição a competência para autorizar a execução de serviços diferenciados da forma estipulada no artigo 31 desta lei, mediante solicitação e justificativa do titular da unidade administrativa, bem como o pagamento da vantagem do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS.

Seção VIII

Da Movimentação Funcional

Art. 40 Os pedidos iniciais, de prorrogação e de revogação de disposições funcionais e os de movimentação do Agente Universitário estável das IEES são de competência dos dirigentes das respectivas instituições e obedecerão a legislação estadual específica sobre o assunto.

Art. 41 A movimentação dos funcionários lotados nas demais unidades para o Hospital Universitário e vice-versa deverá ser precedida de vaga livre para a função correspondente, obedecendo:

I. necessidade da Administração;

II. interesse do servidor; e

III. capacitação profissional com avaliação de desempenho para o aproveitamento para a função.

Capítulo III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42 A correlação de funções atual para a proposta por esta lei, para fins de enquadramento será na forma do Anexo II.

Art. 43 A fusão das classes ocorrerá, nesta lei:

I. as atuais classes I a V na Classe III;

II. as atuais classes VI e VII na Classe II; e

III. as atuais Classes VIII e IX na Classe I.

Art. 44 O enquadramento dos funcionários de que trata esta lei ocorrerá em três etapas:

I. 1ª etapa - enquadramento salarial, no mês da promulgação desta lei:

a) para as funções das atuais classes I, II, III, IV, V, VI e VII: vencimento básico mais o abono concedido pelo Decreto Estadual nº 3.896, de 18 de novembro de 2004, em valor imediatamente superior na tabela a que se refere o Anexo III desta lei;

b) para as funções da atual classe VIII: vencimento básico mais Gratificação de Produtividade concedida pela Lei estadual nº 6.569 de 25 de junho de 1974 mais o abono concedido pelo Decreto Estadual nº 3.896, de 18 de novembro de 2004, em valor imediatamente superior na tabela a que se refere o Anexo III desta lei.

c) para as funções da atual classe IX: correlação equivalente à da classe VIII.

II. 2ª etapa - enquadramento por escolarização para todas as funções, no mês subsequente à promulgação desta lei: serão enquadrados na série de classe e função correspondente, os funcionários que possuírem a escolarização prevista no Anexo IV combinado com as disposições do artigo 27, sem mudança de classe.

§ 1º As vantagens incorporadas pelo enquadramento salarial não poderão mais ser concedidas sob o mesmo título ou fundamento.

§ 2º Não serão consideradas, para fins do enquadramento salarial, quaisquer outras vantagens não previstas nas alíneas do inciso I deste artigo, inclusive as vantagens concedidas judicialmente.

III. 3ª etapa - distribuição de tempo após o enquadramento por escolarização, no mês subsequente à implantação da segunda etapa à promulgação desta lei

a) 2 (dois) quinquênios completos, uma referência salarial;

b) 3 (três) quinquênios completos, duas referências salariais; e

c) igual ou acima de 4 (quatro) quinquênios completos, três referências salariais.

Art. 45 O enquadramento a que se refere o artigo anterior será de responsabilidade de cada Instituição Estadual de Ensino Superior - IEES, ficando cada unidade de recursos humanos e os dirigentes das instituições responsáveis por sua perfeita execução.

Art. 46 As disposições de enquadramento da presente lei estendem-se aos inativos e geradores de pensão da Lei 11.713/97, somente em termos salariais.

Art. 47 As disposições da presente lei não se estendem aos servidores enquadrados, administrativa ou judicialmente, na Lei Estadual nº 9.422, de 05 de novembro de 1990.

Art. 48 Ficam convalidadas as concessões salariais realizadas pelas IEES até a edição desta lei, ficando vedadas quaisquer concessões de quaisquer outras vantagens após sua implantação e em desacordo com suas disposições.

§ 1º Constatada redução de remuneração decorrente da aplicação desta lei, o valor da diferença será pago em código de vantagem à parte, a título de diferença de remuneração, sendo essa diferença extinta em decorrência ou de reajuste, ou reposição, ou aumento salarial ou pela aplicação dos institutos de desenvolvimento na carreira previstos nesta lei, sendo estendido esse dispositivo em caráter temporário também para os servidores alcançados pelo artigo 49 desta lei.

§ 2º O cálculo para verificação da diferença devida computará todas as verbas que o servidor porventura esteja recebendo, inclusive o Adicional por Tempo de Serviço - ATS, excluídas as verbas de caráter transitório, como serviços extraordinários noturno, diurno e outras de mesma natureza e aquelas definidas como de custeio.

Art. 49 O enquadramento dos servidores alcançados pela Resolução 165/85 - CAD/UEM, Resolução 001/91 - SEAD/SEIC, Resolução 2.745/94 - UEL, os Professores de Línguas, o pessoal de obras e outras disposições equivalentes de iniciativa de cada IEES, será em caráter provisório e exclusivamente salarial, não podendo ser estendido o enquadramento por escolaridade e tempo.

§ 1º A legitimação do ingresso, da promoção e das progressões ocorridas no lapso de tempo de 1991 até a edição desta lei, para os servidores de que trata o *caput* deste artigo, deverá ser procedida por intermédio de processo administrativo sob a Presidência da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e de representantes de cada Instituição de Ensino que se enquadre nessa situação.

§ 2º O prazo de funcionamento da Comissão de Processo Administrativo para estes casos deverá ser de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 3º A documentação constante do processo administrativo deverá ser anexada à pasta funcional do servidor, após o encerramento do mesmo.

§ 4º A reversibilidade da situação de fato não garante a permanência do servidor no cargo/função, sendo retornado à função de ingresso correlata da Lei 11.713/97.

§ 5º O enquadramento por escolaridade e tempo dos servidores referidos no *caput* deste artigo será devido somente após conclusão favorável do processo administrativo, não sendo devidos os atrasados.

Art. 2º. O prazo prescricional para revisão dos efeitos decorrentes desta lei se encerra em 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 3º. O Capítulo III da Lei Estadual nº 11.713, fica alterado para Capítulo IV, com a numeração subsequente, iniciando-se no número 50.

Art. 4º. Ficam expressamente revogados o Capítulo II da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, a Lei Estadual nº 12.457, de 18 de janeiro de 1999 na parte a que se refere ao Agente Universitário, o Decreto Estadual nº 2.435, de 14 de agosto de 2000, a aplicação da Gratificação de Atividade Específica - GAE, instituída pela Lei Estadual nº 10.710, de 28 de fevereiro de 1994 e Lei Estadual nº 10.730, de 29 de março de 1994, que estendeu a referida gratificação aos Hospitais Universitários, o artigo 2º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003 que trata das vagas do cargo Agente Universitário e demais leis e normas que tratam do quantitativo de vagas do cargo Agente Universitário.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros de acordo com as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de abril de 2006.



Roberto Requião
Governador do Estado

Maria Marta Renner Weber Lunardon
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Rafael Iatauro
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo3543_270.doc
	anexo3543_271.xls



REQUERIMENTO




Requer Regime de
Urgência para discussão e
votação do Projeto de Lei
nº. 267/2014.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o
Soberano Plenário, **REGIME DE URGÊNCIA** para discussão e
votação do Projeto de Lei nº. 267/2014, que dispõe sobre as Carreiras
do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições
Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2014.


Deputado Valdir Rossoni
Presidente

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL. 17/6/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 267/2014

Projeto de Lei nº 267/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 051/2014

Súmula: Acresce o § 7º ao art. 21 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, alterada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

EMENTA: AGENTE UNIVERSITÁRIO. ADEQUAÇÃO NORMATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 65, 66, INC. II E 87, INC. VI DA CE. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa acrescentar o § 7º ao art. 21 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, alterada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, objetivando a adequação normativa do quadro fático-jurídico da carreira de Agente Universitário, até o advento da Lei nº 15.050/2006, com os parâmetros legais expressamente estabelecidos a partir de então.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



De acordo com a Mensagem, ao Agente Universitário investido no serviço público antes da entrada em vigor da Lei nº 15.050/2006, fica restabelecida a carga horária exigida quando de seu ingresso.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.
(grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

A Constituição do Estado do Paraná estabelece, ainda, que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre os servidores públicos, especialmente, provimento de cargos nos termos dos artigos 66, inciso II e 87, inciso VI, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva; (grifo nosso)

(...)

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Conforme a Mensagem enviada, tal proposta não gera impacto financeiro ou orçamentário, porquanto apenas ajusta questão afeta à carga horária de trabalho para integrantes da carreira, sem necessidade de majoração de vencimentos.


No entanto, com o objetivo de melhor instrumentalizar a proposta para que ela atinja o objetivo e contemple todos os servidores antes da entrada em vigor da Lei n.º 17.382 de 06 de dezembro de 2012, propõe-se a emenda modificativa em anexo.

Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n.º 95/98.

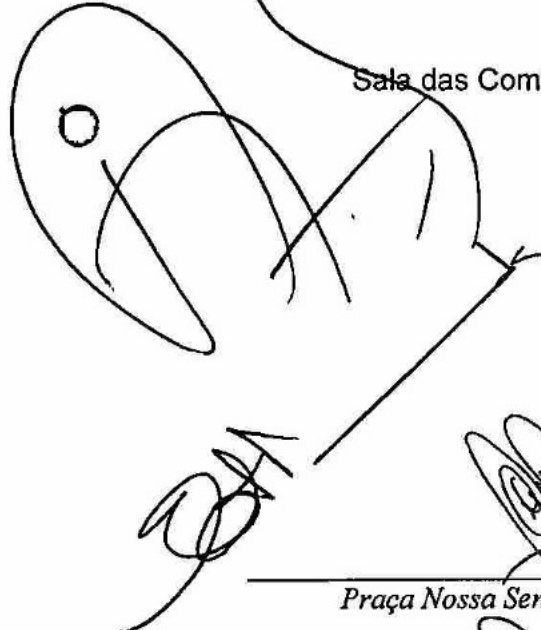


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2014


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

24/06/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 267/2014

De acordo com o que determina o artigo 137, § 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Art. 1º, do Projeto de Lei n.º 267/2014, passa a contar com a seguinte redação:

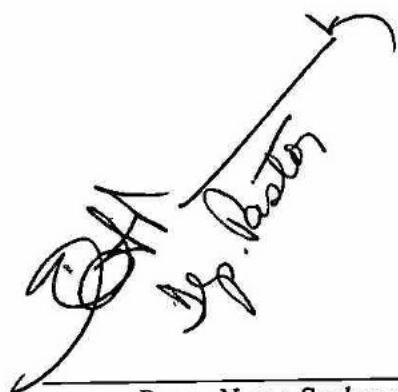
"Art. 1º Acresce o § 7º ao art. 21 da Lei n.º 11.713, de 07 de maio de 1997, alterada pela Lei n.º 15.050, de 12 de abril de 2006, com a seguinte redação:

§ 7º Ao Agente Universitário investido no serviço público antes da entrada em vigor da Lei n.º 17.382, de 06 de dezembro de 2012, fica reestabelecida a carga horária até então praticada."

Sala das Comissões em 24 de junho de 2014.


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator


Dep. Pastor


Dep. Fontelles
Dep. Tadeu
Dep. Darpion

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Curi

5

APROVADO

24/06/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLE-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO.
IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA
PRESIDENTE

SENHOR PRESIDENTE,

Sumula: Requer a transformação das Sessões Plenárias de 25 de junho, próxima quarta-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 237 e 267, ambos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem, com fundamento nos artigos 174, § 2º e 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, da próxima quarta-feira, dia 25 de junho, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 237 e 267, ambos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 24 de junho de 2014.

15:01 24/06/2014 003257 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Handwritten signatures and initials of the deputies who signed the request, including names like D. L. S. (Doutor L. S.), D. P. (Doutor P.), D. T. (Doutor T.), D. S. (Doutor S.), D. A. (Doutor A.), D. B. (Doutor B.), D. C. (Doutor C.), D. D. (Doutor D.), D. E. (Doutor E.), D. F. (Doutor F.), D. G. (Doutor G.), D. H. (Doutor H.), D. I. (Doutor I.), D. J. (Doutor J.), D. K. (Doutor K.), D. L. (Doutor L.), D. M. (Doutor M.), D. N. (Doutor N.), D. O. (Doutor O.), D. P. (Doutor P.), D. Q. (Doutor Q.), D. R. (Doutor R.), D. S. (Doutor S.), D. T. (Doutor T.), D. U. (Doutor U.), D. V. (Doutor V.), D. W. (Doutor W.), D. X. (Doutor X.), D. Y. (Doutor Y.), D. Z. (Doutor Z.), D. A. (Doutor A.), D. B. (Doutor B.), D. C. (Doutor C.), D. D. (Doutor D.), D. E. (Doutor E.), D. F. (Doutor F.), D. G. (Doutor G.), D. H. (Doutor H.), D. I. (Doutor I.), D. J. (Doutor J.), D. K. (Doutor K.), D. L. (Doutor L.), D. M. (Doutor M.), D. N. (Doutor N.), D. O. (Doutor O.), D. P. (Doutor P.), D. Q. (Doutor Q.), D. R. (Doutor R.), D. S. (Doutor S.), D. T. (Doutor T.), D. U. (Doutor U.), D. V. (Doutor V.), D. W. (Doutor W.), D. X. (Doutor X.), D. Y. (Doutor Y.), D. Z. (Doutor Z.).